

CECILIA ALVES DA SILVA ANTERO

**COMPREENSÕES DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
DE TURISMO DE OURO PRETO E TIRADENTES, MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

A627c
2020 Antero, Cecília Alves da Silva, 1978-
Compreensões da representação de interesses a partir da percepção dos representantes dos arranjos produtivos locais de turismo de Ouro Preto e Tiradentes, Minas Gerais / Cecília Alves da Silva Antero. – Viçosa, MG, 2020.
149 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 135-146.

1. Administração pública. 2. Administração da produção.
3. Desenvolvimento econômico. 4. Representações sociais.

I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Administração. II. Título.

CDD 22. ed. 351.8151

CECILIA ALVES DA SILVA ANTERO

**COMPREENSÕES DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
DE TURISMO DE OURO PRETO E TIRADENTES, MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 19 de fevereiro de 2020.

Assentimento:

Cecilia Alves da Silva Antero
Autora

Magnus Luiz Emmendoerfer
Orientador

*A Deus, absoluto da minha vida; a minha
família, meu porto seguro; e aos amigos,
presentes preciosos que recebi. Somente com o
apoio de pessoas que amamos nos tornamos
capazes de superar desafios.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por ser minha fonte de sabedoria, serenidade e força em todos os instantes, pois sem suas bênçãos esse momento tão importante de minha existência não seria possível.

À Maria, que caminha comigo e com seu silêncio me orienta.

Ao Espírito Santo, que ilumina meus pensamentos e norteia minhas decisões.

À família, meu porto seguro.

Aos amigos, presentes preciosos que a vida me ofereceu.

A todos os professores, pelo exemplo. Especialmente, Eliane, minha primeira professora, Terezinha Bhering - ESEDRAT, minha inspiração, Margarida - Microlins, por reconhecer a professora que existia em mim e Camila Vitarelli - FDV, pelo apoio incondicional.

Aos alunos, pela troca gratificante. Especialmente, minhas primeiras alunas: Ana Márcia, Ana Paula, Camila, Darli, Elizabeth, Eriane, Flaviana, Flaviane, Gabriela, Michele, Nívea, Osiel, Priscila, Silmara, Silvânia e Simone.

Aos amigos do Coral Nossa Voz, pois cantar com vocês fez tudo ficar mais leve, feliz e tranquilo.

Aos amigos que fiz nas empresas onde trabalhei, especialmente, Casa do Empresário de Viçosa, Microlins e Univiçosa.

Ao Professor Magnus Luiz Emmendoerfer, pela orientação atenciosa, pela liberdade, pela confiança e pelo incentivo. Foi um período de intenso aprendizado profissional e pessoal!

Aos professores Daniela Leandro Rezende e Valdir Roque Dallabrida, pelo aprendizado proporcionado durante a coorientação.

Ao professor Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima, por aceitar participar do seminário da tese e pelas contribuições que permitiram aprimorar o estudo.

Aos Professores Alan Ferreira de Freitas, Rosana de Freitas Boullosa e Thiago Duarte Pimentel, membros da banca de qualificação e da banca de defesa da tese, por terem atendido ao convite para desempenhar esse papel, dispondo de seu tempo e conhecimento para analisar este trabalho e pelas contribuições que permitiram aprimorar o estudo.

Aos Professores da Programa de Pós-Graduação em Administração da UFV, pelo aprendizado.

Aos funcionários do Departamento de Administração da UFV, pela atenção e cuidado.

Às colegas do doutorado, pela cumplicidade e companheirismo.

Aos colegas do GDTEC, especialmente, Keisy, Arthur, Alessandro, Elias, Tamiris, Brendow, Vagner, Yuri, Waléria, Mateus, Maria e Auciélis. Com vocês tudo ficou mais divertido e criativo!

Aos participantes da pesquisa das cidades de Belo Horizonte, Ouro Preto e Tiradentes, por compartilharem informações, de forma voluntária, contribuindo com a construção de conhecimento.

À Carla, da Grifo Consultoria Acadêmica, pelo cuidado com a revisão da minha tese.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) - Processo APQ-01870-15.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio imprescindível para a realização da pesquisa.

A todos que de alguma forma desejaram esse momento para mim.

“Não importa qual seja o sonho, dedique a ele muito do seu tempo e do seu pensamento. É preciso ter amor e paixão por aquilo que você está fazendo para achar energia, força e a aplicação necessária para ter sucesso em qualquer tipo de atividade. Se você decide lutar por alguma coisa, tem que dar o máximo a fim de vencer”.
(Airton Senna da Silva)

RESUMO

ANTERO, Cecília Alves da Silva, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2019. **Compreensões da representação de interesses a partir da percepção dos representantes dos arranjos produtivos locais de turismo de Ouro Preto e Tiradentes, Minas Gerais.** Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Assumiu-se como objetivo compreender a representação de interesses dos APLs de Turismo. Nesta pesquisa qualitativa, enquadrada no paradigma interpretativista (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2013; FISCHER, 2016), foi adotado o estudo de caso de caráter descritivo-exploratório classificado como múltiplo e instrumental (YIN, 2015). Os dados foram obtidos por meio de entrevista e pesquisa documental. Os sujeitos participantes da pesquisa foram os atores dos APLs de turismo de Ouro Preto (Circuito do Ouro) e Tiradentes (Circuito Trilha dos Inconfidentes) em Minas Gerais, identificados por meio da técnica *snowball*. Na análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo (LAVILLE; DIONNE, 1999; BARDIN, 2009) com o suporte do *software* IRaMuTeq[®]. Realizou-se um mapeamento das organizações que desempenham atividades relacionadas ao turismo bem como identificou-se as organizações que exercem representação de interesses: ACEOP, ASA, ABIH OP e C&VB, em Ouro Preto, e ASSET, AFAT e AMAT, em Tiradentes, as atividades dessas organizações e quem são seus representados. Compreendeu-se o relacionamento que os representantes estabelecem com os representados e com outras organizações nos níveis de atuação local, estadual e nacional. Percebeu-se que em Ouro Preto e Tiradentes, esse relacionamento é marcado pelo padrão de ligações ordenados, intensidade, densidade, sendo que no primeiro tem-se um relacionamento pluricêntrico (COMTUR E SECMTUR) e no último unicêntrico (COMTUR). Em ambas cidades o COMTUR é a organização com a qual os representantes têm maior interação. Também foi possível entender como ocorre a participação dos representados e dos representantes. Observou-se que a participação dos representados é mínima e que nem todos os representantes participam de forma frequente, deixando as atividades da organização de interesse a cargo de um grupo reduzido de representantes. Ainda se identificou a origem e destino das reivindicações dos representados. Averiguou-se que os representantes têm diversos meios para interação por meio dos quais os representados podem apresentar as reivindicações. As reuniões são o meio mais utilizado para esse fim. Tais reivindicações, quando se referem a questões do cotidiano, em sua maioria são atendidas. Em caso contrário são apresentadas para a organização competente. Sobre as ações realizadas, constatou-se que os representantes estão concentrados em realizar ações relativas ao cotidiano em detrimento

de ações referentes ao planejamento, deixando de cumprir parte importante de suas atribuições. Com base nessas informações foi possível analisar o grau do viés da representação de interesses. Constatou-se que tanto em Ouro Preto como em Tiradentes, o grau do viés da representação de interesses, em relação às reivindicações e ações de planejamento, é alto. De forma geral, a participação dos representados e a obtenção de benefícios pelos representantes são os principais fatores afetados pelo alto grau de viés da representação de interesses. Foram destacadas contribuições teóricas, práticas e sociais, bem como apontadas possibilidades para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Administração Pública. Arranjo Produtivo Local. Desenvolvimento. Representação de Interesses. Estrutura e Viés.

ABSTRACT

ANTERO, Cecilia Alves da Silva, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2019. **Understandings of the representation of interests from the perception of representatives of local productive arrangements of tourism of Ouro Preto and Tiradentes, Minas Gerais.** Adviser: Magnus Luiz Emmendoerfer.

It was assumed as an objective to understand the representation of interests of Tourism APLs. In this qualitative research, framed in the interpretative paradigm (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2013; FISCHER, 2016), a descriptive-exploratory case study classified as multiple and instrumental (YIN, 2015) was adopted. Data were obtained through interviews and documentary research. The subjects participating in the research were the actors of the tourism APLs of Ouro Preto (Circuito do Ouro) and Tiradentes (Circuito Trilha dos Inconfidentes) in Minas Gerais, identified through the snowball technique. In the data analysis, content analysis was used (LAVILLE; DIONNE, 1999; BARDIN, 2009) with the support of the IRaMuTeq® software. A mapping of the organizations that perform activities related to tourism was carried out, as well as the organizations that exercise interest representation were identified: ACEOP, ASA, ABIH OP and C&VB, in Ouro Preto, and ASSET, AFAT and AMAT, in Tiradentes, activities of these organizations and who their representatives are. It was understood the relationship that representatives establish with those represented and with other organizations at the local, state and national levels. It was noticed that in Ouro Preto and Tiradentes, this relationship is marked by the pattern of ordered connections, intensity, density, with the former having a pluricentric relationship (COMTUR AND SECMTUR) and the latter having a single center (COMTUR). In both cities, COMTUR is the organization with which the representatives have the most interaction. It was also possible to understand how the participation of those represented and representatives occurs. It was observed that the participation of those represented is minimal and that not all representatives participate frequently, leaving the activities of the organization of interest to a small group of representatives. The origin and destination of the claims of those represented were also identified. It was found that representatives have several means of interaction through which those represented can present their claims. Meetings are the most used means for this purpose. Such claims, when referring to everyday issues, are mostly met. Otherwise, they are presented to the competent organization. Regarding the actions taken, it was found that the representatives are focused on carrying out actions related to daily life to the detriment of actions related to planning, failing to fulfill an important part of their duties.

Based on this information, it was possible to analyze the degree of interest representation bias. It was found that both in Ouro Preto and Tiradentes, the degree of interest representation bias in relation to claims and planning actions is high. In general, the participation of the represented and the obtaining of benefits by the representatives are the main factors affected by the high degree of bias in the representation of interests. Theoretical, practical and social contributions were highlighted, as well as possibilities for future research.

Keywords: Public Administration. Local Productive Arrangement. Development. Representation of Interests. Estructure and bias.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo analítico da representação de interesses	66
Figura 2 - Classificação das organizações de interesse que atuam no contexto do turismo...	104
Figura 3 - Elementos para análise do viés da representação de interesses	126
Gráfico 1 - Contagem de dados sociodemográficos por cargo.....	88
Gráfico 2 - Contagem de dados sociodemográficos por idade.....	89
Gráfico 3 - Contagem de dados sociodemográficos por tempo de trabalho/atuação	90
Gráfico 4 - Contagem de dados sociodemográficos por escolaridade.....	91
Gráfico 5 - Contagem de dados sociodemográficos por área do conhecimento	91
Gráfico 6 - Relacionamento das organizações de interesse com outras organizações	108
Gráfico 7 - Meios para interação das organizações de interesse	111
Gráfico 8 - Temas discutidos nas reuniões do COMTUR de Ouro Preto	124
Gráfico 9 - Temas discutidos nas reuniões do COMTUR de Tiradentes	125
Quadro 1 - <i>Framework</i> da Representação de Interesses	62
Quadro 2 - Perfil dos entrevistados	72
Quadro 3 - As organizações de interesse e seus respectivos representados	84
Quadro 4 - Organizações de interesse participantes da pesquisa	86
Quadro 5 -	116
Quadro 6 - Grau do viés da representação de interesses	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AART	Associação dos Artesãos de Tiradentes
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABIH MG	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais
ABIH OP	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Ouro Preto e Circuito do Ouro
ACEOP	Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto
ACMinas	Associação Comercial e Empresarial de Minas
AFAT	Associação Feira de Artesanato Tiradentes
AHT	Associação dos Hoteleiros de Tiradentes
AMAT	Associação de Moradores do Bairro Alto da Torre
APL	Arranjo Produtivo Local
ASA	Associação das Senhoras Artesãs
ASSET	Associação Empresarial de Tiradentes
CACB	Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
C&VB	<i>Convention & Visitors Bureaux</i>
CBC&VB	Confederação Brasileira de <i>Convention & Visitors Bureaux</i>
CMPCP	Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTUR	Confederação Nacional do Turismo
CODEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
COEMPTUR	Conselho Empresarial de Turismo
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COMDUR	Conselho Municipal do Desenvolvido Urbano
COMER	Conselho Municipal de Emprego e Renda
COMPAÇO	Conselho Municipal Gesto do Paço da Misericórdia – Centro de Artes e Fazeres de Ouro Preto
CMPCP	Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio
COMSAU	Conselho Municipal da Saúde
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
FC&VB	Federação de <i>Convention & Visitors Bureaux</i> do Estado de Minas Gerais
FEDERAMINAS	Federação das Associação Comerciais e Empresariais de Minas Gerais
FENACTUR	Federação Nacional Turismo
FHOREMG	Federação de Hotéis Bares Restaurantes e do Estado de MG
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas
GREMI	<i>Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateur</i>
GTP APL	Grupo de Trabalho Permanente para APLs
IDC	Instrumentos de Coleta De Dados
IHGT	Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
PAPL	Programa Arranjo Produtivo Local
PIB	Produto Interno Bruto
PMT	Prefeitura Municipal de Tiradentes
RSI	Revisão Sistemática Integrativa
SECMTUR	Secretaria Municipal de Turismo

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINDETUR MG	Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais
SLPI	Sistema Local de Produção e Inovação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização do tema	16
1.2 Contextualização do problema	18
1.3 Objetivos	20
1.4 Justificativa	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Arranjos Produtivos Locais	22
2.2 Representação de interesses	26
2.2.1 Estado da arte	26
2.2.2 Autores Basilares	37
2.2.2.1 Policy Network	38
2.2.2.2 Grupos de Interesse	42
2.2.2.3 Representação de Interesses	47
2.2.2.4 Modelo de Representação de Interesses	58
2.2.2.4.1 Pluralismo	59
2.3 Framework e Modelo Analítico da Representação de Interesses	61
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	69
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	75
4.1 O Lócus	75
4.2 O Turismo	76
4.3 Os Representados	83
4.4 Os Representantes	86
4.4.1 As Organizações de Interesse	92
4.4.1.1 Belo Horizonte	93
4.4.1.2 Ouro Preto	97
4.4.1.3 Tiradentes	100
4.4.2 Classificação das Organizações de Interesse	104
4.5 O Relacionamento	107
4.5.1 A Participação	112
4.6 As Ações Realizadas	115
4.7 As Reivindicações	117

4.8 A Análise do Viés da Representação de Interesses.....	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS ATAS ANALISADAS.....	147
APÊNDICE B- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ENTREVISTA..	148

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

As aglomerações de empresas têm sido objeto de análise a partir de diferentes óticas, com destaque a suas contribuições para o desenvolvimento (DALLABRIDA, 2017)¹. As diferentes denominações que essas aglomerações recebem são creditadas ao tipo de investigação e especialmente ao contexto de realização da pesquisa, como distrito industrial inglês (MARSHALL, 1982), distrito industrial italiano (BECATTINI, 1994), cluster (PORTER, 1998; SCHMITZ, 1997) e *milieux innovateur* francês (AYDALOT, 1986).

No Brasil, além das denominações anteriormente citadas, as aglomerações de empresas são identificadas como arranjos produtivos locais (APLs) (LASTRES; CASSIOLATO, 2003) e Sistemas Locais de Produção e Inovação (SLPI) (SUZIGAN *et al.*, 2003). Parte-se do entendimento de Lastres e Cassiolato (2003) para definir que os APLs são aglomerações territoriais de atores econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes.

As contribuições para o desenvolvimento das empresas podem ser justificadas por sua presença no APL, pois essas empresas obtêm benefícios relativos à especialização produtiva, articulação, interação e aprendizagem (SACOMANO NETO; PAULILIO, 2012), cooperação que gera sinergia para obtenção de vantagens competitivas (AZEVEDO FILHO; RIBEIRO, 2011), o compartilhamento de conhecimento e inovação (ALMEIDA; ALBINO, 2011).

Da mesma forma, pode-se destacar que os APLs influenciam o desenvolvimento de seu recorte territorial (DALLABRIDA, 2006), uma vez que além de proporcionar às empresas, maiores chances de sobrevivência, também são mecanismos indutores desse desenvolvimento pela elevação do número de emprego e renda (AZEVEDO FILHO; RIBEIRO, 2011). Somado a isso, os APLs também são considerados uma estratégia de atuação coletiva das empresas implicando no aumento da exportação, desenvolvimento tecnológico e obtenção do apoio de diversas entidades (SANTOS; CÂNDIDO, 2013).

A relevância dos APLs pode ser confirmada nos estudos que discutem sobre políticas

¹ Neste estudo, todas as menções ao desenvolvimento são feitas considerando-se todas as suas dimensões e referindo-se ao desenvolvimento territorial conforme indicação de Dallabrida (2017).

públicas (SOUZA, 2006)² para promoção do desenvolvimento, a exemplo de Antero e Emmendoerfer (2018), Castro e Gonçalves (2014), Garone *et al.* (2015) e Teixeira (2008). O governo, tendo em vista sua função de promover o desenvolvimento, direciona suas ações para as aglomerações de empresas, uma vez que as políticas públicas de fomento ao desenvolvimento são mais efetivas do que quando direcionadas às empresas individualmente (BRASIL, 2004). Desenvolver políticas públicas para apoiar o desenvolvimento dos APLs tornou-se uma alternativa para otimizar a atuação do governo, pois ao fomentar esse desenvolvimento o governo tende a promover o desenvolvimento do recorte territorial onde o APL se situa (BRASIL, 2004).

Para além dos comentários de Azevedo Filho e Ribeiro (2011) e Santos e Cândido (2013), supramencionados, quanto à influência dos APLs no desenvolvimento de seu recorte territorial, ainda podem ser citados os estudos de Alves *et al.* (2012), Baptista e Alvarez (2007) e Campos *et al.* (2009) que reforçam o entendimento do governo de que apoiar o desenvolvimento dos APLs é uma alternativa apropriada para fomentar o desenvolvimento de seu recorte territorial.

O reconhecimento das contribuições dos APLs para o desenvolvimento é feito tanto por acadêmicos como por formuladores de políticas públicas (BRASIL, 2004; CASTRO; GONÇALVES, 2014; MINAS GERAIS, 2006; TEIXEIRA, 2008). Ambos, além das contribuições, destacam que, em função dos desafios inerentes aos APLs, há necessidade de identificar alternativas para otimizar a organização e condução de ações em prol do desenvolvimento.

A respeito da organização e condução de tais ações, Antero (2015) constatou que cooperação, coordenação e representação são elementos inerentes aos processos e procedimentos realizados, pelos atores do APL, na busca da otimização das referidas ações. Essa autora, ainda observou que nos estudos cujos autores discutem sobre a capacidade de fomentar o desenvolvimento do APL e ou sobre alternativas para superar os desafios que lhe são inerentes há maior ênfase na cooperação e na coordenação em detrimento da representação. O que destaca a necessidade de melhor compreender a representação e contribuir com o campo de estudos ao oferecer entendimentos sobre a temática.

Sabe-se que existem abordagens teóricas diferentes para discutir a representação

² A autora utiliza o entendimento de Peters (1986): uma política pública consiste na soma das atividades dos governos, agindo diretamente ou através de delegação, que influenciam a vida dos cidadãos. Para um detalhamento maior, acessar: PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

(ANTERO *et al.* , 2019a; ANTERO *et al.*, 2019b): representação social (MOSCOVICI, 1978³), representação política (PITKIN, 1967⁴) e representação de interesses, as quais possibilitam compreender as relações que os atores do APL estabelecem de formas diferenciadas.

A representação social possibilita a compreensão do sentido, significado de determinado fenômeno, fato social. Dito de outra forma, essa teoria seria muito útil para identificar o sentido atribuído pelos atores ao APL, por exemplo, visto que centra-se na percepção de determinada sociedade e ou comunidade, no nosso caso o APL, sobre determinado fenômeno, fato social.

Já a representação política permite compreender os processos relativos à representação que ocorre no contexto externo ao APL, conectando-o ao Estado. Tais processos são pensados e implementados para fomentar o desenvolvimento do APL por um representante (ator do APL) selecionado pelo Estado para o exercício dessa representação, como por exemplo o representante do conselho gestor de políticas públicas.

E por fim, a representação de interesses também envolve essa relação com o Estado. Entretanto, centra-se na conexão com o Estado, estabelecida por associações, sindicatos e similares, tendo em vista a necessidade de apresentar as reivindicações de seus representados, que no caso dos APLs estariam relacionadas a realização ações para a promoção do desenvolvimento.

De posse desses entendimentos, concluiu-se que a abordagem adequada ao estudo pretendido é a representação de interesses e que essa representação deve ser compreendida com base na sua estrutura e no seu viés. A primeira refere-se à contagem das organizações que exercem representação de interesses e das organizações pertencentes ao Estado com as quais elas interagem (LOWERY; GRAY, 2004). Já o segundo refere-se à relação entre as reivindicações dos representados e as ações realizadas pelos representantes para atendê-los (LOWERY; GRAY, 2004).

1.2 Contextualização do problema

Sabe-se que os atores que compõem os APLs são empresas e entidades, sendo as últimas subdivididas em organizações de ensino e pesquisa, organizações financeiras,

³ MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. de Álvaro Cabral. Zahar, 1978.

⁴ PITKIN, H. F. **The concept of representation**. Califórnia: University of California Press, 1967.

organizações de negócio, organizações de apoio e organizações públicas (ANTERO, 2015). Sendo que as organizações que podem exercer a representação de interesses (sindicatos, associações e similares) estão inseridas nas organizações de negócio, principalmente, e nas organizações de apoio. No entendimento de Lastres e Cassiolato (2003), são as entidades, não as empresas, que devem realizar ações para o desenvolvimento do APL.

Em estudos como os de Carvalho (2012), Oliveira e Santana (2016) e Zambrana e Teixeira (2016) que abordam, ou ao menos tangenciam, a discussão sobre representação constatou-se a existência de desafios inerentes aos APLs. De forma geral, observa-se que tais desafios estão relacionados à ausência de determinado ator no APL (CARVALHO, 2012; OLIVEIRA; SANTANA, 2016) ou à atuação inexpressiva (ZAMBRANA; TEIXEIRA, 2016), que pode ser originada da não ação ou de ações sobrepostas ou desarticuladas.

Outros estudos, cujo debate se aproxima mais da proposta aqui pretendida, a exemplo de Sydow (2012), Fusioka (2014) e Vieira (2016), a representação pode ser observada nas discussões sobre políticas públicas que enfatizam ações realizadas para promover o desenvolvimento. Entretanto, a influência da atuação dos atores é analisada somente por Sydow (2012), trabalho que é concentrado nos atores do nível de atuação estadual. E nos estudos de Schlemper (2013) e Niwa (2014), que também tem objetivo de estudar o tema, a instituição de ensino presente no APL foi analisada e constatou-se que em função de sua atuação inexpressiva o desenvolvimento foi prejudicado.

Apresenta-se ainda os trabalhos de Sulistyarningsih *et al.* (2017) e Warsono *et al.* (2017) que tratam sobre a capacidade do governo municipal, e demais envolvidos, em atender às reivindicações de seus representados, tendo em vista a implementação da política pública integrativa de turismo, na cidade Batu na província de Java Oriental – Indonésia e a performance organizacional do departamento de cultura e turismo da cidade de Semarang na ilha de Java Indonésia tendo em vista a queda de interesse e participação da população nas ações relativas à arte e à cultura, respectivamente.

E por fim, destaca-se os estudos de Anastasiadou (2008), Bertoli (2017) e Januário (1997) que ao contrário dos anteriores estão centrados no debate da representação de interesses. Nesses estudos, abordou-se sobre (i) a estrutura dos grupos de interesse do turismo, ao estabelecer as características da representação do interesse turístico e sua relação com as instituições União Europeia; (ii) as relações entre público e privado na construção do espaço urbano na cidade de Florianópolis – SC em que pesou a atuação da Floripamanhã, uma organização não governamental; (iii) as formas de organização, ação e representação dos

empresários do setor do turismo da cidade de Florianópolis – SC bem como sua interação com o Estado, de forma respectiva.

Assim como nesses três últimos estudos comentados, pretende-se investigar a representação de interesses, porém no contexto dos APLs partindo da seguinte questão: Como é a representação de interesses nos APLs?

Tal escolha evidencia duas implicações para a realização da pesquisa: (i) a necessidade de utilizar entendimentos dos atores seminais que realizaram pesquisa em outra área: Ciência Política e (ii) o desafio de oferecer contribuições que possibilitem essa discussão no contexto dos APLs e na área da Administração Pública.

1.3 Objetivos

Assumiu-se como objetivo compreender a representação de interesses dos APLs. De forma específica pretendeu-se: (i) identificar o(s) ator(es) que exerce(m) a representação; (ii) demonstrar o vínculo existente entre os atores representantes e representados; (iii) identificar a(s) organização(ões) com a qual o(s) ator(es) que exerce(m) a representação mantêm relacionamento; (iv) descrever o envolvimento/participação dos atores representantes e representados; (v) descrever as reivindicações dos representados e (vi) descrever as ações realizadas pelos atores representantes.

1.4 Justificativa

Os estudos sobre APLs são centrados nos temas desenvolvimento e competitividade. Especificamente, as discussões têm foco nas condições necessárias para que as empresas presentes no APL melhorem o desempenho e tornem-se competitivas, tendo em vista o desenvolvimento e considerando todas as suas dimensões.

Merecem destaque os estudos que enfatizam relações interorganizacionais (FARINA *et al.*, 2017), políticas públicas (JACOMETTI *et al.*, 2016), inovação (PATIAS *et al.*, 2016), empreendedorismo (DACIÊ *et al.*, 2017), desempenho (OLIVEIRA *et al.*, 2017), aprendizagem (ROCHA; VIEIRA, 2016) e ações conjuntas (COSTA *et al.*, 2016). Enfatiza-se, também, os estudos que abordam sobre os desafios inerentes aos APLs: cooperação incipiente (SANTOS; CANDIDO, 2013), vínculos frágeis (BATISTI; TATSCH, 2012), participação incipiente das empresas nas decisões (CAMPOS *et al.* 2009), falta de

comprometimento (AZEVEDO FILHO; RIBEIRO, 2011), desconfiança (VILLELA; PINTO, 2009), falta de interação (ALMEIDA; ALBINO, 2010) e conflitos de interesses individuais sobre os coletivos (ALVES *et al.*, 2012).

No que tange às investigações sobre APLs de Turismo percebeu-se que os temas discutidos são capital social (BARROS; MOREIRA, 2006), competitividade (DA COSTA *et al.*, 2012; SGARBI, 2009; ZOUAIN *et al.*, 2011), cooperação, competição e competitividade (COSTA; MAIOR, 2006), cultura empreendedora (SCHMIDT; DREHER, 2008), formas de organização dos atores (BARROS; MOREIRA, 2005), governança (VILLELA; MAIA, 2009), desenvolvimento (COSTA *et al.*, 2009; DE LIMA MERIGUE, 2005; LEMOS *et al.*, 2007; SANTOS *et al.*, 2010; SILVEIRA *et al.*, 2005), distribuição espacial de atrativos turísticos (FERGER *et al.*, 2008), inovação (LUSTOSA; ROSARIO, 2016) e políticas públicas (SILVA JUNIOR, 2006).

De forma geral, os estudos supramencionados podem ser organizados em estudos que focam (i) o ambiente interno do APL, onde destacam-se os debates sobre competitividade e desenvolvimento das empresas relacionados a temas diferenciados e ou (ii) o ambiente externo do APL, em que são evidenciados principalmente os estudos sobre governança bem como sua relação com (a) a obtenção e manutenção do desenvolvimento e competitividade do APL e (b) a minimização de desafios inerentes ao APL.

Reforça-se que esse estudo, situa-se no ambiente externo do APL. Entretanto, diferencia-se dos demais por abordar a relação entre o APL e o Estado, tendo em vista a busca de apoio para atender as reivindicações dos atores representados, visando da promoção do desenvolvimento do APL.

Enfatiza-se ainda que uma análise dos estudos sobre representação, por meio de revisão sistemática integrativa (ANTERO *et al.*, 2019a, ANTERO *et al.*, 2019b), permitiu averiguar que sobre a temática representação de interesses não foram identificados estudos desenvolvidos no contexto dos APLs. Assim, com esse estudo são ofertadas informações que auxiliarão na compreensão e no exercício da representação de interesses.

Assim, será possível entender como é a representação de interesses nesse contexto específico em que pese a identificação dos atores que exercem a representação, das organizações com as quais esses atores estabelecem relacionamentos bem como a motivação desse relacionamento e seus possíveis benefícios, das formas de interação representante e representado e como essa interação, se existente, influencia o exercício da representação de interesses e conseqüentemente a realização de ações em prol do desenvolvimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são apresentados entendimentos sobre APLs e representação de interesses os quais permitiram alcançar certa compreensão quanto ao fenômeno investigado bem como a realização do emparelhamento com os dados obtidos na pesquisa.

2.1 Arranjos Produtivos Locais

As aglomerações de empresas e suas contribuições para o desenvolvimento (DALLABRIDA, 2017), são compreendidas de formas diferenciadas conforme o contexto e o local nos quais são investigadas. As denominações mais comuns são: distrito industrial inglês, distrito industrial italiano, *cluster*, meio inovador (*milieux innovateur*), APL e sistema local de produção e inovação (SLPI).

O distrito industrial inglês é uma proposição de Marshall (1982) na qual enfatiza-se a possibilidade de obtenção de ganhos pelos produtores. Distrito industrial italiano foi um termo cunhado por Becattini (1994) para fazer referência a uma região italiana, onde não houve intervenção pública, cujo desenvolvimento é creditado às questões culturais. Já *cluster*, é o termo utilizado por Schmitz (1997) e Porter (1998) para evidenciar, além das empresas, a presença de clientes, fornecedores e concorrentes.

O *milieux innovateur* é uma nomenclatura proposta por um grupo denominado *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateur* (GREMI), que se dedica a investigar as externalidades tecnológicas obtidas por meio da inovação (AYDALOT, 1986). Por sua vez, o APL, proposição de Lastres e Cassiolato (2003), e o SLPI, utilizado por Suzigan *et al.* (2003), referem-se às aglomerações em que há compartilhamento de objetivos entre atores econômicos, políticos e sociais, sendo que o último apresenta vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem.

Essas diferentes denominações foram criadas com base nas características marcantes de cada aglomeração, que se referem aos atores, aos relacionamentos, ao local e ainda às implicações no desenvolvimento. Para fins dessa tese, optou-se por utilizar os entendimentos de Lastres e Cassiolato (2003) e Suzigan *et al.* (2003), autores que investigaram a realidade das aglomerações brasileiras e que são referência nos estudos sobre a temática.

Para Lastres e Cassiolato (2003), os APLs são aglomerações territoriais de atores econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades

econômicas que apresentam vínculos, ainda que incipientes. Suzigan *et al.* (2003) evidenciam os vínculos entre atores para apresentar seu entendimento. Segundo esses autores, APLs são aglomerações cujas articulações entre os atores não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-las como sistemas.

Quanto aos SLPI, Suzigan *et al.* (2003) os definem como aglomerações de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo recorte territorial, que apresentam vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Essas aglomerações, além de incluir as empresas produtoras de bens e serviços finais, as fornecedoras de insumos e equipamentos, as prestadoras de serviços, as comercializadoras, os clientes e suas variadas formas de representação e associação, incluem, também, outras organizações públicas e privadas voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, de pesquisa, de desenvolvimento e engenharia, de promoção e de financiamento.

Por sua vez, Lastres e Cassiolato (2003) optam por utilizar o termo sistemas produtivos e inovativos locais (SPIL), que pode ser conceituado como arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento.

Conforme ressaltado por Suzigan *et al.* (2003) a distinção entre arranjos e sistemas produtivos locais é feita pela observação dos vínculos. Dessa forma, entende-se que a denominação mais apropriada para as aglomerações de empresas é APL, uma vez que não se pode afirmar que existem vínculos consistentes antes de analisar a aglomeração e seu contexto. Trata-se de uma denominação que possibilita incluir as diversas formas de aglomeração, sem a necessidade de uma afirmação prévia dos vínculos entre atores.

Partindo desse entendimento, pode-se caracterizar essas aglomerações com base na diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais, recorte territorial, conhecimento tácito, aprendizado interativo e inovação, governança e grau de enraizamento (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

A diversidade de atores econômicos, políticos e sociais e das atividades é característica marcantes dos APLs. Nesse tipo de aglomeração, além das empresas, também se identifica a presença de entidades, entendidas como as diferentes organizações que desenvolvem ações para apoiar as empresas. Tais atores podem ser organizados em grupos distintos: empresas, fornecedores, organizações de ensino e pesquisa, organizações financeiras, organizações de apoio, organizações de negócio e organizações governamentais

(ANTERO, 2015).

Os referidos atores têm como função: (i) desenvolver atividades econômicas, visando o fornecimento de produtos e serviços; (ii) fornecer insumos para a produção; (iii) apoiar o desenvolvimento tecnológico das empresas por meio de projetos de pesquisa desenvolvidos conjuntamente com empresários do setor; (iv) criar alternativas para apoiar financeiramente as empresas, por meio de linhas de financiamento específicas para fomentar suas atividades; (v) apresentar e coordenar projetos para o desenvolvimento do APL; (vi) congrega grupos de empresários que compartilham objetivos e estão comprometidos com a realização de atividades para o desenvolvimento e (vii) atenuar os problemas de baixo dinamismo das economias regionais, por meio de atividades voltadas para a melhoria das condições de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, respectivamente (ANTERO, 2015).

O recorte territorial diz respeito aos recortes espaciais em que os processos produtivos, inovativos e cooperativos ocorrem. Município, áreas de um município, conjunto de municípios, microrregião e conjunto de microrregiões, são alguns exemplos dos recortes espaciais utilizados para definir o recorte territorial de um APL. Já o conhecimento tácito é o conhecimento implícito e incorporado em indivíduos, organizações e até regiões, comumente originado do compartilhamento e socialização de conhecimento entre os atores presentes em uma mesma dimensão territorial (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Por esse motivo, esse conhecimento é caracterizado pela especificidade local que, por sua vez, é relacionada ao tipo de ator e de atividade. Esse conhecimento é um tipo de vantagem competitiva obtida em função da presença em um APL, como pode ser observado nos estudos de Suzigan *et al.* (2003), Vale (2007) e Almeida e Albino (2011).

O aprendizado interativo refere-se à capacidade de aprender, conjuntamente, por meio do compartilhamento de saberes. Os estudos de Cassiolato e Lastres (2001), Vale (2007), Nagamatsu *et al.* (2009), Almeida e Albino (2011) e Sacomano Neto e Paulilio (2012), corroboram esse entendimento uma vez que confirmaram que a presença de empresas no APL influencia positivamente esse aprendizado. Sabe-se que esse tipo de aprendizado consiste em um potencializador da capacidade produtiva e inovativa. E essa capacitação inovativa, permite a inserção de novos produtos, processos, métodos e formatos organizacionais, garantindo a competitividade dos atores locais.

No caso específico dos APLs, a governança refere-se à forma de coordenação dos atores e atividades, da produção à distribuição de bens e serviços, assim como a geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações (LASTRES; CASSIOLATO, 2003). E o

grau de enraizamento diz respeito à capacidade de articulação e envolvimento dos atores do APL, tendo em vista as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos, financeiros e também as outras organizações e o mercado consumidor. São essas características que possibilitam aos APLs contribuir para o desenvolvimento do espaço delimitado por sua dimensão territorial e do seu entorno (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

As contribuições para as empresas, provenientes da presença em uma mesma dimensão territorial, são aprimoramento das atividades (CAMPOS *et al.*, 2009), articulação (NAGAMATSU *et al.*, 2009; ALMEIDA; ALBINO, 2011; SACOMANO NETO; PAULILIO, 2012), competitividade (BAPTISTA; ALVAREZ, 2007; TEIXEIRA, 2008; CAMPOS *et al.*, 2009; AZEVEDO FILHO; RIBEIRO, 2011; ZAMBRANA; TEIXEIRA, 2016), cooperação (NAGAMATSU *et al.*, 2009; ALMEIDA; ALBINO, 2011; SACOMANO NETO; PAULILIO, 2012), criatividade (CASSIOLATO; LASTRES, 2001), crescimento empresarial (ALVES *et al.*, 2012).

E ainda economias externas (CAMPOS *et al.*, 2009), especialização de mão-de-obra (SUZIGAN *et al.*, 2003; CAMPOS *et al.*, 2009) e produtiva (NAGAMATSU *et al.*, 2009; SACOMANO NETO; PAULILIO, 2012), interação (NAGAMATSU *et al.*, 2009; ALMEIDA; ALBINO, 2011; SACOMANO NETO; PAULILIO, 2012), interdependência (ALMEIDA; ALBINO, 2011) maior dinamismo nos mercados internos e externos (CAMPOS *et al.*, 2009), presença de fornecedores especializados (SUZIGAN *et al.*, 2003), surgimento de outras empresas de atividades subsidiárias (CAMPOS *et al.*, 2009) e vínculos entre atores (BAPTISTA; ALVAREZ, 2007; VALE, 2007; CAMPOS *et al.*, 2009).

Quanto à área delimitada por seu recorte territorial e seu entorno, sabe-se que os APLs contribuem para o desenvolvimento socioeconômico considerando o volume de venda anual, a geração de emprego e renda (ALMEIDA; ALBINO, 2011), o desenvolvimento sustentável por meio de práticas relacionadas às dimensões ambiental, econômica e social (ALVARENGA *et al.*, 2013), o desenvolvimento local pela elevação do número de emprego e renda (AZEVEDO FILHO; RIBEIRO, 2011). Para Santos e Cândido (2013), os APLs são mecanismos úteis para o desenvolvimento. Corroborando, Baptista e Alvarez (2007) e Barroso e Soares (2009), afirmam que os APLs contribuem para o desenvolvimento.

2.2 Representação de interesses⁵

Nesta subseção, os entendimentos quanto à representação de interesses são expostos de duas formas: (i) estado da arte, para destacar os estudos desenvolvidos nos últimos anos e enfatizar as principais temáticas abordadas possibilitando, assim, a obtenção de um panorama sobre tais estudos e (ii) autores basilares, para dar ênfase às compreensões oferecidas pelos autores seminais que contribuíram para a construção desse campo de conhecimento.

2.2.1 Estado da arte⁶

Nesta subseção, serão apresentados os temas: modelos de representação de interesses, neocorporativismo, pluralismo, grupos de interesses e *lobby*. Dos referidos temas derivam uma infinidade de estudos que tratam sobre: (i) abordagens teóricas; (ii) atividades, estratégias e práticas; (iii) estrutura; (iv) influência no processo político⁷; (v) relacionamento; (vi) tendências e (vii) viés na representação de interesses. Especialmente, sobre a representação de interesses no Brasil, serão apresentados os estudos de Diniz (2010) e Diniz e Boschi (2016).

Os modelos de representação são abordados por meio dos estudos de Lowery *et al.* (2008), Lowery *et al.* (2015) e Leyva-De La Hiz (2019).

Lowery *et al.* (2008), com base em investigações realizadas nos Estados Unidos e na Holanda, discutiram sobre a possibilidade de comparar a política de representação de interesses, tendo em vista que as pesquisas sobre essa temática são fragmentadas, amplas e abstratas. Os autores constataram que desenvolver uma teoria comparativa da representação de interesses foi uma grande ambição. Tal teoria, em diferentes contextos, tende a variar em relação aos padrões de mobilização, na construção de comunidades de interesse, na escolha de estratégias de influência e em seus impactos nas políticas públicas e ainda na história, nas

⁵ Para definir a abordagem teórica, entendeu-se que há duas formas de representação: representação no APL, que se refere ao contexto institucional, ou seja, à representação dos grupos de atores denominada como representação corporativa (representação de organizações ou corporações) e que ocorre dentro do APL; e a representação do APL, envolvendo todos os grupos de atores nele presentes, que ocorre no contexto externo ao APL conectando-o ao Estado, a partir do contato estabelecido com as diferentes organizações públicas. Como neste estudo tem-se como foco na representação que ocorre no contexto externo ao APL e é exercida por associações, sindicatos e similares, a abordagem teórica apropriada para compreender a representação no contexto dos APLs é a Representação de Interesses.

⁶ Para elaborar essa subseção foi empreendida uma revisão sistemática integrativa cuja execução será explicada na seção Procedimentos Metodológicos.

⁷ Neste estudo, conforme entendimento dos autores referenciados, o termo processo político refere-se a todas as etapas do ciclo de políticas públicas (SOUZA, 2006), sendo dada ênfase à etapa de formulação.

instituições e na cultura. Como sugestão, indicaram a realização de estudos com base em uma literatura ampla sobre política comparada e uma seleção cuidadosa de casos a partir de um desenho de pesquisa minucioso e factível.

Lowery *et al.* (2015), apresentaram uma discussão sobre o que vem a ser a representação de interesses sem viés, partindo do entendimento de estudiosos sobre política de representação de interesses. Assim, sete condições para essa representação foram identificadas: (i) os interesses da sociedade devem ser articulados de maneira significativa; (ii) os grupos devem ser mobilizados para refletir esses interesses; (iii) as organizações de interesse devem representar os interesses daqueles que pretendem representar; (iv) a representação deve expressar uma combinação de interesses na comunidade; (v) os grupos de interesse devem ter condições igualitárias de acesso ao governo; (vi) os recursos devem ser distribuídos de maneira proporcional ao número de pessoas envolvidas; (vii) os governos precisam ser responsivos apesar da impossibilidade de atender todas as demandas.

Leyva-De La Hiz (2019) em sua pesquisa sobre inovações ambientais, realizada nos Estados Unidos, Japão, Alemanha e Reino Unido, investigou a influência do modelo de representação de interesses no processo político (formulação de política pública). O objetivo foi explicar como a quantidade e a importância das inovações ambientais são influenciadas pelas variações nos estilos de redes de políticas nacionais. Ou seja, verificar se empresas de países pluralistas geram mais inovações ambientais e se a importância das inovações ambientais é maior em países neocorporativistas. O autor concluiu que os países neocorporativistas tendem a gerar inovações ambientais mais expressivas do que os países pluralistas. Contudo, os achados não suportam a hipótese, sugerindo que os países pluralistas são mais propensos a gerar um maior número de inovações ambientais.

Quanto ao neocorporativismo, os estudos elencados abordam sobre a estrutura dos grupos de interesse (CULPEPPER, 1993), relacionamento (SZARKA, 2000), revisão de literatura (MOLINA; RHODES 2002), influência na confiança e deliberação (ÖBERG, 2002), fatores influentes (HÄUSERMANN *et al.*, 2004), abordagens teóricas (BRAMBLE; OLLETT, 2007), influência no processo político (formulação de política pública) (CHRISTIANSEN *et al.*, 2010), atividades, estratégias e práticas (ÖBERG *et al.*, 2011) e estrutura do neocorporativismo (BINDERKRANTZ; CHRISTIANSEN, 2015).

Culpepper (1993), para compreender como os grupos de interesse se estruturam no processo de formulação e implementação da política pública de agricultura francesa, desenvolveram um artigo para verificar a aplicabilidade do modelo neocorporativista nesse

contexto. Os autores observaram (i) que a presença de muitos grupos de interesse explicava a competitividade do setor; (ii) a perda de influência da Federação Nacional dos Sindicatos de Agricultores e o do Conselho Francês de Agricultura em função da incapacidade de coordenar os demais grupos; (iii) a combinação de fatores políticos e técnicos contribuem para que os grupos defendam os interesses da agricultura. Entretanto, entenderam que apesar de considerar que o neocorporativismo ofereceu condições para compreender a política pública de agricultura francesa, sua aplicabilidade é questionável.

Szarka (2000) para entender o relacionamento dos envolvidos na política ambiental da França, desenvolveram um estudo para os padrões iniciais de interação entre Estado e grupos de interesse. Identificou-se, como problema, o desequilíbrio provocado pela presença de fortes grupos antigos vistos pelos novos entrantes como ameaça à sua capacidade de exercer influência e, como melhorias, a atualização constante do conteúdo da política e a exposição das estruturas e operação dos sistemas políticos. Szarka (2000) ressaltou a importância da compreensão desse relacionamento para entender a efetividade da política pública. E concluiu que melhorias na referida política serão alcançadas por meio de medidas técnicas, mas, necessariamente, precisam ter como base as barganhas sociais possibilitadas pelo envolvimento de diferentes grupos de interesse.

Molina e Rhodes (2002) realizaram uma extensa revisão de literatura envolvendo estudos sobre neocorporativismo publicados na década de 1970 para analisar sua aplicabilidade no período contemporâneo. Os autores evidenciaram que o termo neocorporativismo é caracterizado pela ambiguidade, pela imprecisão e pelo uso indisciplinado. Os problemas na aplicação referiam-se, principalmente, aos diferentes usos do termo, pois o neocorporativismo foi usado para caracterizar todos os três elementos principais dos sistemas políticos, política (estruturas e instituições), política (processos e mecanismos) e política (resultados), mas também, foi aplicado à vários níveis da política (economia nacional, política específica das arenas, governança subnacional e setores industriais) em diferentes instituições do nível de atuação nacional (MOLINA; RHODES, 2002).

Öberg (2002) discutiu sobre a influência na confiança e deliberação na Suécia. Especificamente, investigou se o neocorporativismo afeta a confiança e a deliberação em atividades estatais, usando a administração pública sueca como um estudo de caso. A autora observou que o processo de tomada de decisão dentro de um acordo neocorporativista se assemelha à deliberação. Os representantes dos grupos de interesse atuam como fornecedores de opiniões, ou seja, com a função de apresentar a posição da organização que representam

por considerar sua capacidade de influenciar no processo. A administração neocorporativista promove confiança entre os participantes das organizações neocorporativistas, mas não no público em geral. No entendimento da autora, a confiança dos participantes da organização, gerada pela crença de que as ações promovidas visam o bem comum, dificilmente é canalizada para o público.

Häusermann *et al.* (2004) investigaram sobre as políticas públicas de desemprego e reforma da previdência. Na década de 1990, as negociações relativas às políticas sociais tornaram-se complexas para os parceiros sociais. Os principais fatores que explicaram essa alteração são a pressão pela redução do estado de bem-estar social e pressões da mídia. Esse contexto tornou impossível o alcance de acordos na arena neocorporativista e fez com que o principal *locus* de tomada de decisão mudasse para a arena parlamentar-partidária. Assim, os autores pretenderam compreender o declínio dos acordos neocorporativistas na Suíça. Häusermann *et al.* (2004) constataram que a arena parlamentar-partidária se tornou importante, pois abrangeu interesses mais amplos que os atores neocorporativistas e porque agiu sob a sombra iminente do referendo, obtendo maior influência sobre questões políticas.

Bramble e Ollett (2007) discutiram sobre o neocorporativismo na África do Sul e na Coreia do Sul durante a transição democrática. Os autores utilizaram o papel do governo, das empresas e dos sindicatos como categorias de análise. Bramble e Ollett (2007) constataram que o contexto de esforços simultâneos de contenção dos movimentos trabalhistas militantes e a reversão de ganhos econômicos tornaram o processo de transição frágil. No seu entendimento, os casos analisados evidenciaram a necessidade de estruturas que facilitam o diálogo social, os processos e trocas políticas. Na África do Sul, a agenda neocorporativista foi realizada, na Coreia não. Para Bramble e Ollett (2007) a capacidade do neocorporativismo de realizar os processos de contenção e reversão foram dependentes da existência (ou ausência) de relações políticas prévias de apoio entre o trabalho organizado e o Estado.

Christiansen *et al.* (2010) pesquisaram sobre a influência no processo político (formulação de política pública) na Dinamarca, Noruega e Suécia. Esses autores pretenderam medir a força do neocorporativismo escandinavo pelo envolvimento de grupos de interesse em comitês públicos, conselhos e comissões. Os autores afirmam que esses dois tipos de neocorporativismo são diferentes tendo causas e consequência também diferentes. Christiansen *et al.* (2010) concluíram que o neocorporativismo em relação à preparação da política caiu em todos os três países escandinavos, enquanto neocorporativismo em processos de implementação variou mais entre os três países. A mudança de foco dos grupos de

interesse, que passaram a se concentrar mais em contenção e recalibração do que em expansão, pode ser a justificativa para o menor envolvimento desses grupos no processo de formulação de políticas públicas.

Öberg *et al.* (2011) destacaram que os países da Escandinávia, Dinamarca, Noruega e Suécia, são caracterizados como os mais neocorporativistas do mundo. Em função do declínio do nível do neocorporativismo, optaram por analisar esse processo. Os autores perceberam que esse declínio é explicado, na Dinamarca, pela descentralização do governo local, perda de autonomia do governo e fortalecimento da oposição, na Noruega, pela crescente descentralização da autoridade do governo e na Suécia, pelo enfraquecimento do governo e dos sindicatos e pelo surgimento de outras organizações de representação de interesses. Para Öberg *et al.* (2011) existem alguns pré-requisitos para a manutenção do relacionamento entre o Estado e os grupos de interesses e a mudança em tais pré-requisitos explica o declínio do neocorporativismo.

Binderkrantz e Christiansen (2015), para compreender a evolução do neocorporativismo clássico ao moderno, investigaram como ocorreu a composição dos comitês dinamarqueses, tendo em vista os assentos ocupados por grupos de interesse e considerando o período de 1975 a 2010. Segundo os autores, as instituições neocorporativistas precisaram se adaptar às mudanças na relação com o Estado, muito em função das pressões sofridas, nos últimos 35 anos, oriundas das alterações ocorridas na sociedade. Os comitês, como espaço de participação, passaram a desempenhar papel importante. Binderkrantz e Christiansen (2015) concluíram que tais instituições se adaptaram à nova configuração do processo político para terem condições de atuar juntamente como outros canais de interação entre interesses sociais e tomadores de decisão públicos.

Já em relação ao pluralismo, optou-se por apresentar os estudos de Burns e Carson (2002) e Chatzigianni (2014) que abordam, respectivamente, sobre (i) *lobby* e padrões de formulação de políticas públicas e (ii) formação, estrutura, acesso e influência no processo político. Ressalta-se que em ambos os estudos os temas neocorporativismo e neopluralismo também são discutidos, entretanto, optou-se por evidenciar o pluralismo aqui, uma vez que os demais temas foram abordados nesta subseção.

Burns e Carson (2002) realizaram uma análise comparativa da governança e formulação de políticas em diferentes sistemas políticos. O objetivo foi comparar e analisar tais sistemas com foco na representação de grupos de interesses, políticas de grupos de pressão e *lobby* e participação na formulação de políticas na Áustria, Holanda e Suécia,

neocorporativistas, e nos Estados Unidos, pluralista. Os fatores considerados para análise foram grau de abertura, flexibilidade, extensão da previsibilidade e padrões de produção e desenvolvimento de políticas nos diferentes sistemas. Burns e Carson (2002) concluíram que os sistemas operam de maneira distinta, geram padrões diferentes de formulação de políticas públicas, pensam de forma diferenciada sobre governança, políticas, formulação de políticas, problemas e soluções.

Chatziagianni (2014) objetivaram apresentar grupos de interesse desportivo europeus focalizando em sua formação, estrutura, acesso e participação na formulação de políticas públicas. O foco foram as políticas públicas de esporte da Europa. Para tanto, identificaram os diferentes grupos de interesse que atuam no setor bem como apontaram sua atividade e a forma de interação estabelecida. Os autores averiguaram que na sequência da mobilização institucional europeia no domínio do esporte, vários interesses esportivos organizados, tradicionais e emergentes, ganharam acesso ao mecanismo de formulação de políticas públicas da União Europeia e realizaram uma variedade de atividades de *lobby*. No caso da formulação de políticas públicas europeias relacionadas com o desporto, o pluralismo e neocorporativismo coexistem como padrões de representação de interesses.

No que se refere aos grupos de interesses, nas obras de Trommer e Chari (2006), Anastasiadou (2008), Bowman e Woods (2010), Barakso, Gerrity e Schaffner (2011), Hristova e Cekik (2015), Conger e Djupe (2016), Eising (2017), Aizenberg e Hanegraaff (2019), destacam-se os temas influência no processo político, estrutura, relacionamento, fatores que influenciam a força dos grupos de interesse, atividades, estratégias e práticas, densidade, desempenho e acesso ao processo político, de forma respectiva.

Trommer e Chari (2006) desenvolveram uma análise para explicar por que os grupos de interesse privado procuram influenciar uma instituição, Conselho Europeu, que era percebida como não tendo fortes poderes de decisão no espaço político europeu. Os autores aplicaram diferentes teorias, como sobreposição de políticas, compras no local e comunidade epistêmica, mas constataram que elas não podiam explicar totalmente esse comportamento. Então, testaram a hipótese da missão ideológica, que destaca as visões idealistas desses grupos servindo de base para sua atuação e a consideraram adequada. Para os autores, a missão ideológica permitiu compreender que ao fazer parte do Conselho Europeu tais grupos melhoram sua imagem junto às demais instituições, o que tem implicações positivas para sua atuação no contexto extra conselho.

Anastasiadou (2008) abordou sobre a estrutura dos grupos de interesse do turismo ao

estabelecer as características da representação do interesse turístico e sua relação com as instituições da União Europeia. Observou-se que os grupos de interesse são de pequeno porte e marcados pela sobreposição, fragmentação, competição, conflito, falta de legitimidade, diversidade e múltiplos jogadores. Percebeu-se que os grupos de interesse do turismo são pouco influentes e têm dificuldade de acesso ao processo político. No que tange ao relacionamento, a autora averiguou que a relação entre os grupos é marcada pela concorrência e pelo antagonismo. Os grupos atuam de forma reativa em um tipo de gestão de riscos em vez da gestão estratégica. Assim, tais grupos não têm capacidade de influenciar a formação de agenda em função da incapacidade de expressar os interesses.

Bowman e Woods (2010), analisaram como as características do ambiente dos grupos de interesse afetam a participação desses grupos nas instituições interestaduais. Constatou-se que é mais provável que estados com grupos mais densos integrem instituições interestaduais. Mas essa maior concentração desses em alguns setores econômicos pode impedir uma formação compacta. Percebeu-se que os efeitos dos sistemas de tais grupos variam entre os tipos de grupos de interesse e instituições interestaduais. Em particular, os efeitos da densidade desses grupos parecem ser impulsionados, principalmente, por grupos sem fins lucrativos que geram maior participação em instituições interestaduais não econômicas. Concluiu-se que a cooperação interestadual é influenciada por características do ambiente de grupos de interesse.

Barakso, Gerrity e Schaffner (2011), em estudo desenvolvido nos Estados Unidos, examinaram os fatores que serviram para aumentar ou diminuir a força do setor de grupos de interesse em 195 mídias americanas. Especificamente, os autores pretenderam determinar os efeitos relativos de dois fatores na densidade do grupo de interesse: o grupo de indivíduos com capacidade de fornecer financiamento aos grupos (capital financeiro de uma comunidade) e ao grupo de indivíduos com capacidade de voluntariado para organizações locais (o capital humano de uma comunidade). Barakso, Gerrity e Schaffner (2011) constataram que tanto capital humano quanto capital financeiro são fatores imprescindíveis para os grupos de interesse. Entretanto, quando se considerou o fortalecimento de tais grupos, o capital humano é o que exerce maior influência.

Hristova e Cekik (2015) analisaram os efeitos do processo de adesão à União Europeia na representação de interesses na Macedônia. Os autores concluíram que o impacto da União Europeia na intermediação de interesses nacionais tem sido considerável. Os mecanismos verticais de europeização utilizados centraram-se em instituições do Estado e resultaram em

reformas legais e novas leis, bem como pressão sobre as instituições para aumentar a inclusão dos interesses da sociedade na formulação de políticas públicas nacionais. Mecanismos horizontais de europeização, enquanto isso, podem ser encontrados na adaptação de grupos de interesse ao processo de adesão e nas suas atividades a nível da União Europeia. Para os autores, a resolução dos problemas estruturais e de falta de recursos dos grupos de interesse da sociedade pode aumentar seu envolvimento.

Conger e Djupe (2016), pesquisaram sobre a densidade dos grupos de interesse nos Estados Unidos com base em dados dos grupos representantes dos direitos religiosos e dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBTs). Para tanto, revisitaram a hipótese da contramobilização no contexto desses dois grupos, considerados protagonistas nas guerras culturais, período de 2001 a 2010. Tal hipótese refere-se à expectativa de que grupos opostos se formem em resposta a ações de grupos de interesse existentes para apoiar uma mudança de política ou defender o *status quo*. Examinando as contagens de grupos nos estados, foram observadas evidências de contramobilização, confirmando a hipótese defendida. Além disso, encontrou-se um elo entre a polarização legislativa e a presença mútua desses grupos, reforçando a relevância desse conceito.

Eising (2017) analisou o desempenho dos grupos de interesse da União Europeia, especificamente, para compreender quais as estratégias adotadas fora do nível da União Europeia quando esses grupos não alcançam o desempenho esperado, mas precisam manter uma atuação expressiva. As principais estratégias existentes foram: formação de coalizões, presença da mídia, *lobby* da comissão europeia e *lobby* do parlamento europeu. Eising (2017) observou que houve formação de coalizões, que ocorre quando os membros do grupo de interesse estão descontentes com seu fluxo de informações e cujas preferências diferem das do grupo, e a participação em debates na mídia para fortalecer sua posição política. Entretanto, o autor destacou a necessidade do alcance de uma posição comum no nível da União Europeia, criticando diretamente o comportamento dos grupos observados.

Aizenberg e Hanegraaff (2019) analisaram os padrões de acesso dos grupos de interesse ao processo político na Holanda, no período de 1970 a 2017, por meio de hipóteses relacionadas às mudanças econômicas e político-institucionais: (i) as tendências negativas na economia de um país; (ii) o aumento do grau de oportunidades políticas devido à integração europeia; (iii) o aumento do tamanho do governo e (iv) o aumento no grau de orientação política liberal ou de direita no governo. Em todos os casos, as referidas mudanças levam ao acesso relativamente maior de corporações individuais. Os autores confirmaram as hipóteses i

e ii, mas não identificaram condições para confirmar as hipóteses iii e iv.

E por fim, sobre *lobby* destacam-se os temas abordagens teóricas (LOWERY *et al.* 2005), fatores que influenciam (BAUMGARTNER *et al.*, 2009), estrutura de *lobby* (VAUBEL *et al.*, 2012), influência no processo político (formulação de política pública) (CIANCIARA, 2013), inserção e regras (CREPAZ, 2017) e estrutura dos padrões de articulação (BENITEZ, 2018).

Lowery *et al.* (2005) objetivaram desenvolver o conceito contramobilização de curto prazo, distinguindo-o da contramobilização a longo prazo e especificando as condições sob as quais pode-se observá-la dentre os grupos de interesse do setor de saúde nos estados americanos. Partindo da noção de contramobilização como a expectativa de que grupos opostos se formem em resposta a ações de grupos de interesse existentes para apoiar uma mudança de política ou defender o *status quo*, os autores definiram fatores para a análise contramobilização de curto prazo: mobilização pela atividade política, população dos grupos de interesses, interações estabelecidas ao longo do tempo e características do domínio político. Lowery *et al.* (2005) encontraram poucas evidências de contramobilização de curto prazo entre os grupos de interesses da saúde.

Baumgartner *et al.* (2009) avaliaram o impacto da atividade do governo na mobilização dos grupos de interesses por meio da observação da atividade de *lobby* nos estados americanos. Os autores partiram do pressuposto de que há uma relação entre a atividade do governo e a mobilização desses grupos. Baumgartner *et al.* (2009) confirmam tal relação, uma vez que o aumento nas audiências no congresso ocasionou aumento no *lobby*. Esses resultados fornecem forte e robusto apoio para a visão de que os interesses organizados são fortemente afetados não apenas pelos fatores *bottom up* que têm sido estudados na literatura e que se refletem nas pressões exercidas por tendências econômicas e sociais. Os grupos de interesse reagem ao ambiente bem como às atividades de outros níveis de governo.

Vaubel *et al.* (2012) analisaram as carreiras de ex-membros da Comissão Europeia. Os autores assumiram que as possibilidades são: fazer parte de grupos de interesse privado, retornar à política, adotar vida pública não política e optar pela aposentadoria. Entretanto, indicaram interesse em analisar somente a primeira alternativa. Acreditam que essa escolha pode derivar de (i) hipótese da recompensa: recompensa por votos favoráveis de determinado setor ou empresa e (ii) hipótese do capital humano: conhecimento sobre os detalhes e regulamentações de determinado setor ou empresa. Vaubel *et al.* (2012) observaram que 39% dos ex-comissários tornam-se lobistas. Tal escolha foi justificada por características

individuais, idade e orientação partidária, e pela experiência política, o que confirmou as hipóteses defendidas.

Cianciara (2013) tratou da questão da influência que os grupos de interesse econômico da Polônia exercem no processo decisório em Bruxelas. Segundo a autora a eficácia limitada do *lobby* polaco poderia ser explicada pelo curto período de socialização política da União Europeia. No entanto, observou que os padrões de representação de interesses polacos na União Europeia são melhor explicados pelo ambiente institucional doméstico híbrido resultante de processos de transformação e europeização, bem como pela limitada compatibilidade dos dois contextos. Na verdade, as estruturas de oportunidade reais diferem em grande medida, tanto em termos de abertura sistêmica e regimes participativos quanto entre os sistemas nacional e europeu, apesar do caráter formalmente neopluralista desses modelos de representação de interesses.

Crepaz (2017) buscou explicar a introdução de leis de *lobby* nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e União Europeia, considerando o período de 1995 a 2014. A autora enfatizou que as discussões sobre regulamentação do *lobby* ocorrem para possibilitar que os envolvidos no processo de formulação de políticas públicas, principalmente os cidadãos, tenham conhecimento das atividades de *lobby* e para tornar essas atividades mais transparentes, facilitando a prestação de contas. Crepaz (2017) constatou que (i) há incentivo por parte das organizações internacionais para difusão de leis de *lobby*; (ii) apesar dos escândalos relacionados à corrupção influenciarem a apresentação de propostas, eles não interferem na aprovação de leis; e (iii) neocorporativismo não mostra efeitos sobre a aprovação de leis de *lobby*.

Benitez (2018) objetivou identificar e explicar como grupos de interesse econômico do Brasil e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) usam redes de políticas para afetar a formulação de políticas comerciais. O autor constatou que os padrões de articulação dessas *policy network* são importantes e que setores que têm laços mais fortes com os principais decisores governamentais têm uma vantagem estrutural em influenciar a política comercial e obter e ou manter suas políticas comerciais privilegiadas, desejadas, em comparação com setores ligados a atores governamentais com fraco poder de decisão. Portanto, setores que possuem uma forte estrutura política pluralista-clientelista com conexões com atores governamentais com poder de decisão têm maior potencial para alcançar suas políticas-alvo em comparação com redes de políticas mais corporativas.

Especialmente sobre a representação de interesses no Brasil, serão apresentados os

estudos de Diniz (2010) e Diniz e Boschi (2016).

Diniz (2010) analisou os principais momentos da trajetória política do empresariado industrial, tendo como marco os primórdios da industrialização brasileira nos anos 1930. Para tanto, a autora construiu sua discussão teórica com base nos seguintes pontos: trajetória e ação política com um breve retrospecto da década de 1990, os empresários e a agenda neoliberal, representação de interesses e ação política, as eleições de 2002 e o primeiro governo Lula e a percepção dos empresários sobre o primeiro governo Lula (2003-2005).

De forma geral, Diniz (2010) caracterizou a atuação do setor empresarial em face das várias fases do capitalismo industrial e dos vários modelos de desenvolvimento. Partindo das principais ponderações, constatou-se que a representação de interesses envolve: (i) a relação entre empresariado e Estado; (ii) a forma de organização e articulação do empresariado; (iii) as entidades, instituições e ou organizações que representam o empresariado; (iv) como o empresariado se relaciona com elas; (v) quais são os interesses do empresariado; (vi) qual o objetivo do empresariado; (vii) como esses interesses são apresentados ao Estado; (viii) que interesses do empresariado são atendidos pelo Estado e (ix) como os interesses do empresariado são atendidos pelo Estado.

Diniz (2010) destacou que, no período analisado, ocorreram mudanças, pois observou-se um aperfeiçoamento dos mecanismos de participação dos empresários industriais no congresso, a exemplo da prática de *lobby*. Ainda se percebeu a mobilização do setor, estrutura organizacional dotada de alto grau de complexidade e de diferenciação, por meio da consolidação e diversificação das entidades de representação de interesses que passaram a envolver tanto as organizações corporativas, como as associações civis de diferentes tipos.

Especificamente sobre as relações entre empresariado e Estado, Diniz (2010) apontou para uma tentativa de recuperação de espaço na esfera política por meio de ações que buscaram estreitar os vínculos e redefinir alianças com os novos centros de poder. De forma geral, evidenciaram-se a mobilização dos interesses empresariais e a disposição para o diálogo com os empresários e suas organizações de classe como pontos centrais e indispensáveis para o estabelecimento de uma aliança empresário-governo.

Diniz e Boschi (2016), em estudo inserido no compendio de obras intitulado *Estado e Sociedade*⁸, o qual traz contribuições sobre o sistema político e reformulação do comportamento dos atores sociais, discutiram sobre a autonomia e dependência na

⁸ SZWAKO, J.; MOURA, R.; D'AVILA FILHO, P. **Estado e Sociedade**: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016.

representação de interesses industriais. Os autores abordaram sobre as estruturas corporativa e extra corporativa de representação de interesse: gênese, expansão e perspectiva.

Teoricamente, o estudo parte do entendimento de Olson (1965), estudo clássico sobre o envolvimento em organizações coletivas para abordar teorias sobre grupos de interesse e de Schmitter (1974) para tratar sobre formas de representação de interesses.

Empiricamente, os autores utilizaram dados relativos a comparação da afiliação à estrutura de representação dos interesses com o universo das empresas industriais no Brasil, universo das entidades sindicais brasileiras por setor de atividade industrial e grau de industrialização dos estados, distribuição percentual de (i) associações extra corporativas por data de fundação e setor de atividade econômica; (ii) entidades de classe criadas no período pós 1964 por número de empresas afiliadas; (iii) entidades de classe por número de cargos na diretoria, por número de empresas afiliadas, por número de níveis hierárquicos, por setor de atividade industrial, por setor de empresas afiliadas; (iv) distribuição percentual das entidades de classe pela proporção de grandes empresas na sua composição; (v) sindicatos e associações por datas de fundação, por datas de fundação e setor da atividade econômica, por data de fundação e estados classificado pelo grau de desenvolvimento industrial; e (vi) empresas afiliadas às associações da indústria por setor e nível de industrialização dos estados.

De forma geral, Diniz e Boschi (2016) observaram que representação de interesses é estruturada da seguinte forma: (i) legislação sindical: afiliação (a) sindicatos (nível local); (b) federação (nível estadual) e (c) confederação (nível nacional); e (ii) estrutura extra corporativa: (associações que funcionam à margem da estrutura corporativa) não há hierarquia e controle por parte do Estado.

Assim, a dinâmica subjacente ao funcionamento dessas duas estruturas apontava no sentido do caráter seletivo e restritivo da afiliação aos grupos de interesse, as entidades extraoficiais tenderam a se proliferar enquanto as entidades oficiais estagnaram, identificou-se a nova modalidade de representação caracterizada pela autonomia e flexibilidade na dinâmica de intermediação dos interesses industriais (DINIZ; BOSCHI, 2016).

2.2.2 Autores *Basilares*⁹

Entendeu-se que para alcançar certa compreensão sobre a representação de interesses

⁹ Para elaborar essa subseção foi empreendida uma revisão sistemática integrativa cuja execução será explicada na seção Procedimentos Metodológicos.

era necessário observar seu posicionamento na discussão teórica que envolve a relação entre Estado e sociedade. Assim, optou-se por organizar o entendimento dos autores basilares a partir dos seguintes temas: *policy network* (RHODES, 1991; VAN WAARDEN, 1992), grupos de interesses (ALMOND, 1983; GRAY; LOWERY, 1996; BINDERKRANTZ *et al.*, 2016; FISHER, 2016), representação de interesses (DENZAU; MUNGER, 1986; LOWERY; GRAY, 2004) e modelo de representação de interesses (OLSON, 1965).

2.2.2.1 Policy Network

Por considerar que a literatura sobre *policy network* é difusa, tendo em vista a natureza dos estudos desenvolvidos, Rhodes (1991) optou por observá-la pela organização dos estudos de disciplinas (Sociologia e Ciência Política) e níveis de análise (micro, meso e macro níveis).

No micronível discute-se sobre dinâmica de grupos e análise das redes sociais, na Sociologia, e *issue network*, na Ciência Política. As duas primeiras referem-se (i) à análise da dinâmica de pequenos grupos, relacionamento entre grupos e comunicação interpessoal e (ii) à estrutura das redes a partir de informações sobre ancoragem, alcance, acessibilidade, grau, tamanho e densidade. Já na última, discute-se a inflexibilidade da rede de relacionamento, relacionamento pessoal entre o político principal e os atores administrativos e análise do poder na rede (quem são os atores que tem poder e como esse poder influencia a rede) (RHODES, 1991).

Já no meso nível, na Sociologia, aborda-se sobre análises das relações interorganizacionais, e na Ciência Política, sobre relações subgovernamentais e intergovernamentais.

As discussões da Sociologia sobre análises interorganizacionais focam na classificação e mensuração das interações entre organizações, estrutura de poder, valores e interesses, distribuição de poder dentro e entre as organizações, percepção de poder e regras que regem as interações e relação de dependência de poder entre organizações (RHODES, 1991).

E na Ciência Política, quanto às relações subgovernamentais, classificadas como pequenos grupos de atores políticos (governamentais e não governamentais) especializados em uma pequena área, aborda-se sobre as relações entre o governo e pequenos grupos de interesse, bem como o crescimento dessa relação. E no que tange as relações intergovernamentais, entendidas como atividades e interações que ocorrem entre unidades governamentais e todos os tipos e níveis dentro do sistema federal, se discute as múltiplas,

comportamentais, contínuas e dinâmicas mudanças ocorridas entre os oficiais no sistema político (RHODES, 1991).

No macro nível, trata-se sobre economia política, na Sociologia, e neopluralismo, na Ciência Política. Na economia política das redes interorganizacionais os temas debatidos são a arena em que as políticas públicas são decididas e implementadas, as diferentes estruturas como arranjos administrativos, o conteúdo político, a dependência organizacional, as estruturas de interesse e poder e as regras da formação de estruturas. E no neopluralismo, modelo de representação de interesses, percebe-se a preocupação com o crescente papel do Estado, discute-se sobre as relações intergovernamentais enfatizando o impacto da influência profissional, a lógica da racionalidade técnica, a posição privilegiada de um número selecionado grupo de interesses e a complexa interdependência com a estrutura governamental descentralizada (RHODES, 1991).

As *policy networks* são definidas como um “[...] *cluster* ou complexo de organizações conectados umas às outras por meio da dependência de recursos e distinguidas de outros *clusters* ou complexos na estrutura de dependência de recursos” (RHODES, 1991, p. 304). Referem-se aos processos de “vinculação, do resultado de trocas dentro da comunidade política ou entre um número de comunidades políticas” (RHODES, 1991, p. 306).

Rhodes (1991) defende que tais redes têm diferentes estruturas de dependência, estruturas que variam ao longo de dimensões como conjunto dos membros (por exemplo profissões, setor privado), interdependência (por exemplo entre níveis de governo) e recursos. É possível identificar, com base na composição dos membros, a extensão da interdependência entre seus membros e a distribuição de recursos entre os membros, cinco tipos de redes variando ao longo de um *continuum* desde as altas comunidades integradas até redes de problemas pouco integradas: comunidades políticas (comunidade territorial), redes de profissionais, redes intergovernamentais, redes de produtores e *issue networks* (RHODES, 1991).

As comunidades políticas são redes caracterizadas pelos relacionamentos estáveis, associação (filiação) altamente restrita, interdependência vertical baseada em responsabilidade pela prestação de serviços compartilhada, articulação horizontal limitada (isolamento de outras redes) e invariabilidade da política geral. Elas têm alto grau de interdependência vertical e limitada articulação horizontal. Também são altamente integradas. As comunidades políticas são baseadas no interesse funcional principal e de governo (RHODES, 1991).

E as redes de profissionais são caracterizadas pela preeminência de uma classe de

participantes no processo de formulação de políticas (a profissão). Suas principais características são estabilidade, associação (filiação) altamente restrita, interdependência vertical, articulação horizontal limitada, foco no interesse da profissão (RHODES, 1991).

Por sua vez, as redes intergovernamentais são redes baseadas no representante das organizações de autoridades locais. Suas características distintivas são filiação topocrática (e exclusão explícita de todos os sindicatos do setor público), a extensa constelação de interesses abrangendo todos os serviços (e conhecimentos associados) e clientes das autoridades locais, interdependência vertical limitada (não tem responsabilidades de prestar serviços) e extensa articulação horizontal (capacidade de penetrar em uma variedade de redes) (RHODES, 1991).

Já as redes de produtores são distinguidas por meio do papel dos interesses econômicos (ambos os setores público e privado) na formulação de políticas, sua associação flutuante, a dependência do centro em organizações industriais para entregar bens desejados (serve a interesse do produtor) e a limitada interdependência entre os interesses econômicos.

E por fim, as *issue networks* cujas principais características são o grande número de participantes e seu limitado nível de interdependência. Nessas redes, a estabilidade e a continuidade são extremamente valorizados e sua estrutura tende a ser atomística (RHODES, 1991).

Além do conceito e tipologia das redes, Van Waarden (1992) oferece alternativas para compreender a *policy network* a partir da observação de suas dimensões, tendo em vista a relação Estado-empresa baseada na interdependência dos vários atores: políticos, burocratas e representantes de interesses. No entendimento de Van Waarden (1992), tais relações ocorrem em função das diferentes necessidades dos atores envolvidos. Os grupos de interesse, por exemplo, buscam acesso ao processo de formulação e implementação de políticas públicas, bem como obter concessões em seus interesses ou de seus interesses. De forma geral, tais necessidades motivam e produzem trocas e transações. A frequência com que as relações Estado-empresa ocorrem tende a fazer com que elas sejam institucionalizadas e passem a influenciar a estrutura das organizações participantes (VAN WAARDEN, 1992).

As policy networks são uma forma de proto organização ou organização fracamente acoplada. Elas são uma forma intermediária entre (um único) contrato (mercado) e organizações formais - e algumas poderiam se transformar em organizações formais. *As policy networks* diferem das organizações pelo grau de formalização de relações e por tipo de coordenação. As redes não têm necessariamente um centro de poder e, portanto, a coordenação não é por autoridade hierárquica (ou, em consulta hierárquica mais esclarecida), mas mediante negociação horizontal (VAN WAARDEN, 1992, p. 31).

As dimensões das *policy networks* são: atores, função, estrutura, institucionalização, regras de conduta, relações de poder e estratégias de atores (VAN WAARDEN, 1992).

Os atores referem-se ao número de participantes. Essa informação, além de indicar o tamanho das *policy networks*, permite identificar como a rede é influenciada pelos diferentes atores envolvidos. Esses atores podem ser os indivíduos e os membros representantes de uma organização. Sobre os atores considera-se (i) suas necessidades e interesses, para saber como se forma a base das interdependências e como se origina a estrutura de *policy network*; (ii) as estruturas, as capacidades, os recursos e os desempenhos de organizações governamentais e da sociedade; (iii) o grau de profissionalização, que remete aos padrões de treinamento e recrutamento de representantes de organizações; (iv) e o mandato, a concepção de papel e as atitudes (VAN WAARDEN, 1992).

Sobre as funções, apesar de considerar que as *policy networks* podem executar várias funções, sozinhas ou simultaneamente, e que tais funções se relacionam com as necessidades, intenções, recursos e estratégias dos atores envolvidos, Van Waarden (1992) destaca: (i) a canalização do acesso aos processos de tomada de decisão; (ii) a consulta ou troca de informações; (iii) a negociação; (iv) a coordenação de ações independentes; e (v) a cooperação na formação, implementação e legitimação de políticas.

Já a estrutura, diz respeito ao padrão de relações entre os atores. Para compreender esse padrão deve-se observar: (i) o tamanho da *policy network* (quantidade de atores); (ii) os limites de atuação (abertos e fluentes ou fechados e monopolistas); (iii) o tipo de associação (participação voluntária ou obrigatória); (iv) o padrão de ligações (caótico ou ordenado); (v) a intensidade ou força da relação (frequência e a duração da interação); (vi) a densidade (extensão em que os atores estão ligados por múltiplas relações); (vii) a simetria ou reciprocidade de interconexões; (viii) o *clustering* ou diferenciação em subredes; (ix) o padrão de ligação ou tipo de coordenação (autoridade hierárquica, consulta horizontal e negociação, associação sobreposta, lideranças interligadas, mobilidade frequente de pessoal de uma organização para outra); (x) a centralidade: inexistente ou unicêntrica ou pliticêntrica; (xi) o grau de delegação de competências para tomada de decisão em unidades centrais e medidas de controle pelos participantes da *policy network*; (xii) natureza das relações (conflito ou competição ou cooperação) e (xiii) estabilidade (VAN WAARDEN, 1992).

Por sua vez, a institucionalização se refere ao caráter formal da estrutura de *policy network* e sua estabilidade, ou seja, o grau de institucionalização da *policy network*. Esse grau está relacionado às características estruturais da rede. Assim, a institucionalização tenderá a

ser maior em redes fechadas, com associação obrigatória, vínculos ordenados, alta intensidade, multiplicidade e simetria de relacionamentos, associações sobrepostas e lideranças interligadas e com uma unidade política central, para exemplificar (VAN WAARDEN, 1992).

E as regras de conduta são entendidas como aquelas convenções de interação que governam as trocas na *policy network*. Essas regras têm origem nas percepções, atitudes, interesses, formação educacional social e intelectual dos atores participantes e ao mesmo tempo tendem a exercer influência sobre eles. Além das organizações, as *policy networks* muito institucionalizadas também podem desenvolver suas convenções de interação (VAN WAARDEN, 1992).

Por fim, as estratégias dos atores são desenvolvidas para gerenciar suas interdependências. Exemplos de estratégia são a seleção de atores, a estruturação de relações, o fornecimento de funções e a criação de certas convenções. Tais estratégias norteiam a atuação dos atores em relação às redes quanto nas próprias redes, uma vez que esses atores fazem parte das redes para satisfazer suas necessidades, interesses e objetivos (VAN WAARDEN, 1992).

2.2.2.2 Grupos de Interesse

Para tratar sobre os grupos de interesse¹⁰ optou-se por apresentar entendimentos de Almond (1983), que traz informações relativas à organização das pesquisas sobre a temática, Gray e Lowery (1996), que apresentam uma teoria, derivada de entendimentos da biologia, para compreender os grupos de interesse, Binderkrantz *et al.* (2016), que demonstram a importância dos grupos de interesses como meio para conectar os interesses dos cidadãos ao Estado e Fisker (2016), que conceitua os grupos de interesse e ainda aborda sobre a influência desses grupos no processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Almond (1983) entende que os estudos sobre grupos de interesses podem ser organizados em três grandes ondas.

A primeira onda fez parte de um movimento antiformalista maior que, no início, enfatizava o partido político, o chefe e a máquina, em uma reação contra a teoria da soberania. Sua ideologia era libertária e pluralista e sua metodologia realista e processual. Arthur Fisher

¹⁰ Seguindo o entendimento dos autores referenciados, nesse estudo os grupos de interesse e as organizações de interesse são tratados como sinônimos.

Bentley¹¹ é considerado o autor mais influente nessa primeira onda e era frequentemente citado como o pai da teoria dos grupos de interesse. Essa primeira onda tem seu marco com a publicação, na década de 1920, dos estudos *Pressure Politics: The Story of the Anti-Saloon League* de Peter H. Odegard¹² sobre o movimento de proibição e *Group representation before Congress* de Edward Pendleton Herring¹³. Os estudos que compuseram essa onda foram caracterizados pela variabilidade teórica e empírica, pela base teórica sociológica e política europeia e pelas contribuições de pesquisadores formados em universidades cujo corpo docente recebeu treinamento europeu, pelo menos em parte (ALMOND, 1983).

Já na segunda onda, observou-se uma continuação dos esforços empreendidos na primeira, com foco na divulgação das pesquisas em Ciência Política empírica e no incentivo à fuga do formalismo e ideologismo nos estudos políticos da Europa e do Terceiro Mundo. Nos estudos desenvolvidos em todos os países e continentes, com exceção da África e a Antártica, observou-se discussões centradas nas condições e consequências das diferentes formas de interação governo-sociedade, espaços em que os grupos de interesses tinham papel relevante (ALMOND, 1983).

E a terceira onda, início da década de 1970, é considerada uma resposta às dificuldades enfrentadas pelas políticas econômicas keynesianas e a política pluralista, tendo em vista os problemas relativos às questões econômicas e políticas da referida década como, por exemplo, desaceleração do crescimento e aumento do desemprego. Contexto em que os diagnósticos e soluções baseados na abordagem neocorporativista se multiplicaram. A literatura neocorporativista focalizava a interação dos principais grupos de interesse econômico com o governo. Destaca-se alguns acontecimentos que foram necessários para a mudança do relacionamento entre e com grupos de interesse: o surgimento de sindicatos pragmáticos e de barganha, na década de 1950, a inflação, retardo do crescimento, desemprego e legitimidade em declínio do governo democrático, nas décadas de 1970 e 1980 (ALMOND, 1983).

Almond (1983) parte das discussões que compõem essas três ondas de estudos para enfatizar que os grupos de interesse são debatidos de formas diferenciadas, relacionadas às perguntas feitas e repostas obtidas, uma vez que esses grupos são diferentes conforme mudam as conjunturas históricas, o que também deixa claro a necessidade da capacidade de adequação desses grupos para lidar com diferentes contextos históricos.

¹¹ BENTLEY, A. F. **The Process of Government**. Evanston: Principia Press, 1949.

¹² ODEGARD, P. H. **Pressure politics: the story of the anti-saloon league**. Columbia University Press, 1928.

¹³ HERRING, E. P. **Group representation before Congress**. 1929.

Almond (1983) defende que ao contrário de negar uma teoria e criar outra em sua substituição, há a necessidade de conhecer e entender um pouco melhor as teorias que temos.

Diferentemente de Almond (1983), Gray e Lowery (1996) apresentam uma teoria derivada de entendimentos da biologia para compreender os grupos de interesse. Trata-se da teoria dos nichos organizacionais, a qual é utilizada para fornecer conceitos-ponte sobre os quais uma teoria integrada de grupos de interesse pode ser desenvolvida. A utilização do conceito de nicho não é algo novo no estudo de organizações de interesse. Na verdade, tal conceito serviu de base e elo para outros conceitos empregados na ecologia populacional, incluindo competição, princípio do isomorfismo, aptidão, seleção e adaptação. Sendo que a mais importante se refere à definição do nicho de uma organização, definido por um espaço multidimensional não apenas pelo local de interface com o processo de formulação de políticas (GRAY; LOWERY, 1996).

Para os autores, essa multidimensionalidade significa que não há uma maneira de estabelecer uma identidade para fins organizacionais internos. A identidade pode ser localizada em qualquer parte das dimensões dos recursos, definindo o nicho fundamental de uma organização, fornecendo os requisitos mínimos para a sobrevivência. A identidade específica que uma organização será especificada através de como ocorre a partilha (*partition*) de dimensões críticas do nicho fundamental compartilhado com os concorrentes (GRAY; LOWERY, 1996).

Gray e Lowery (1996) chamam atenção para o fato de que essa interpretação do conceito de nicho é imprescindível porque pode ajudar a responder perguntas sobre comunidades de grupos de interesse. Dado os conjuntos de membros em potencial, comitês legislativos, patronos e interesses, uma determinada comunidade de interesses organizados pode ser bastante pequena, com cada organização representando interesses relativamente abrangentes, ou grande, com cada um representando interesses muito discretos e precisos. Embora a própria natureza dos interesses certamente restrinja como as linhas de falha entre os interesses organizados são traçadas em qualquer cenário, as fronteiras entre os grupos de interesses podem ser demarcadas de várias maneiras, conforme indicado pelas bases artesanais ou industriais da organização sindical (GRAY; LOWERY, 1996).

A teoria dos nichos sugere que se pode explicar por que as comunidades de interesse são estruturadas de uma maneira ou de outra, examinando como os grupos de interesse constroem nichos viáveis a partir de um conjunto n-dimensional de nichos potenciais ou fundamentais. Apresenta-se, a seguir, cinco hipóteses sobre condições para a existência de um

nicho viável de grupos de interesse: (i) os grupos de interesse devem ter membros, com exceção das instituições; (ii) as organizações devem ter acesso a benefícios seletivos para mobilizar membros em potencial, com exceção das instituições; (iii) os grupos de interesse devem ter finanças suficientes para manter suas organizações internamente; (iv) uma organização viável deve ter algum acesso ao processo de formulação de políticas em questões que lhe interessam e (v) deve haver ação autoritária ou proposta de ação do governo que cause preocupação no grupo de interesse (GRAY; LOWERY, 1996).

Percebe-se que tais hipóteses são apresentadas como afirmações, embora cada uma tenha gerado mais do que um pequeno debate acadêmico. De fato, a autonomia em todas essas cinco hipóteses pode não ser essencial para o estabelecimento de nichos viáveis. A teoria dos nichos traz seu próprio método peculiar de investigação para determinar quais dessas condições são realmente vitais. Essa teoria sugere que os concorrentes partilharão uma ou mais dessas condições até que um limiar de similaridade limite seja ultrapassado. Entretanto, a teoria de nichos não exige que o limiar de similaridade limitante seja definido em qualquer dimensão de condições específicas ou combinação delas. Em vez disso, especificar as dimensões das condições realmente usadas para definir nichos realizados é uma questão empírica (GRAY; LOWERY, 1996).

Então, Gray e Lowery (1996) questionam como é possível avaliar em quais condições se baseiam a existência de nichos. Pesquisas de nicho em biologia populacional sugerem que se deve procurar interações entre organizações de interesse para responder a essa pergunta. Se os nichos são estabelecidos por meio de partilha (*partition*) em uma ou várias das condições hipotetizadas como definição de nichos fundamentais, os líderes de grupos de interesse devem indicar o tipo específico de relacionamento que estabelecem com concorrentes em potencial.

Quanto ao tipo de relacionamento, dois tipos de interações indicariam que uma dimensão de recurso pode não ser crítica para a sobrevivência de uma organização: envolver-se em conflito (competição) aberto com os oponentes ou cooperar (comunicação com aliados). Ambos os tipos indicariam uma ausência de partilha (*partition*) para estabelecer um limitador em uma condição. Por outro lado, a interação restante não na competição é expressa através da partilha (*partition*). Embora talvez surpreendentemente estranha para cientistas políticos que atendem quase exclusivamente a conflitos e cooperação, essa expectativa é central para o princípio da exclusão competitiva (GRAY; LOWERY, 1996).

Uma dificuldade que se pode enfrentar na avaliação das interações organizacionais é a ausência de critérios objetivos para determinar quando os valores de conflito, cooperação e

partilha (*partition*) são altos ou baixos. Embora os julgamentos sejam necessariamente subjetivos, eles podem ser informados comparando formas de interações nas dimensões dos recursos. Pode-se avaliar os níveis relativos de conflito, cooperação e partilha (*partition*) através das condições hipotetizadas para compreender os nichos fundamentais dos grupos de interesse, a fim de determinar em que base os nichos de interesses organizados são realmente construídos (GRAY; LOWERY, 1996).

Ao contrário de Almond (1983) e Gray e Lowery (1996), Binderkrantz *et al.* (2016) e Fisker (2016) desenvolveram estudos mais voltados às discussões empíricas relativas aos grupos de interesse enfatizando conceito, influência e importância desses grupos.

Para Binderkrantz *et al.* (2016, p. 3), os grupos de interesses são associações de membros ou apoiantes que não se candidatam a cargos públicos e que possam, potencialmente, buscar influência política. Segundo as autoras, os grupos de interesses podem ser organizados em grupos de interesse dos cidadãos e grupos de interesse econômico. Para diferenciá-los, as autoras definiram os últimos como aqueles grupos que representam interesses relativos à vocação ou profissão de seus membros.

Exemplos de grupos de interesse econômico são sindicatos, grupos empresariais, grupos institucionais (instituições e autoridades públicas organizadas), grupos de profissionais (professores, médicos, contadores etc.). Os grupos de cidadãos são denominados grupos de identidade: pacientes, estudantes, idosos, lazer, de interesses público (ambientais, humanitários e outros).

Binderkrantz *et al.* (2016) afirmam que os grupos de interesse econômico e de cidadãos definem prioridades quanto aos objetivos de formas diferenciadas. Os primeiros focalizam o processo de tomada de decisão tendo em vista a necessidade de assegurar o direito de seus membros e influenciar a decisão política. E os últimos têm foco no processo de formação de agenda em função da necessidade de chamar atenção para suas causas e recorrer ao eleitorado difuso e provocar o *status quo*.

Fisker (2016) destaca alguns fatores para compreender os grupos de interesse: tipos (BINDERKRANTZ *et al.*, 2016), componentes (membros e patronos), recursos financeiros, tempo de existência, competição e relacionamento com o Estado.

Sobre os componentes, sabe-se que os patronos são indispensáveis na criação dos grupos em função de sua capacidade de oferecer condições necessárias para o início das atividades. Entretanto, os membros têm influência na manutenção dos grupos, principalmente, por serem os principais financiadores do grupo, proporcionarem legitimidade e força política.

Fisker (2016) destaca a importância da habilidade de atrair e manter os membros.

No entendimento desse autor, os principais recursos financeiros são necessários para a manutenção das atividades dos grupos como por exemplo: atrair e manter membros por meio de campanhas e prestação de serviços e exercer influência política por meio do constante contato com formuladores de políticas e do monitoramento do processo político.

Sobre o tempo de existência, Fisker (2016) destaca que os grupos de interesses novos têm maiores chances de dissolução, pois tais grupos ainda não legitimaram sua posição no sistema organizacional do qual fazem parte e ainda não tem força política para fazer valer os interesses de seus membros.

Segundo o autor a competição, direta ou difusa, ocorre em função da escassez de recursos. A competição direta refere-se à percepção dos grupos quanto à necessidade de competir por recursos. E a difusa pela existência de grupos com interesses similares, também compreendida como densidade de grupos de interesse em determinado ambiente.

No que tange ao relacionamento com o Estado, Fisker (2016) pondera que o Estado pode promover acesso, suporte e reconhecimento legal, conferindo legitimidade e uma posição favorável entre os *players* do processo político. Entretanto, esses benefícios têm implicações como a dependência de recursos e influência nas ações do grupo. O número de posições privilegiadas, no Estado, ocupadas por membros do grupo de interesse são indicadores utilizados para analisar o relacionamento com o Estado (FISKER, 2016).

Entretanto, também se deve considerar a frequência de acesso aos tomadores de decisão, tendo em vista a possibilidade de influenciar as decisões tomadas para beneficiar os membros do grupo. Nesse contexto, para Fisker (2016), a melhor estratégia de atuação é a especialização, ou seja, os grupos devem focar sua atenção em poucas áreas políticas para obter melhores resultados.

2.2.2.3 Representação de Interesses

Para abordar sobre a representação de interesses, optou-se por apresentar o entendimento de Denzau e Munger (1986) e Lowery e Gray (2004), que ofertam meios diferenciados para observar essa representação.

Para Denzau e Munger (1986) o quanto cada grupo de interesse pode afetar a política pública é uma preocupação, uma vez que se trata de uma questão debatida teoricamente. Inicialmente, acreditava-se que a política pública era gerada pela competição dos grupos de

interesse (visão pluralista). Assim, o voto legislativo significa composição de força e equilíbrio de poder entre os grupos de interesse competidores no momento de voto. Os autores alegam que essa visão é simplista, pois os membros do congresso não respondem às atividades dos grupos de pressão, simplesmente.

Em uma nova abordagem houve o reconhecimento explícito de que a formulação de uma política pública é afetada por aqueles que buscam algum resultado e por membros do congresso que definem quem serão os beneficiados (DENZAU; MUNGER, 1986). Esses autores evidenciaram que em alguns trabalhos discutiu-se sobre a questão dos legisladores que definem quem serão os beneficiados, por entender que os grupos de interesse têm papel imprescindível nesse momento. Apesar dos estudos desenvolvidos (sobre a disputa de poder de decisão entre os membros do congresso e grupos de interesse) poucos estudos de caso e análises teóricas apresentaram tentativas de modelar esse relacionamento e ofereceram poucas conclusões gerais.

Como exemplo, Denzau e Munger (1986) citam o modelo de monopólio bilateral de Miller e Moe (1983)¹⁴. Os autores evidenciam que os economistas utilizavam modelos próprios para identificar a influência dos grupos de interesse nos legisladores e na legislação. Entretanto, apesar de oferecer *insights* interessantes sobre a relação entre os grupos de interesse e os membros do congresso (características dos grupos de interesse, comportamento de voto legislativo e resultado da política), tais modelos são limitados pela incapacidade de medir as atividades de *lobby*, os interesses dos constituintes e as preferências dos legisladores.

Para Denzau e Munger (1986), o objetivo do modelo de monopólio bilateral foi desenvolver um modelo teórico da oferta de políticas públicas nos Estados Unidos ao demonstrar como os grupos de interesse e um conjunto de eleitores podem ser atendidos.

Os autores destacam as informações que serviram de base para ilustrar as predições estáticas do modelo, quais sejam: (i) o resultado da política depende das vantagens comparativa dos participantes; (ii) vantagem comparativa, nesse contexto, depende do valor que cada conjunto de agentes tem a oferecer aos outros; (iii) três tipos de agentes são considerados: os eleitores, os grupos de interesse e os legisladores; (iv) foco no mercado em que os grupos de interesse oferecem contribuições para os legisladores em troca de esforços dos legisladores em favor de tais grupos; (v) as contribuições dos grupos de interesse para os legisladores têm relação com a produtividade dos legisladores e com as preferências dos

¹⁴ MILLER, G. J.; MOE, T. M. Bureaucrats, legislators and the size of government. **American Political Science Review**, v. 77, n. 2, p. 297-322, 1983.

eleitores; e (vi) os fatores utilizados para explicar a preferência dos eleitores foram ignorância racional (*rational ignorance*) e classe cívica (*civic class*) (DENZAU; MUNGER, 1986).

Em relação às alternativas sobre o comportamento dos eleitores, ignorância racional (*rational ignorance*) e classe cívica (*civic class*), Denzau e Munger (1986) demonstraram que essa discussão está concentrada na questão do legislador e dos grupos de interesse lutando para alcançar seus próprios objetivos e as formas como esse sucesso pode ser afetado e limitado pelos eleitores (grande grupo de interesses não organizados). Nenhum controle ou dominação tem sido atribuído a nenhum desses grupos, em vez disso, existe um entendimento de que qualquer grupo pode ter maior influência no processo político. Assim, o resultado da política é definido pelos preços e custos que tais políticas são oferecidas pelos legisladores.

A ignorância racional (*rational ignorance*) remete ao fato de os eleitores não têm conhecimento da atividade que os legisladores desempenham para atender aos grupos de interesse. Os legisladores dependem dos recursos dos grupos de interesse para se fazerem conhecidos pelos eleitores. Os eleitores só têm conhecimento da informação sobre como os recursos são gastos pelos legisladores. Os grupos de interesse podem controlar completamente a atividade dos legisladores. Por sua vez, a classe cívica (*civic class*) tem definição oposta a comportamento anteriormente descrito (DENZAU; MUNGER, 1986).

Denzau e Munger (1986) comentaram como os três tipos de agentes: legisladores, os eleitores e os grupos de interesse, tendem a atuar.

Os legisladores precisam atuar para maximizar a quantidade de votos a serem recebidos na próxima eleição, uma vez que os votos recebidos na última eleição afetam os votos a serem recebido na próxima. Independentemente de ter ou não a intenção de concorrer, os legisladores estão condicionados à seguinte máxima: os votos recebidos na última eleição influenciam os votos futuros. Um legislador mal votado inspira hostilidade política. Assim, a maximização de votos recebidos é meio de capturar a motivação do candidato em campanha, uma vez que há incerteza sobre a identidade e as características do oponente (DENZAU; MUNGER, 1986).

Uma alternativa para maximizar a quantidade de votos a serem recebidos é oferecer serviços aos grupos de interesse e aos eleitores. Sendo que para os primeiros podem ser oferecidos serviços relativos à legislação atual, projetos privados, influência na forma que os projetos são escritos (ou aprovados) no nível dos comitês, utilização de fontes adequadas para legitimar as falas. E aos últimos, assistência social, criação de burocracias e outros serviços individuais que os favoreçam (DENZAU; MUNGER, 1986).

Os votos vêm dos eleitores, grupo não organizado, desinformado cuja opinião é facilmente influenciada por propagandas. Assim, o tipo de propaganda vinculado é de extrema importância. Os eleitores respondem às propagandas, ou seja, seu comportamento é influenciado, independente do conteúdo veiculado (DENZAU; MUNGER, 1986).

Assume-se que cada grupo de interesse tem foco em um tipo específico de política pública. Dessa forma, os legisladores podem distribuir seus recursos de campanha tendo em vista a possibilidade de serviços futuros a serem demandados pelos grupos de interesse. Os recursos incluem dinheiro, serviços em espécie e trabalho voluntário. Esses três agentes são desafiados a maximizar, sendo que os legisladores na alocação de esforços, os eleitores na utilização do voto e os grupos de interesse na alocação de recursos, sendo que ambos são submetidos às regras da instituição legislativa (DENZAU; MUNGER, 1986).

Tratando especificamente do modelo de legislador único, considera-se um legislador individual que escolhe as atividades, que no seu entendimento, vão maximizar o número de votos que ele espera receber na próxima eleição (DENZAU; MUNGER, 1986).

Supondo que exista (n) único grupo de interesse, cada qual oferecendo ao legislador recursos de campanha. Assim, os grupos de interesse único, (i), podem oferecer recursos de campanha, (R), que o legislador pretende utilizar na próxima eleição. Contudo, existem muitos grupos não organizados, (U), nos quais cada membro tem votos para distribuir, totalizando todos os recursos de voto dos grupos não organizados, (Vu). Assume-se que os grupos não organizados não contribuem com os recursos de campanha. Então, o legislador pode escolher entre $n + 1$ atividades ou tipos de serviços políticos: serviços constituintes (P_u) para o grupo U, ou serviços políticos (P_1 a P_n) para o grupo de interesse único. Para decidir que grupo apoiar, o legislador considera a quantidade total de voto que pode receber para cada estratégia possível. Então, decide se vai imprimir esforços, (E_i), para produzir cada tipo de categoria de serviço, (P_i), onde (i) pode variar de 0 a n (DENZAU; MUNGER, 1986).

Sobre a escolha dos constituintes, apesar de definição usual de constituintes referir-se aos grupos que provem votos e recursos de campanha para os legisladores, a definição adotada refere-se ao (i) constituinte geográfico: parte dos grupos não organizados de eleitores que votam para o legislador; (ii) constituinte servidor: conjunto de grupos que o legislador dedica esforços para servir; (iii) constituinte fonte de recursos: grupo de constituintes que abastece o legislador com recursos de campanha (DENZAU; MUNGER, 1986).

No que tange à escolha dos legisladores por grupos de interesse especiais, grupos de interesses podem ser vistos como ávidos procuradores dos serviços dos legisladores. Se não

são passivos, mas ativos buscadores de legisladores que acreditam ter condições de ajudá-los, identifica-se uma situação diferente da anteriormente exposta, supondo que o grupo de interesse pretenda alcançar alguns objetivos e faça doações para campanha por considerar ser essa a melhor alternativa para alcançar tais objetivos (DENZAU; MUNGER, 1986).

Denzau e Munger (1986), em uma sumarização, apontam que grupos de interesse escolhem os legisladores com base na oferta de preço do serviço que cada grupo procura. A oferta de preço é determinada pelo custo que o legislador tem para oferecer o serviço. O custo depende da produtividade do legislador (o quanto ele se esforça). Um legislador que busca reeleição precisa ser compensado por votos perdidos por servir a grupos de interesse antes de oferecer tais serviços. O preço da oferta ou custo da política, para os grupos de interesse, varia conforme o legislador. Os legisladores têm vantagens comparativas: (i) seu esforço é altamente produtivo e (ii) seus eleitores são relativamente mais favoráveis para melhorias na política pública. A contribuição do modelo refere-se ao fato dele ser uma derivação do modelo de oferta de preço para o modelo de oferta de política (DENZAU; MUNGER, 1986).

E Lowery e Gray (2004) discutem sobre o viés na representação de interesses. Os autores demonstram que, nos primeiros estudos, era comum analisar o viés da representação de interesses a partir de listas de associação e de lobistas, obtidas em fontes diferenciadas, esforços considerados simplistas diante da complexidade do tema investigado.

Analisar o viés da representação de interesses é tarefa complexa. Somente nos últimos 20 anos, foram identificadas listas de organizações de interesse oficiais e mais compreensíveis, como por exemplo (i) o censo da atividade política dos comitês desenvolvido pela Comissão Federal de Eleição do Estados Unidos; (ii) a regulamentação das práticas de *lobby*, e (iii) o ato de divulgação do *lobby* (LOWERY; GRAY, 2004).

Então, Lowery e Gray (2004) observaram que apesar dos estudos desenvolvidos sobre contagem dos grupos de interesse, grande parte é derivada do estudo seminal *The semi-sovereign people* desenvolvido por Elmer Eric Schattschneider¹⁵, pois visavam identificar e mapear o viés no sistema (representação) de interesses.

Os autores destacam a dificuldade de obter conclusões não triviais sobre o viés na representação de interesses com base em listas únicas de organizações (grupos de interesse). E apesar de algumas razões para obtenção de conclusões triviais, como por exemplo: (i) é difícil saber o que é um sistema não viesado e (ii) a falta de um ponto claro de referência torna difícil

¹⁵ SCHNATTSCHEIDER, E. E. *The semi-sovereign people*. New York: **Holt, Reinhart and Winston**, 1960.

para os estudiosos concordar sobre o nível de viés do sistema de grupos de interesse, serem reconhecidas (outras ainda não foram), elas não foram suficientes para fazer com que os estudiosos olhassem a questão com mais cuidado.

Sobre a questão do viés, Lowery e Gray (2004) afirmam que o entendimento de Schattschneider (1960) é baseado em duas suposições críticas que o ajudaram a apontar as contradições nas discussões teóricas sobre representação de interesses: (i) a distribuição dos interesses antes do governo estava longe de ser isomórfica com a distribuição de interesse na sociedade, ou seja, a distribuição de grupos de interesse buscando influência é viesada em relação à distribuição de interesses na sociedade e (ii) a influência do grupo de interesse no resultado da política é sempre incerta, assumindo que o viés no padrão de representação de interesses pode moldar resultados definindo o que fará parte da agenda política e como esses itens serão dispostos.

Supreendentemente, a última crítica recebeu maior atenção dos estudiosos. Pouca atenção tem sido destinada à compreensão da dinâmica do viés da representação de interesses (se está mais ou menos enviesado). Nos estudos identificados, percebeu-se o foco nas vantagens dos grupos de interesse se mobilizarem para terem participações consideráveis nas políticas públicas. Assim, o conhecimento de que a dinâmica das comunidades de interesse influencia o entendimento do que vem a ser uma representação de interesses enviesada (LOWERY; GRAY, 2004).

Para abordar sobre a reconstrução de uma comunidade de interesse enviesada, Lowery e Gray (2004) utilizaram o modelo simples de representação de interesses enviesado, considerado falho, para identificar as primeiras discussões sobre viés na representação de interesses. Foram consideradas cinco maneiras em que uma comunidade de interesse pode divergir da proposta do referido modelo.

Nesse modelo, proposto por Schlozman e Tierney (1983)¹⁶, postula-se o padrão uma pessoa um voto como um critério apropriado de identificar o viés. Aqui, acrescenta-se a esse modelo simples, considerando a suposição de única esquerda-direita, que há uma distribuição normal de opinião entre a população sobre determinada questão. Assim, espera-se que uma comunidade de interesse não viesada a distribuição de organizações engajadas no *lobby* reflita a distribuição de opiniões no nível individual. Então, as divergências identificadas em relação a tal expectativa de isomorfismo são evidências da presença de viés (LOWERY; GRAY,

¹⁶ SCHLOZMAN, K. L.; TIERNEY, J. T. More of the same: Washington pressure group activity in a decade of change. *The Journal of Politics*, v. 45, n. 2, p. 351-377, 1983.

2004).

A esse respeito, alguns problemas fundamentais foram identificados: (i) as organizações de interesse não são indivíduos engajados com o voto (principal ato democrático); (ii) tais organizações não são altamente engajadas (como esperado), pois a atividade política apesar de ter alto custo é fruto de engajamento voluntário; (iii) as referidas organizações estão inseridas na interface entre a população e o governo e (iv) a natureza da sociedade e do grupo de interesse define os custos e benefícios associados ao engajamento na atividade de *lobby*. Assim, o padrão de isomorfismo é um critério adequado para analisar o viés na comunidade de interesse (LOWERY; GRAY, 2004).

Os autores apontaram algumas situações, com base em analogias, para explicar como a distribuição de interesses na sociedade e perante o governo tende a ser isomórfica: (i) caldas, picos e assimetria de perda; (ii) queijo suíço e fantasmas; (iii) ação coletiva e oportunidade demográfica; (iv) maçãs, laranjas e economia de escala; (v) efeito de exclusão competitiva e efeito do quarto cheio, as quais são expostas a seguir.

No que tange à analogia das caldas, picos e assimetria de perda, Lowery e Gray (2004) destacaram que enquanto as organizações se empenham para manter o custo para a entrada de novos membros, se vêm obrigadas a arcar com grandes custos para desenvolver a atividade política. Isso explica por que nas últimas décadas as taxas de votação estão empobrecidas e as organizações se empenham em desenvolver atividade de *lobby*. Em função do alto custo da atividade política, é compreensível que a calda da distribuição de interesses na sociedade seja subrepresentada por organizações perante ao governo. Nem os cidadãos nem as organizações estão dispostos a ter altos custos com expectativa de baixo retorno.

Entretanto, se as prospecções de sucesso tiverem chance de aumentar, as organizações se empenharão em melhorar as chances de obter sucesso, e o efeito do *feedback loop* promoverá um aumento substancial no número de organizações presentes na calda da distribuição de interesses. É sabido que as organizações de cidadãos e as organizações de interesse (de negócio) são representadas em diferentes subpopulações (grandes, pequenas, de rápido ou lento crescimento) dos estados. Pelos mesmos motivos, espera-se que as organizações que representam interesses no centro da distribuição de opinião da sociedade sejam sobrerrepresentadas (LOWERY; GRAY, 2004).

A distribuição é mais acentuada, pois as chances de sucesso são maiores e as organizações de interesse entendem a necessidade de arcar com os custos da ação política. Espera-se que a distribuição das organizações de interesse econômico seja mais acentuada que

a das organizações da sociedade. A assimetria de atenção às oportunidades e às ameaças é reconhecida como característica do processo de decisão humana e estratégia das organizações de interesse. O principal efeito dessa assimetria será expresso na representação tanto dos defensores das organizações quanto dos críticos políticos (LOWERY; GRAY, 2004).

Da mesma forma, os apoiadores ou oponentes de novas questões ou novas oportunidades políticas, serão subrepresentados. Se o custo da representação organizacional é a única coisa que importa, provavelmente não encontraremos a distribuição de interesses na sociedade replicada na representação de interesses perante o governo. Sendo que a última deverá sobrerrepresentar o *status quo*, simplesmente porque as organizações de interesse são organizações engajadas em um dispendioso (alto custo) e não rotineiro tipo de atividade política (LOWERY; GRAY, 2004).

Sobre a analogia com comidas, Lowery e Gray (2004) apontam que a pilha de pedaços de queijo suíço na qual a forma (configuração) não só dos pedaços, mas dos muitos buracos do queijo mudam como os temas (questões) e locais mudam. Os autores utilizam essa analogia para demonstrar o poder de fatores contextuais quando associados com mudanças em questões (*issues*) perante o governo. Além dos fatores contextuais, deve-se considerar a atuação do governo, pois o que o governo faz ou deixa de fazer, impacta profundamente no número e na variedade de organizações que realizam *lobby* (LOWERY; GRAY, 2004).

Nesse sentido, deve-se atentar para as mudanças relativas ao tipo de organização que se mobilizam para influenciar o resultado político (*turnover* de organizações), uma vez que as organizações de interesse vão se mobilizar conforme a questão em voga. Cabe enfatizar que as organizações de interesse não são as únicas organizações presentes na comunidade de interesse, pois a sociedade e os formuladores de políticas pública (eleitos e não eleitos) também fazem parte dessa comunidade, participam do processo político e influenciam o resultado da política. A sociedade e os *links* existentes entre os oficiais eleitos têm papel importante. As organizações de interesse têm papel de fortalecer os *links* entre os legisladores e os constituintes (LOWERY; GRAY, 2004).

Sobre a ação coletiva e oportunidade demográfica, Lowery e Gray (2004) comentam que o viés no sistema de representação de interesses deve ser definido com base na população das potenciais organizações de interesses existentes em uma sociedade. Dito de outra forma, a estrutura dos grupos de interesse que influencia o resultado da política varia conforme a população de grupos de interesse da qual ele emerge.

Esse entendimento foi extraído da noção de Olson (1965) sobre o problema da ação

coletiva. Entretanto, os autores consideram que essa noção se centrava mais no tipo de membros das organizações do que no número de organização que desenvolve atividade de *lobby*. Isto é, com tal noção buscava-se demonstrar como a participação dos indivíduos em organizações influenciava a quantidade de organização que exerciam algum tipo de influência nas atividades do governo (LOWERY; GRAY, 2004).

No que se refere à oportunidade demográfica, os autores defendem que para além da lógica da ação coletiva, há outras formas de estrutura de interesse, na sociedade, influenciar o sistema de interesses. O equilíbrio entre organizações e instituições de *lobby* é um efeito de oportunidade demográfica que tende a influenciar o isomorfismo dos interesses na sociedade e perante o governo. Os autores defendem que as associações empresariais tendem a ter poucos membros em pequenos estados. A proporção de *lobby* direto (empresas fazendo *lobby* por sua conta) varia positivamente com o tamanho do estado (LOWERY; GRAY, 2004).

Quanto às maçãs, laranjas e economia de escala, Lowery e Gray (2004) enfatizam que outros conjuntos de fatores utilizados para determinar o viés na comunidade de interesses referem-se a duas diferentes questões: o tamanho e a escala das organizações de interesse. Os autores lembram os padrões assumidos quando às possibilidades de influência (i) no nível individual: um indivíduo um voto, cada unidade tem igual influência e (ii) no nível da comunidade: assume-se que uma comunidade com 2000 votos individuais terá duas vezes o número de votantes que as comunidades que têm a metade do tamanho.

Entretanto, esses padrões não são defensáveis no nível das organizações que exercem *lobby* (Esse é o problema de tamanho e escala!), muito em função dos diferentes tipos de organizações engajadas no *lobby*. E mesmo que existem diversas organizações do mesmo setor as questões por elas defendidas serão totalmente diferentes (LOWERY; GRAY, 2004).

Lowery e Gray (2004) ponderaram que (i) simples economias de escala no processo produtivo vão alterar o *mix* de organizações na sociedade, conforme as mudanças do tamanho da economia; (ii) existe economia de escala na representação de interesses; (iii) o equilíbrio relativo dos diferentes tipos de organizações tanto na sociedade quanto perante o governo vai mudar e não exatamente na mesma direção, conforme economia muda de tamanho e (iv) a composição das comunidades de interesse vai mudar de formas sistemáticas com o tamanho econômico mesmo que o equilíbrio relativo de interesses na sociedade permaneça inalterado.

Por fim, sobre o efeito de exclusão competitiva e o efeito do quarto cheio, Lowery e Gray (2004) ponderaram que a estrutura da comunidade de interesses depende da natureza da representação de interesses, da distribuição da questão na agenda e na opinião política, do

tamanho e composição da população de interesse na sociedade, e de economias de escala da subpopulação de organizações de interesses para a ação política. Sendo que esses fatores estão associados com as propriedades dinâmicas da comunidade de interesse, pois os interesses organizados para o *lobby*, por exemplo, não são duros e fixos ou fazem parte de uma amostra estática dentro de uma grande população. Trata-se de características endógenas dessas comunidades, dentre as quais evidenciam-se: exclusão competitiva e o quarto cheio.

Quanto ao efeito de exclusão competitiva, parte-se da hipótese de que associações de negócio com grandes membros tem dificuldade, ao longo do tempo, de acomodar a diversidade de interesses de seus membros. Uma das principais implicações dessa dificuldade é que as associações, apesar da possibilidade de *free riding* (clandestinos ou parasitas), em grandes jurisdições ou ao longo do tempo, em economias crescentes, normalmente têm mais membros. Essas associações têm mais dificuldade, ao longo do tempo, de satisfazer as preferências de todos os seus membros em relação às associações similares em menores jurisdições ou em menor período (LOWERY; GRAY, 2004). Então, a necessidade de buscar alternativas mais específicas para representar vai aumentar conforme as economias crescem em tamanho. Outra implicação refere-se ao fato das oportunidades para as instituições responderem aos incentivos para fazer *lobby* por meio de associações mais especializadas ou por conta própria, também são grandes nessas condições. Por esse motivo, vão existir mais instituições compartilhando essa insatisfação específica com as grandes associações (LOWERY; GRAY, 2004).

E apesar da falta de clareza da influência desse processo no equilíbrio da atividade de *lobby*, por jurisdições e ao longo do tempo, considera-se a possibilidade do o efeito da exclusão competitiva de grandes associações de negócio em favor da especialização de associações e instituições. Associações especialistas tendem a substituir as associações de pico (que se mobilizam conforme questões debatidas). Grandes ou crescentes comunidades de interesse podem facilitar a fragmentação de grupos de interesse existentes, principalmente, associações de negócios com membros que são instituições, enquanto deixa inalterado o interesse que está sendo representado (LOWERY; GRAY, 2004).

O efeito da competição exclusiva tende a ser menos comum entre organizações de cidadãos porque os membros não têm opção de realizar *lobby* por sua conta, contudo as organizações especialistas têm essa possibilidade. Mas, se o efeito da competição exclusiva ocorre mais frequentemente nas organizações de negócios que têm instituições como membros, provavelmente serão identificadas altas proporções de interesses de negócio em

comunidades de interesse densas (LOWERY; GRAY, 2004).

No que se refere ao efeito do quarto cheio, Lowery e Gray (2004) destacam que a segunda característica endógena dos grupos de interesse ocorre de uma forma diferente do que o efeito da competição exclusiva. As atividades de *lobby* e as contribuições dos comitês de ação política são realizadas para assegurar o acesso aos oficiais eleitos. Obter acesso será mais difícil em sistemas de interesse densos a partir dos quais muitas organizações competem pelo tempo do legislador. Tentar acessar esses oficiais por diferentes canais (diferentes formas de organização de interesse) pode ser a alternativa mais viável, pois em uma sala cheia o coro tem mais chance de ser ouvido que uma única voz (LOWERY; GRAY, 2004).

Essas analogias, bem como a discussão dos textos que compõem a literatura sobre viés na representação de interesses foram necessárias para que Lowery e Gray (2004) pudessem abordar a questão do viés de forma apropriada.

Para esses autores, a primeira questão a ser observada refere-se ao fato de que, na identificação de viés da representação de interesses, assumiu-se um modo de análise no qual as organizações são consideradas iguais aos eleitores. Entretanto, quando se reflete sobre o que vem a ser um sistema de representação de interesses das organizações, se observa que sua distribuição é mais pontiaguda e inclinada que a distribuição de interesses na sociedade. A organização para a representação de interesses é custosa. Aqueles que não precisarem arcar com esses custos provavelmente não o farão (LOWERY; GRAY, 2004).

Outros fatores que tornam difícil a equiparação da representação de interesses das organizações (perante o governo) e da sociedade são a presença dos *free riding* (clandestinos ou parasitas) e o efeito das oportunidades demográficas. Ainda, deve-se descartar que as mudanças econômicas, os grupos de interesse engajados nas atividades políticas e a estrutura da comunidade de interesses vão influenciar quem faz parte das organizações (tipo de membro) e quais grupos de interesse vão se mobilizar (LOWERY; GRAY, 2004).

Primeiro, o esforço coletivo para empregar listas de organizações para acessar os níveis de viés deve sempre ser feito por meio de comparações ao longo do tempo, jurisdições e locais. Observa-se que mudanças nas questões de agenda, opinião política, distribuição de interesses na sociedade e a estrutura da comunidade também influenciam a distribuição de interesses. Segundo, deve-se ver a representação das organizações como um tipo de recurso (interesse) para influenciar o resultado da política (LOWERY; GRAY, 2004).

De tal modo, as organizações participam de forma efetiva no jogo de influência e suporte do viés de representação. O número de organizações é imprescindível, pois o número

de aliados e inimigos e como eles se configuram pelo domínio (espaço onde uma questão (*issue*) é debatida) interfere no uso de estratégias de influência e no destino da legislação. Mas, as organizações são apenas um recurso dentre os demais que podem ser utilizados para exercer influência política, pois existem também a opinião pública, ações dos formuladores de políticas públicas (oficiais eleitos) (LOWERY; GRAY, 2004).

Outrossim, a forma como esses recursos são configurados e implantados em diferentes arenas do conflito político é que permite identificar o viés na representação de interesses. Ademais, mudanças na direção e variação do *link* entre a opinião política e as ações dos oficiais eleitos, associada com os usos de recursos (incluindo o número de organizações de interesse), podem oferecer uma evidência (ou a sua falta) mais credível de viés no sistema de interesses (LOWERY; GRAY, 2004).

Lowery e Gray (2004) examinaram os estudos sobre o viés na representação de interesses evidenciando atenção desequilibrada dos estudiosos para duas suposições centrais, enumeraram os diferentes meios com os quais a distribuição de interesses na sociedade e no governo e em seguida retornaram à questão central do viés na representação de interesses. Os autores destacaram a dificuldade de extrair conclusões rápidas e definitivas sobre o viés na representação de interesses, uma vez que é difícil identificar tal viés e onde ele ocorre, bem como apontar os pontos claros que possibilitam indicar o nível do viés. Por outro lado, apontaram algumas alternativas para analisar esse viés, como realizar estudos comparativos e investigações dinâmicas, quem envolvam diferentes grupos e considerem a possibilidade de observar maiores períodos.

2.2.2.4 Modelo de Representação de Interesses

Sabe-se que os modelos que abordam a relação com o Estado, tendo em vista o exercício de algum tipo de influência no processo político, são: Pluralismo, Corporativismo¹⁷,

¹⁷ Entendeu-se, conforme indicação de Harvey *et al.* (1995), que o corporativismo se faz referência a corporativismo dos anos de 1930 ocorrido durante os regimes fascistas, discussão que não será feita neste estudo tendo em vista a sua inaplicabilidade. Ainda se destaca que o termo corporativismo é empregado de forma pouco criteriosa, uma vez que se observa a utilização do referido termo para referir-se tanto ao antigo corporativismo como ao novo corporativismo, dando a impressão de se tratar do mesmo conceito, desconsiderando questões temporais e espaciais onde a discussão é realizada. Para acessar autores que apresentam esse entendimento ver: (i) HARVEY, J.; THIBAUT, L.; RAIL, G. Neo-corporatism: The political management system in Canadian amateur sport and fitness. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 19, n. 3, p. 249-265, 1995; (ii) MOLINA, O.; RHODES, M. Corporatism: The past, present, and future of a concept. **Annual Review of Political Science**, v.

Neocorporativismo¹⁸ e Neopluralismo¹⁹. Para tratar do Pluralismo, partiu-se da obra de Olson (1965) em função de suas contribuições para a compreensão do tema.

2.2.2.4.1 Pluralismo

No livro *The logic of collective action*, especificamente no capítulo *Modern Theories of Pressure Groups*, Olson (1965) evidencia a relação entre os grupos de interesse e o pluralismo, quando destaca que os estudiosos do pluralismo foram responsáveis por criar um clima favorável ao crescimento das discussões sobre os grupos de interesse. Especialmente, quando se considera a Ciência Política americana moderna, o autor, reafirmando Earl Latham²⁰, enfatiza a estreita conexão entre os grupos de interesse e o pluralismo.

Olson (1965) enfatiza que o pluralismo é uma filosofia política na qual argumenta-se que associações privadas de todos tipos, especialmente sindicatos, igrejas e cooperativas, devem ter um papel constitucional maior na sociedade e que o Estado deveria não ter um controle ilimitado sobre a pluralidade dessas associações. No pluralismo, busca-se segurança em uma sociedade em que várias associações privadas fornecem uma almofada entre o indivíduo e o estado (OLSON, 1965).

O autor pondera que no pluralismo tende-se a criar um clima favorável aos grupos de pressão (mesmo que esse não seja seu objetivo principal) principalmente porque enfatiza a

5, n. 1, p. 305-331, 2002 e (iii) VON BEYME, K. Neo-corporatism: A new nut in an old shell?. **International Political Science Review**, v. 4, n. 2, p. 173-196, 1983.

¹⁸ O neocorporativismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número limitado de categorias singulares, obrigatórias, não competitivas, ordenadas hierarquicamente e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou licenciadas (se não criadas) pelo Estado e às quais é garantido um monopólio representacional deliberado em suas respectivas categorias em troca da observação de certos controles sobre a seleção de seus líderes e da articulação de demandas e apoios (SCHMITTER, 1974, p. 93-94). Para um detalhamento sobre esse modelo de representação de interesses consultar: SCHMITTER, P. C. Still the century of corporatism?. *The Review of Politics*, v. 36, n. 1, p. 85-131, 1974.

¹⁹ Abordagem teórica desenvolvida em resposta às críticas que os estudos sobre representação de interesses, campo da Ciência Política, desenvolvidos nos anos 1970, 1980 e início de 1990, receberam. Em resposta a tais críticas, os autores apresentam um amplo esboço que reuni três abordagens distintas da representação de interesses, com base em estágios de compreensão e exemplos de estudos já realizados. Tais abordagens são organizados partindo dos passos necessários para que os interesses organizados influenciem o processo político: (i) formação das organizações de interesse (ou mobilização das existentes para a ação política); (ii) introdução das organizações de interesse mobilizadas na população de organizações de interesse para tentar influenciar o resultado das políticas por meio da competição ou da cooperação; (iii) exercício de influência (ou ao menos uma tentativa de) das organizações de interesse por meio de *lobby* ou do financiamento da atividade de campanha e (iv) reflexo ou não dos esforços empreendidos pelas organizações de interesse no resultado da política. Para obter mais informações sobre o neopluralismo ver: LOWERY, D.; GRAY, V. A neopluralist perspective on research on organized interests. **Political Research Quarterly**, v. 57, n. 1, p. 164-175, 2004.

²⁰ LATHAM, E. **The Group Basis of Politics**. Ithaca: University Press, 1952.

espontaneidade, a liberdade e a qualidade voluntária da associação privada, em contraste com a obrigatoriedade do caráter coercitivo do Estado (OLSON, 1965).

Olson (1965), utiliza o entendimento Alexander Dunlop Lindsay²¹, teórico político pluralista, para afirmar que

[...] a vida comum da sociedade é vivida por indivíduos de todos os tipos e em diferentes relações sociais: igrejas, sindicatos, instituições de todos os tipos. E a vida religiosa, científica e econômica da comunidade se desenvolve através destes, sendo que cada um tem seu próprio desenvolvimento. Existe neles uma esfera de iniciativa, espontaneidade e liberdade. Essa esfera não pode ser ocupada pelo Estado com seus instrumentos de compulsão (OLSON, 1965, p. 112).

Olson (1965) comenta que os pluralistas herdaram essa visão, em parte, de dois famosos estudiosos: Otto von Gierke²² e Frederic Willian Maitland²³. Tais estudiosos preocuparam-se, principalmente, com as dificuldades legais ocorridas quando as associações privadas não tinham personalidade jurídica, ou seja, o *status* das unidades que possuem direitos legais e deveres. Evidencia-se que eles se encontravam no pensamento medieval e praticavam uma visão de associações ou grupos organizados, que enfatizava sua origem espontânea e unidade orgânica e que consideravam uma base adequada para o pensamento jurídico moderno. Além das visões herdadas, Olson (1965) se ampara nos diferentes tipos de estudiosos, pluralistas filosóficos e pluralistas analíticos, para apresentar sua compreensão.

Os pensadores pluralistas originais, denominados pluralistas filosóficos, são creditados com a compreensão do grupo base da sociedade, tanto em suas comunidades políticas quanto econômicas. Embora os pluralistas filosóficos tivessem o reconhecimento quanto ao seu conhecimento do caráter fundamental e inevitável da ação política e econômica em favor dos grupos de interesse, eram, de certa forma, criticados pela incapacidade de analisar as formas, mutações e permutações de tais grupos (OLSON, 1965).

Por sua vez, os pluralistas analíticos são cientistas políticos modernos. Por lidarem com a pluralidade de grupos também devem ser chamados de pluralistas, mas por causa de seu rigor teórico, acrescentou-se o adjetivo analítico para distingui-los dos pluralistas filosóficos. O mais influente pluralista analítico foi Arthur Fisher Bentley²⁴, cuja obra inspirou cientistas políticos que seguiram a abordagem de grupo (OLSON, 1965).

²¹ LINDSAY, A. D. **The modern democratic state**. London: Oxford University Press, 1943.

²² VON GIERKE, O. **Political theories of the middle age**. Cambridge, Cambridge University Press, 1900.

²³ MAITLAND, F. W. **Moral Personality and Legal Personality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1936.

²⁴ BENTLEY, A. F. **The Process of Government**. Evanston: Principia Press, 1949.

Olson (1965), partindo do entendimento de Bentley (1949), faz alguns apontamentos: (i) a análise dos grupos de interesse deve estar inserida em qualquer análise da vida social; (ii) a compreensão dos grupos de interesse é o primeiro passo para compreender tudo o que os cerca; (iii) identificar e analisar os interesses dos grupos é ponto imprescindível para entender o grupo como um todo; (iv) a equivalência entre o interesse e o grupo não deve ser desconsiderada; (v) a existência do interesse está condicionada à pertença a um (existência do) grupo e (vii) deve-se dar atenção aos interesses grupais em detrimento dos individuais.

2.3 Framework e Modelo Analítico da Representação de Interesses

Partindo dos entendimentos expostos, tem-se condições de apontar algumas premissas que nortearão a busca da compreensão quanto a representação de interesses, quais sejam:

Premissa 1: Nos estudos sobre representação de interesses investiga-se sobre (i) a estrutura da representação de interesses e (ii) o viés na representação de interesses.

Premissa 2: O viés na representação de interesses refere-se à diferença entre a mobilização da sociedade e a ação do Estado.

Premissa 3: Na realização de estudos comparados deve-se adotar alternativas para equipar os contextos comparados por meio (i) de um referencial teórico que facilite a compreensão do fenômeno investigado e (ii) da utilização das mesmas variáveis para coletar dos dados.

Premissa 4: O mapeamento das organizações de interesse e a identificação dos resultados do processo político possibilita a identificação do viés na representação de interesses.

Premissa 5: A capacidade das organizações de interesse de influenciar o processo político pode ser percebida por meio do resultado do processo político, ou seja, da quantidade de políticas públicas implementadas e da importância das políticas públicas implementadas.

Premissa 6: A missão ideológica dos representantes, a força/densidade das organizações de interesse e o acesso ao processo político são elementos necessários para compreender a influência desses grupos no processo político.

Além de direcionar a busca de compreensão da representação de interesses, tais premissas facilitaram a construção de um *framework*, Quadro 1, no qual são expostos conceitos necessários para a discussão e compreensão da temática e ainda meios para sua aplicação, e do modelo analítico, Figura 1, da representação de interesses, no qual os referidos conceitos, aqui entendidos como elementos necessários para compreender a representação de interesses, são representados graficamente a partir da forma como se manifestam na realidade,

das relações que estabelecidas entre diferentes elementos e as implicações de tais relações bem como da forma de manifestação.

No *framework*, são elencadas possibilidades para a adequada utilização dos conceitos que envolvem a discussão sobre representação de interesses.

Quadro 1 - *Framework* da Representação de Interesses

(Continua)

Conceito			Descrição do Conceito	Aplicação do Conceito
Elemento Primário	Elemento Secundário	Elemento Terciário		
<i>Policy Network</i> (RHODES, 1991)			Complexo de organizações de interesse conectadas entre eles e distintas dos demais.	Identificar as conexões das organizações de interesse nos diferentes níveis de atuação .
Modelo de representação de Interesses (OLSON, 1965; ANUÁRIO, 1997; ANASTASIADOU, 2008)			Forma como a representação de interesses é organizada e exercida perante o Estado.	Identificar o modelo de representação de interesses existente em determinado contexto e compreender como as organizações de interesse interagem como o Estado.
Estrutura (LOWERY; GRAY, 2004; ANASTASIADOU, 2008; SULISTYANINGSI H <i>et al.</i> , 2017; WARSONO <i>et al.</i> , 2017)			Forma como a representação de interesses é organizada tendo em vista a quantidade de organizações de interesse existentes.	Realizar a identificação, contagem e classificação das organizações de interesse.
	Representante (Organizações de interesse) (ANASTASIADOU, 2008)		Ator responsável por exercer a representação de interesses.	Identificar os representantes presentes em determinado contexto.
		Tipo (VAN WAARDEN, 1992; BINDERKRANTZ <i>et al.</i> , 2016)	As organizações de interesse podem ser classificadas como Organizações de Interesse Econômico , representam interesses relativos à vocação ou profissão de seus membros,	Classificar as organizações de interesse.

(Continua)

		e Organizações de Interesse do Cidadão.		
		Nível de atuação (VAN WAARDEN, 1992)	Refere-se ao recorte espacial em que o representante atua, podendo ser local, regional, estadual, nacional e supranacional .	Identificar em que nível o representante exerce suas atividades e se há relação entre representantes de diferentes níveis.
		Atividades (VAN WAARDEN, 1992; ANASTASIADOU, 2008)	Diz respeito às atribuições do representante.	Identificar as atividades desempenhadas bem como analisar se elas são convergentes com o tipo de representação exercida e se há complementariedade e ou sobreposição de atividades entre diferentes representantes.
		Quantidade (BINDERKRANTZ <i>et al.</i> , 2016)	Número de organizações de interesse presente em determinado contexto.	Observar se há equilíbrio entre a quantidade de diferentes organizações de interesse identificadas.
		Objetivo (JANUÁRIO, 1997; ANASTASIADOU, 2008; BINDERKRANTZ <i>et al.</i> , 2016)	Refere-se ao motivo de criação ou existência da organização de interesse.	Analisar a atuação das diferentes organizações de interesse e identificar se o objetivo deles é convergente ou divergente .
		Capacidade de Influência (DENZAU; MUNGER, 1986; JANUÁRIO, 1997; LOWERY; GRAY, 2004; ANASTASIADOU, 2008; FISHER, 2016)	Refere-se à condição para ou possibilidade de influenciar as decisões tomadas.	Perceber o quanto os representantes conseguem obter benefícios para seus representados.
	Representado (ANASTASIADOU, 2008)		Membros das organizações de interesse em nome de quem o representante fala.	Identificar os representados presentes em determinado contexto.

(Continua)

		Tipo (VAN WAARDEN , 1992; BINDERKRANTZ <i>et al.</i> , 2016)	Os representados são classificados conforme a organização de interesse a qual pertencem, podendo ser membros, associados e ou filiados .	Identificar e diferenciar os representados presentes em determinado contexto.
Viés (LOWERY; GRAY, 2004; ANASTASIADOU, 2008)			Diz respeito ao resultado entre o que é reivindicado pelos representados e o que é realizado pelo representante.	Saber em que medida o representante atende ao seu representando.
	Relacionamento (VAN WAARDEN, 1992; JANUÁRIO, 1997; ANASTASIADOU, 2008; FISKER, 2016)		Diz respeito às diferentes formas de interação existentes entre diferentes representantes e entre representantes e representados.	Identificar e classificar as formas de interação existentes entre diferentes representantes e entre representantes e representados.
		Meios para interação (VAN WAARDEN, 1992; DENZAU; MUNGER, 1986; JANUÁRIO, 1997; LOWERY; GRAY, 2004; FISKER, 2016)	Formas que os representantes utilizam para estabelecer a comunicação com os representados.	Identificar, contar e classificar os meios para interação. Observar a utilização e efetividade deles.
		Participação (LOWERY; GRAY, 2004; ANASTASIADOU, 2008)	Refere-se ao envolvimento dos representantes e representados nas diferentes atividades realizadas.	Identificar e classificar a participação. Saber quem participa, como participa e conhecer os motivos da participação e da não participação.
		Formas (GRAY; LOWERY, 1996)	O relacionamento pode ocorrer de formas diferenciadas como conflito, competição, cooperação .	Conhecer a forma de relacionamento predominante e identificar se ela contribui para a atividade do representante e como.
	Reivindicações (JANUÁRIO; 1997;		São as demandas	Conhecer as reivindicações

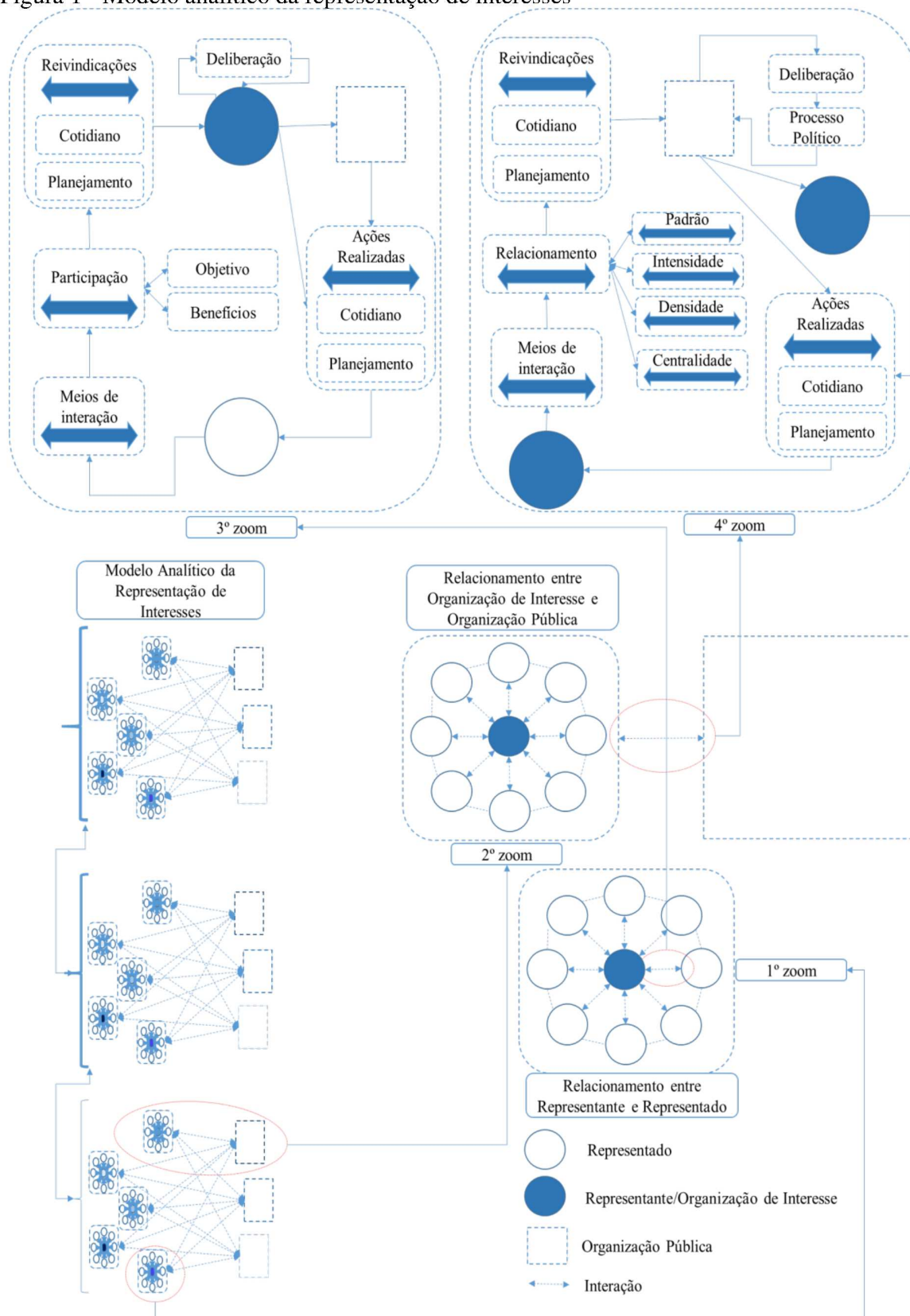
(Conclusão)

	ANASTASIADOU; 2008; BERTOLI, 2017)		apresentadas pelos representados aos representantes.	apresentadas e analisar sua convergência com a organização de interesse.
		Tipo (VAN WAARDEN, 1992; JANUÁRIO, 1997)	As reivindicações podem ser classificadas como reivindicações do cotidiano e reivindicações de planejamento .	Conhecer as reivindicações apresentadas e analisar sua convergência com a organização de interesse.
		Forma de apresentação (JANUÁRIO, 1997)	Refere-se ao canal de comunicação utilizado e representante acionado .	Identificar como as reivindicações são apresentadas à organização de interesse.
		Atendimento (ANASTASIADOU ; 2008)	Refere-se à quantidade de ações realizadas tendo em vista as reivindicações recebidas .	Identificar o grau de atendimento das reivindicações.
	Ações realizadas (JANUÁRIO; 1997; ANASTASIADOU; 2008; BERTOLI, 2017)		São as atividades desempenhadas pelos representantes.	Conhecer as atividades desempenhadas e analisar sua convergência com a organização de interesse.
		Tipo (VAN WAARDEN, 1992; JANUÁRIO, 1997)	As atividades desempenhadas pelos representantes podem ser classificadas como ações do cotidiano e ações de planejamento .	Conhecer as atividades desempenhadas e analisar sua convergência com a organização de interesse.

Fonte: Elaboração própria com base no referencial teórico.

Partido dos conceitos do elementos primários, secundários e terciários, utilizados para descrever e indicar uma forma para sua aplicação, elaborou-se o modelo analítico, Figura 1, por meio do qual expõe-se a representação gráfica de tais elementos: a manifestação, as relações e suas implicações.

Figura 1 - Modelo analítico da representação de interesses



Fonte: Elaboração própria

Em função da complexidade do fenômeno analisado, optou-se por apresentar o modelo analítico em sua totalidade e em seguida destacar as partes do referido modelo, com o recurso do *zoom*, onde se pode perceber os relacionamentos estabelecidos entre representantes e representados e entre organização de interesse e organização pública. Optou-se por representar apenas a comunidade de organizações de interesse do setor turístico.

Para construção do modelo analítico da representação de interesses foram utilizadas formas geométricas para enfatizar a distinção entre os elementos que elas representam, indicar o fluxo do modelo e apontar a interdependência e influência entre elementos.

Assim, as organizações públicas são os quadrados, as organizações de interesse são os quadrados com cantos arredondados, os representados são os círculos sem preenchimento e os representantes são os círculos com preenchimento. Especificamente, sobre os representantes, optou-se por preencher os círculos com diferentes tonalidades de azul para indicar que se tratam de representantes de organizações de interesse que desenvolvem atividades distintas e sobre os quadrados utilizou-se o contorno tracejado para indicar que tais organizações interferem e recebem interferências do contexto onde estão inseridas.

Por sua vez, a seta com ponta única e traço sólido serviu para indicar o fluxo, a seta com ponta dupla com traço pontilhado foi utilizada para indicar a interação e a seta para esquerda e para direita com preenchimento foi útil para demonstrar o grau dos elementos. E as chaves são os níveis de atuação, sendo que foram utilizadas diferentes espessuras para indicar a força das organizações de interesses neles presentes.

No referido modelo tem-se a representação de uma situação ideal, ou seja, um contexto idealizado, em relação à representação de interesses, pelos autores como adequado e necessário para que essa representação seja exercida da melhor forma possível. Assim, é esperado que (i) existam mais organizações de interesse do que organizações públicas, (ii) as primeiras exerçam a representação por meio da especialização (diferentes organizações desempenhando atividades distintas, porém complementares em prol do desenvolvimento do setor e acionando organizações públicas especialistas), (iii) as organizações de interesse estejam vinculadas a sua federação, no nível de atuação estadual, e sua confederação, nível de atuação nacional, e (iv) tais organizações sejam mais fortes, tenham mais capacidade de influenciar o processo político, nos níveis mais altos.

Sobre as partes do modelo destacadas com o recurso do *zoom*, pondera-se que *zoom* 1 e 3 referem-se à interação representado e representante/organização de interesse e o *zoom* 2 e 4, diz respeito à interação representante/organização de interesse e organização pública.

Num contexto ideal espera-se que (i) existam meios de interação em quantidade e qualidade adequada à participação, (ii) essa participação seja frequente, expressiva em quantidade e pautada no entendimento quanto aos objetivos e benefícios de participar, (iii) sejam apresentadas reivindicações convergentes com os propósitos da organização, (iv) tais reivindicações sirvam de base para as ações realizadas e expressem o interesse dos representados, (v) os representantes participem das deliberações da organização de interesse da qual fazem parte de forma frequente, expressiva em quantidade e pautada no entendimento quanto aos objetivos e benefícios de participar, (vi) o relacionamento seja caracterizado por um padrão ordenado e alta intensidade/intensidade e centralizado em uma ou mais organizações públicas especialistas e influentes, e (vii) os representantes influenciem o processo político e sejam capazes de fazer valer o interesse de seus representados.

Em tais partes, evidencia-se a interdependência e influência entre elementos. Idealmente tem-se um alto grau de meios de interação, participação, reivindicações, interferência no processo político e ações realizadas. E consequentemente um alto grau de atendimento dos interesses dos representados pelos representantes.

Para sumarizar, no *framework* e no modelo analítico, sintetiza-se os entendimentos elencados nos estudos referenciados e busca-se possibilitar a realização do debate, normalmente feito na Ciência Política, na Administração Pública para demonstrar como ocorre a representação de interesses no contexto dos APLs. Sabe-se que nos APLs há uma diversidade de atores, dentre os quais podem ser identificados atores que por diversos motivos atuam de forma mais expressiva na realização de ações para promover o desenvolvimento do APL. E dentre esses, acredita-se que há atores exercendo algum tipo de representação de interesses, ou seja, de alguma forma estabelecendo relacionamentos com o Estado, quer seja no nível local, regional ou nacional, para obter apoio na realização de ações para atender às reivindicações de seus representados.

Nos referidos *framework* e modelo analítico, tem-se um norte para compreender como ocorre essa representação, por meio da identificação, organização, classificação e análise dos elementos componentes da representação de interesses, aqui apresentados por meio de conceitos primários, secundários e terciários que possibilitaram alcançar, teoricamente, certo entendimento da representação de interesses.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção tem-se por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos, que determinaram os caminhos seguidos para realização do estudo: posicionamento ontológico e epistemológico, escolha da tipologia da pesquisa e do método, apresentação da técnica de coleta e análise de dados.

Quanto ao posicionamento ontológico, conforme indicação de Saccol (2009), opta-se pela ontologia intersubjetiva que considera a interação sujeito-objeto. Dito de outra forma, entende-se a realidade como um resultado da construção social que resulta de processos de negociação e compartilhamento de sentido entre pessoas (SACCOL, 2009).

[...] a realidade não é considerada nem como algo totalmente externo e independente da mente humana (objetiva), nem como fruto somente da percepção individual de cada indivíduo isoladamente (idealista, subjetiva), porém, a realidade é percebida e “criada” numa instância coletiva – as percepções do mundo que compartilhamos em sociedade –, portanto, a realidade é intersubjetiva (SACCOL, 2009, p. 252).

No que tange o posicionamento epistemológico trata-se de uma pesquisa que se enquadra no paradigma interpretativista²⁵ (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2013; FISCHER, 2016). O que pretende-se é descrever informações sobre a representação de interesses de APLs, partindo de seus elementos constitutivos, com base na percepção de seus representantes sobre a forma como tais elementos ocorrem no contexto investigado. Crê-se

[...] que existe uma interação entre as características de um determinado objeto e entre a compreensão que os seres humanos criam a respeito desse objeto, socialmente, por meio da intersubjetividade (SACCOL, 2009, p. 262).

E sobre a tipologia da pesquisa, elege-se a pesquisa qualitativa devido à sua capacidade de captar e compreender a realidade vislumbrada nesse estudo, levando em consideração a precisão que se deseja alcançar quanto aos resultados, tendo como propósito compreender, traduzir e descrever significados (COLLIS; HUSSEY, 2005).

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos

²⁵ Sabe-se que no debate epistemológico sobre os paradigmas existentes nos estudos organizacionais, merece destaque o estudo de Burrell e Morgan (1979).

interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p.58.)

Em relação à pesquisa bibliográfica (COLLIS; HUSSEY, 2005), que objetiva embasar teoricamente sobre os assuntos investigados, optou-se por utilizar tanto a lógica dedutiva quanto a indutiva para realizá-la. Inicialmente realizou-se a revisão sistemática integrativa, conforme indicação de Consoni (2016) e Kitchenham e Charters (2007), em função das possibilidades de contribuição para esse estudo. Posteriormente, buscou-se a identificação de autores basilares, por meio da leitura atenta de estudos sobre a temática.

Para realização revisão sistemática integrativa, foram observadas as seguintes etapas: (i) identificar o objetivo da revisão sistemática integrativa; (ii) identificar questão de pesquisa da revisão sistemática integrativa; (iii) definir *strings* (palavras-chave); (iv) definir bases de dados; (v) definir estratégias de busca; (vi) definir critérios de seleção; (vii) realizar a análise e apresentação dos resultados e (viii) apresentar as conclusões (CONSONI, 2016).

Sobre a implementação dessa revisão definiu-se como (i) objetivo: identificar trabalhos que abordassem sobre representação de interesses; (ii) *strings* “representação de interesses”, “corporativismo”, “neocorporativismo”, “grupo de interesses”, considerando sua tradução para o inglês quando necessário, os quais foram utilizados em separado e juntos em diferentes combinações; (iii) base de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO); *SCOPUS*, *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e *Web of Science* (WOS); (iv) estratégia de buscar artigos publicados até 2019; (v) critério de seleção optar por artigos que tivessem convergência com esse estudo (apresentar uma discussão teórica sobre o tema) em condição *free access*. Foram identificados 401 artigos nas referidas bases, 228 selecionados para leitura do resumo e 99 para leitura do texto. Os textos foram categorizados conforme tema predominante em discussão e serviram de base para a construção da seção 2.2.1.

Em seguida procedeu-se a identificação dos autores basilares, construção do referencial por meio da lógica indutiva, por meio da leitura atenta dos 99 textos categorizados, buscando identificar os autores mais citados e utilizados como base para a discussão teórica dos artigos, cujos trabalhos foram identificados, categorizados e apresentados na seção 2.2.2.

Para a condução do estudo, considerando o desenvolvimento da pesquisa de campo, foi adotado o estudo de caso de caráter descritivo-exploratório, ainda classificado como múltiplo e instrumental, cuja realização ocorrerá em quatro fases: delimitação da unidade-caso, coleta de dados, seleção, análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório (YIN, 2015).

Na fase de delimitação das unidades-caso definiu-se que a população seria composta por APLs de turismo mineiros e fluminenses²⁶. Conforme mapeamentos realizados por Botelho (2009) e Campos (2010) esses APLs tiveram participação fundamental na economia devido à relevância da base empresarial, participação na economia, perspectivas para o setor e as empresas da região, perspectivas de geração de empregos e empregos de qualidade.

Para a definição da amostra²⁷ considerou-se as informações constantes no Mapa do Turismo (BRASIL, 2018b), que dispõe sobre o desempenho econômico do turismo nos municípios. Constatou-se que os municípios Armação do Búzios, Angra dos Reis, Paraty e Petrópolis, do Rio de Janeiro, e Tiradentes, de Minas Gerais, tinham classificação A. Já Diamantina e Ouro Preto, de Minas Gerais, tinham classificação B. Assim, com base no critério de conveniência, tendo em vista a convergência com os temas pesquisados pelo grupo de pesquisa e pelo projeto de pesquisa, supramencionados, e a proximidade geográfica, optou-se pelos municípios Ouro Preto e Tiradentes, do estado de Minas Gerais. Informa-se que para fazer referência a esses municípios serão utilizadas as denominações: Ouro Preto e Tiradentes, sem a inclusão do MG que remete ao pertencimento ao referido estado.

Nessas cidades, foram coletados os dados primários e secundários, quanto à fonte, e qualitativos, quanto ao tipo (COLLIS; HUSSEY, 2005; COOPER; SHINDLER, 2016).

Os dados secundários, obtidos por meio de pesquisa documental, análise de atas (APÊNDICE A), consistem em informações sobre as diversas ações realizadas pelos representantes. Já os dados primários, qualitativos, que versam sobre a representação de interesses dos APLs, especificamente sobre a estrutura e o viés dessa representação, foram coletados por meio de entrevista com roteiro semiestruturado, conforme instrumento de coleta de dados (IDC) (APÊNDICE B).

²⁶ Justificou-se tal escolha, também, em função do vínculo deste estudo com o Grupo de Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTEC) e com o projeto Governança e Desenvolvimento Turístico: Uma análise de destinos turísticos nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Chamada Universal MCTI/CNPq nº 01/2016, sob coordenação geral da Profa. Dra. Fábila Trentin.

²⁷ Sobre as unidades-caso, além das duas cidades escolhidas, informa-se que em função do fenômeno investigado teve-se a necessidade de coletar dados em Belo Horizonte - MG, nível de atuação estadual, e Brasília - DF, nível de atuação nacional, tendo em vista a existência de organizações que exercem representação nos referidos contextos as quais poderiam (ou não) manter vínculo com as organizações presentes em Ouro Preto e Tiradentes. Informa-se que devido a indisponibilidade de agenda, não foi realizada coleta de dados em Brasília - DF. Ressalta-se que em função da inexistência de vínculos associativos entre as organizações de interesse identificadas em Ouro Preto e Tiradentes, consideradas para a análise da representação de interesses, com as organizações de interesse identificadas em Belo Horizonte - MG, as informações referentes às últimas não serão apresentadas nesse estudo, com exceção da subseção 4.3 a 4.4.1.1 onde trata-se da estrutura da representação.

Os sujeitos participantes da pesquisa são os atores dos APLs de turismo, cuja seleção se deu utilizando o critério de acessibilidade e não probabilístico, pela concordância em participar da pesquisa (BALDIN; MUNHOZ, 2011). A justificativa de escolha desses sujeitos baseou-se em sua condição de contribuir para a compreensão do fenômeno investigado. Tais sujeitos foram identificados como: Entrevistado 01, Entrevistado 02, Entrevistado 03 e assim sucessivamente, para garantir sigilo quanto às fontes das informações, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Perfil dos entrevistados

Identificação	Organização de Interesse	Cargo
Entrevistado 01	Serviço Social da Indústria - Centro Cultural SESI Minas Yves Alves	Produtor Cultural
Entrevistado 02	Associação Empresarial de Tiradentes	Vice-Presidente
Entrevistado 03	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ET Tiradentes	Chefe do Escritório Técnico
Entrevistado 04	Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto	Gestora do Planejamento Estratégico
Entrevistado 05	Associação de Moradores do Bairro Alto da Torre	Presidente
Entrevistado 06	Prefeitura Municipal de Ouro Preto - Secretaria Municipal de Turismo	Secretário Municipal de Turismo
Entrevistado 07	Prefeitura Municipal de Tiradentes - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Entrevistado 08	Federação de Convention & Visitors Bureaux do Estado de Minas Gerais	Secretário Executivo
Entrevistado -9	Prefeitura Municipal de Tiradentes - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Presidente do COMTUR
Entrevistado 10	Prefeitura Municipal de Tiradentes - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Prefeito Municipal
Entrevistado 11	Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais	Presidente
Entrevistado 12	Instituto de Turismo e Eventos de Ouro Preto e Circuito do Ouro	Presidente
Entrevistado 13	Associação das Senhoras Artesãs	Tesoureira
Entrevistado 14	Associação das Senhoras Artesãs	Presidente
Entrevistado 15	Associação Comercial e Empresarial de Minas (AC Minas) Conselho Empresarial de Turismo	Presidente
Entrevistado 16	Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Minas Gerais	Presidente
Entrevistado 17	Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto	Presidente
Entrevistado 18	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais - Regional Circuito do Ouro	Vice-Presidente
Entrevistado 19	Associação Empresarial de Tiradentes	Presidente
Entrevistado 20	Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais	Superintendente
Entrevistado 21	Associação Museu da Liturgia	Diretor
Entrevistado 22	Prefeitura Municipal de Ouro Preto - Conselho Consultivo do Paço da Misericórdia Centro de Artes e Fazeres de OP	Vice-Presidente
Entrevistado 23	Associação Feira de Artesanato Tiradentes	Presidente
Entrevistado 24	Instituto de Turismo e Eventos de Ouro Preto e Circuito do Ouro	Direto Executivo

Fonte: Dados da pesquisa

Na análise dos dados qualitativos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (LAVILLE; DIONNE, 1999; BARDIN, 2009) com suporte dos *softwares* Voicemeeter® acesso livre e versão 1.0.6.8. e IRaMuTeq®, acesso livre e versão 0.7.2.0, para transcrição e tratamento, respectivamente.

As categorias e subcategorias de análise: estrutura (representante (organização/grupo de interesses) e representado) e viés (relacionamento, reivindicações e ações realizadas) da representação de interesses, como como seus respectivos indicadores, estão expostas no Quadro 1, portanto, definidas *a priori*. Já a categoria *a posteriori*: turismo, emergiu dos dados da pesquisa. Assim, foi realizada a análise temática das categorias de análise, com grade mista, por meio das estratégias de análise e de interpretação qualitativa de emparelhamento, tendo a frase como categoria de análise e a palavra como unidade de recorte de conteúdo.

O tratamento dos resultados, realizado com suporte do *software* IRaMuTeq® (RATINAUD, 2009; RATINAUD, MARCHAND, 2012), deu-se a partir das possibilidades de análise de dados textuais: (i) Análises Estatísticas, que identificam a quantidade de palavras, frequência média, hapax (palavras com frequência um), formas ativas e suplementares e ainda criam formas reduzidas de palavras com base em seu radical; e (ii) Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que correlaciona os segmentos de texto e vocabulários, com base no Teste Qui-quadrado, para um sistema hierárquico de classes. Especificamente, na CHD, utilizou-se para análise a *concordancier*, uma saída gerada pelo *software* onde as falas das falas dos entrevistados são organizadas e sumarizadas em segmentos de texto componentes das classes conforme valor do Qui-quadrado.

Para tratamento do *corpus* de análise, conjunto de entrevistas realizadas, adotou-se as seguintes linhas de comando (i) monotemática: **** *ent_01, podendo variar de 01 a 24, (ii) temática: **** *ent_01 *representante, *representado, *relacionamento, *reivindicações, *ações_realizadas, sendo que cada segunda variável da linha temática foi associada ao recorte de conteúdo a ela relativo. E partindo das informações obtidas com as análises empregadas no IRaMuTeq® (RATINAUD, 2009; RATINAUD, MARCHAND, 2012) foi realizada a interpretação do *corpus* de análise.

Buscando conferir confiabilidade ao estudo, adotou-se o protocolo do estudo de caso, conforme indicação de Yin (2015), composto pelos seguintes aspectos: (i) identificação dos atores do APL de turismo que atendem aos pré-requisitos de seleção dos sujeitos participantes da pesquisa; (ii) agendamento das entrevistas com os atores do APL de turismo; (iii) apresentação e explicação da declaração da instituição colaboradora e posterior obtenção da

assinatura do representante legal, no caso de concordância em participar da pesquisa; (iv) apresentação e explicação do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e posterior obtenção da assinatura do sujeito participante da pesquisa, no caso de concordância em participar da pesquisa; (v) realização das entrevistas com roteiro semiestruturado com gravação de áudio; (vi) transcrição das entrevistas com o suporte dos *softwares* Voicemeeter®; (vii) análise das transcrições com suporte do *software* IRaMuTeq®, utilizando-se as técnicas de análise estatística e classificação hierárquica descendente. Adicionalmente, foram construídos quadros, gráficos e figuras com os resultados dessas análises.

Na elaboração do relatório foram utilizadas estratégias relativas à fidedignidade, validade e generalização, que confirmam rigor na realização do estudo para que o mesmo seja considerado significativo e completo. Para tanto, Yin (2015) recomenda a aplicação de quatro testes: (i) validade do constructo; (ii) validade interna; (iii) validade externa e (iv) confiabilidade, bem como suas respectivas táticas recomendadas para estudo de caso. Destaca-se que o teste de validade interna é utilizado em estudos exploratórios e não se aplica a este estudo.

A validade de constructo permite verificar a conformidade das medidas operacionais com os conceitos apresentados e será alcançada por meio da utilização de fontes distintas de evidências com triangulação (entrevista, pesquisa documental e observação). Já a validade externa foi obtida por meio da generalização analítica. Tal generalização ocorre por meio das contribuições à teoria da representação de interesses e dos entendimentos relativos às diferentes possibilidades de representação de APLs de turismo.

Por fim, alcançou-se a confiabilidade pela adoção do protocolo de estudo de caso e do desenvolvimento de uma base de dados do estudo de caso com a organização do material da pesquisa em formato de textos, quadros, gráficos e figuras.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, os resultados são apresentados nas subseções: O *Lócus*; O Turismo; Os Representados; Os Representantes; As Organizações de Interesse, que se referem à Estrutura da Representação de Interesses; O Relacionamento; As Ações Realizadas; As Reivindicações e A Análise do Viés da Representação de Interesses, que dizem respeito ao viés dessa representação.

4.1 O *Lócus*

Para a caracterização do *lócus* foram utilizadas informações gerais sobre as unidades de análise com base em dados sobre o panorama dos municípios.

O município de Ouro Preto – monumento nacional desde 1933, patrimônio histórico e artístico nacional desde 1960 e patrimônio cultural da humanidade desde 1980 – é um destino turístico conhecido internacionalmente. A cidade foi fundada em 24 de junho de 1698 e localiza-se a 98 km de Belo Horizonte (MG). A população estimada é de 74.281 pessoas, segundo dados de 2010. Quando se considera o salário médio mensal, a cidade ocupava a 14ª posição dentre os 853 municípios do estado. A população ocupada, que representa 25,8% do total, recebe em média 3,1 salários mínimos (IBGE, 2019a).

Ouro Preto possui taxa de escolarização de 98,8%, considerando a população com idade entre seis a 14 anos, segundo dados de 2010. Sobre a economia, o PIB *per capita* é de R\$ 39.001,79. A taxa de mortalidade infantil é de 15,22 para 1.000 nascidos vivos, ocupando a 298ª posição dentre os municípios mineiros. Em termos de recorte territorial e ambiente, 75,6% dos domicílios têm esgotamento sanitário adequado, 18,9% de domicílios urbanos possuem vias públicas com arborização e 30,6% de domicílios urbanos estão em vias públicas com urbanização adequada (há bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2019a).

Tiradentes, criada por volta de 1702, é patrimônio histórico nacional desde 1938 e um dos centros históricos da arte barroca mais bem preservados do país. A cidade fica 190 km distante de Belo Horizonte (MG). A população estimada de Tiradentes é de 7.981 pessoas. No que se refere ao trabalho e rendimento, a cidade ocupa a 624ª posição, o salário médio mensal é de 1,5 salários mínimos. A população ocupada é de 2.581 pessoas (IBGE, 2019b).

Quanto à educação, a taxa de escolarização de seis a 14 anos de idade é de 98%, conforme dados de 2010. Sobre a economia, o PIB *per capita* é de R\$ 18.178,82. Em termos

de saúde, Tiradentes é o 386º município do estado com uma taxa de mortalidade infantil média de 12,20 para 1.000 nascidos vivos. E sobre recorte territorial e ambiente, 80,8% dos domicílios têm esgotamento sanitário adequado, 23,1% de domicílios urbanos estão em vias públicas com arborização e 21,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2019b).

4.2 O Turismo

Nesta subseção, são apresentados os entendimentos quanto ao turismo a partir da percepção dos representantes de organizações de interesse que desempenham atividades a ele relacionadas. Para tanto, os entendimentos identificados foram organizados a partir de temas centrais norteadores. Para apresentá-los, optou-se por observar a divisão estabelecida com base nas diferentes cidades envolvidas nesse estudo.

Em **Belo Horizonte**, os entendimentos dos representantes de organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo foram organizados a partir dos seguintes temas centrais: noção, função, transformações, divulgação, relação com o morador local, atendimento ao turista, desenvolvimento da atividade turística e importância da atuação coletiva para o desenvolvimento das empresas.

O turismo é compreendido de formas diferenciadas. Entretanto, os entendimentos identificados guardam similaridades em relação à influência e importância dessa atividade para o desenvolvimento e ainda sobre a forma como seu resultado pode influenciar o comportamento do turista.

“O turismo é uma indústria sem chaminé. Nós vendemos sonhos” (ENTREVISTADO 11, 2019). Para o Entrevistado 08 (2019), o turismo “é a atividade econômica que gera felicidade [...] nós trabalhamos na alegria e nos momentos das pessoas”. E conforme o Entrevistado 16 (2019), “é a área mais importante da economia de um país desenvolvimento”.

Eu sempre vejo o turismo como uma atividade econômica que procura revelar ao visitante as riquezas e a realidade cultural e natural da sua região. O turismo é mobilizador, tem a característica de buscar a visitação de pessoas. E a presença de organizações locais fortes, a economia digital, e o acesso à internet são fatores que impulsionam o turismo. Entretanto, deve-se dar prioridade ao turismo que respeite as diferenças, valorize essas diferenças e saiba mostrar isso com atrativo, pois há necessidade de ter um ganho em termos econômicos e sociais para uma comunidade (ENTREVISTADO 15, 2019).

Algumas questões que podem interferir na forma como o turismo ocorre referem-se às transformações ocorridas nos últimos anos, principalmente, em relação à forma como a atividade é planejada e organizada. Percebeu-se a necessidade de dedicar especial atenção para a influência da *internet* no comportamento do turista. Para o Entrevistado 15 (2019), esse comportamento “tem mudado ao longo dos anos, pois na atualidade, o turista planeja digitalmente e depois faz a visita”. Dessa forma, esse turista tem acesso a uma grande quantidade de informação sobre diferentes opções.

Outro ponto destacado foi a necessidade de preparar e organizar o local para o desenvolvimento da atividade turística: “Não adianta ter uma cachoeira bonita, se lá não tem bar, não tem banheiro, não tem nada, nem acesso à atividade turística” (ENTREVISTADO 08, 2019).

Igualmente fundamental, tem-se a necessidade do envolvimento do morador local no desenvolvimento da atividade turística. O Entrevistado 15 (2019) aponta: “você não consegue ter uma política pública de turismo que seja comprometida com o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades mineiras se eles não forem participantes disso”.

Essas transformações, que possibilitam ao turista escolher entre diferentes opções, também evidenciam a necessidade para a formação e qualificação da mão de obra.

A formação de mão de obra qualificada e especializada em relação ao acolhimento do turista torna-se um fator necessário, pois o que é divulgado precisa ser vivenciado pelo turista. Nós temos carregado muito a marca de que Minas é acolhedora, de que o mineiro gosta de receber [...] Já é uma marca. Mas isso precisa ser realidade no relacionamento cotidiano do visitante com o morador local (ENTREVISTADO 15, 2019).

Especificamente, quando se fala da internacionalização de destinos turísticos, a formação de mão de obra qualificada e especializada é um fator imprescindível para a atividade turística. No entendimento do Entrevistado 15 (2019) é fundamental para o turismo “formar os agentes de turismo mais diretamente envolvidos com o visitante e entender que esse turismo passa hoje muito por essa visão internacional de Minas Gerais”.

Ainda tratando das transformações na atividade turística, sabe-se que a forma como a atividade é divulgada interfere nos seus resultados. As organizações inseridas no contexto do turismo, especialmente aquelas envolvidas com a representação do setor, hoje, aproveitam a visibilidade possibilitada pela *internet* para utilizar formas diferenciadas de divulgação do turismo, enfatizando recursos naturais e culturais. Tais organizações devem atuar promovendo um turismo que valorize e utilize essa realidade natural e cultural de Minas Gerais.

E dentre as alternativas para a divulgação da atividade turística, entendeu-se que a questão ambiental, referente à riqueza e à diversidade de recursos naturais do país, consiste em um atrativo. A esse respeito, o Entrevistado 15 (2019) destaca que a questão ambiental é “uma questão valiosa nesse relacionamento com o internacional. [...] o desafio agora é aproveitar que, internacionalmente, há um crescimento de interesse pelo turismo”.

Entretanto, há a necessidade de oferecer o que é publicizado em relação aos destinos turísticos para não quebrar as expectativas. Segundo o Entrevistado 15 (2019), “[...] o visitante que sai da Europa e vem para cá visitar Minas Gerais. Ele já tem muitas informações daqui [...] e tem também uma relação de visitação que permite a ele ser crítico naquilo que não encontrar adequadamente”.

Assim, entende-se que a importância do turismo está mais evidente. Da mesma forma, enfatizou-se a necessidade de organizar e planejar essa atividade, de utilizar os meios adequados para sua divulgação e, principalmente, atentar para que as expectativas do turista sejam atendidas e superadas. Especificamente, percebeu-se o entendimento quanto à importância de atuar coletivamente e de forma organizada:

duas cabeças pensam mais que uma. Então eu acho que é hora da coletividade no Brasil, é hora de união entre os empresários entre os trabalhadores, ou seja, de todas as classes sociais empresariais e de trabalhadores em prol do bem estar de cada um. [...] uma andorinha sozinha não faz verão. Hoje se não for tudo na coletividade ninguém faz mais nada (ENTREVISTADO 11, 2019).

Por sua vez, em **Ouro Preto**, os entendimentos dos representantes de organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo foram organizados a partir dos seguintes temas centrais: noção, função, desenvolvimento da atividade turística e importância dessa atividade para o desenvolvimento do município.

A noção de turismo é muito influenciada pela compreensão quanto aos motivos pelos quais o turista decide realizar uma viagem: turismo a lazer ou a negócios, por exemplo. Conforme destaca o Entrevistado 12 (2019), o turismo é uma atividade que “acontece quando a pessoa basicamente sai de casa para visitar outro local, seja a trabalho, seja a lazer, de certa forma ele tá fazendo turismo”.

O turismo tem funções diferenciadas como, por exemplo, oferecer possibilidades para o empreendedorismo, a inserção no mercado de trabalho e a realização de atividades de lazer. Além disso, alguns representantes identificam essa condição e a utilizam para promover benefícios para o município e para os moradores locais. Nas palavras do Entrevistado 06 (2019) identifica-se esse entendimento: “acho que o turismo tem uma função social

imprescindível [...] a gente vem trabalhando muito com foco no desenvolvimento social e econômico do ouropretano pela atividade turística”. Especificamente, observou-se que o empreendedorismo, conforme entendimento do referido entrevistado, é valorizado: “dentro do turismo em Ouro Preto, especificamente, a gente acredita muito no empreendedorismo do ouropretano”.

No que tange ao desenvolvimento da atividade turística, em função do seu crescimento, muitas pessoas começaram a vir para Ouro Preto para trabalhar no setor. Para o Entrevistado 06 (2019), como a atividade turística cresceu muito nos últimos anos, “[...] começou a aparecer muita gente para trabalhar com turismo de forma irregular”. E isso fez com que a atividade se tornasse desordenada. Assim, percebeu-se a necessidade de ações pontuais para minimizar essa situação, principalmente no que tange a regulamentação e organização da atividade dos guias. Esse mesmo entrevistado destacou que “[...] qualquer um pode trabalhar com turismo, mas poucos podem ser guia de turismo, para isso tem que ser regularizado e ter a carteirinha do Sindetur”.

Tais ações ainda tiveram o objetivo de minimizar alguns entraves que geravam problemas para o desenvolvimento da atividade, como por exemplo o relacionamento entre os guias e os artesãos. A esse respeito pondera-se que “[...] a relação com o turismo de Ouro Preto [...] ela passa por um entrave muito grande, que são os guias. Existe uma política em Ouro Preto que se não molha a mão, o guia não traz” (ENTREVISTADO 22, 2019).

E no que se refere à importância da atividade para o desenvolvimento do município, inicialmente o turismo tinha uma participação muito incipiente na arrecadação municipal. O Entrevistado 06 (2019) argumenta que “todo mundo achava que vivia do turismo [...], mas turismo tinha uma representatividade econômica de 3% nos cofres públicos”. Como o tempo, começou-se a pensar possibilidades para o desenvolvimento do município. Assim, como destaca o Entrevistado 17 (2019), “estávamos precisando crescer [...] deixar de ser escravo da mineração”. E entendeu-se que o turismo consistia nessa possibilidade: “então, parece que dá uma luz, nós precisamos investir no turismo, nós precisamos ter uma outra atividade econômica” (ENTREVISTADO 06, 2019). Essa situação foi alterada nos últimos anos, pois o turismo, atualmente, tem papel expressivo nesse contexto.

Já em **Tiradentes**, os entendimentos dos representantes de organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo foram organizados a partir dos seguintes temas centrais: noção, importância, atrativo turístico e atividade turística.

A noção de turismo é muito influenciada pelos valores observados no desenvolvimento da atividade turística e pela relação estabelecida entre essa atividade e os moradores locais. Percebeu-se o entendimento de que ao se falar em turismo deve-se ter em mente questões relativas ao ordenamento, equilíbrio e valorização de cultura e da terra.

Sobre o ordenamento, observou-se a preocupação com a utilização do recorte territorial municipal, no sentido de ter a disciplina necessária para respeitar as construções já existentes, dentre as quais muitas fazem parte do patrimônio histórico. A esse respeito, destaca-se a fala do Entrevistado 21 (2019) “numa cidade que tem o turismo como sua fonte principal de renda, se não tiver ordenamento territorial, disciplina em termos de postura e de conhecimento de obra, de ocupação de solo [...] o turismo acaba com tudo”.

No que tange ao equilíbrio, observou-se a necessidade de sua manutenção entre o objetivo da atividade turística e os objetivos da cidade e de seus moradores. O Entrevistado 01 (2019) aponta que “hoje o principal sustento da cidade é o turismo. A gente tem que buscar um equilíbrio nessa relação [...] de turismo e cidade [...], mas é uma relação positiva”.

No que se refere à valorização de cultura e da terra, dois pontos foram identificados: a necessidade de considerar fatores para além dos meios de hospedagem e alimentação e a influência que a atividade turística exerce no valor da terra, bem como sua ocupação, dando a entender que essa atividade tende a gerar um processo de valoração que pode ocasionar uma estratificação social que, conseqüentemente, altera os formatos de ocupação do recorte territorial da cidade. Em Tiradentes, a atividade turística é, em alguns casos, vista como uma atividade que provoca divisões baseadas nas diferentes classes econômicas.

Eu acho que é um turismo não só restaurante, loja e pousada. Para mim, a minha ideia de turismo é que incorpore também todas as questões culturais, o que a essa cidade tem, né, de manifestações culturais [...] eu acho que a questão dos valores também do solo, da terra [...] como que o turismo acaba também influenciando muito no valor da terra. Aqui a cidade é uma cidade muito elitizada (ENTREVISTADO 03, 2019).

Ainda tratando dos valores que influenciam a noção de turismo, entendeu-se que antes de valorizar o turismo deve-se valorizar a cidade e seu povo, pois o turismo é consequência de uma cidade feliz, “o mais importante para mim é o povo, depois seu patrimônio histórico, o turismo para mim está em terceiro lugar (ENTREVISTADO 21, 2019). O turismo também precisa estar baseado em valores como a memória, o pertencimento, o romantismo (apego à cidade), pois esses valores irão influenciar essa atividade no futuro. Para o Entrevistado 21 (2019) “memória ... pertencimento ... raiz ...é o que vai manter esse turismo daqui a 50 anos”.

Ao desenvolver a atividade turística deve-se valorizar a comunidade, o morador local, e considerá-lo como parte do patrimônio do qual o turismo usufrui. Percebeu-se que o morador local normalmente vê o turismo de forma positiva, muito em função da dependência econômica, pois ele trabalha nos empreendimentos turísticos. Entretanto, sua participação nos eventos promovidos é quase inexistente.

A relação com o turismo começa pela necessidade de trabalhar. O morador local se adapta às necessidades da atividade turística, como por exemplo trabalhar nos fins de semana e feriados, conforme destacado pelo Entrevistado 05 (2019): “a maioria de morador a cidade eles trabalham com turismo de forma positiva porque, principalmente os adultos, né, são pessoas que vivem do turismo, tem serviço em hotel”.

Essa necessidade de preocupação com a relação turismo e morador local é expressa de forma clara na ponderação relatada a seguir:

[...] tem o tempo de desenvolvimento, a gente precisa aceitar as pessoas que estão na cidade, os moradores, as pessoas que viveram aqui com uma determinada cultura que estão sendo invadidos por uma enorme quantidade de pessoas que [...] vem de fora com a outra cultura, com outra formação (ENTREVISTADO 19, 2019).

Sobre a importância do turismo, observou-se que em Tiradentes, o turismo é a principal atividade na promoção do desenvolvimento. “Turismo é uma coisa que Tiradentes vivi dele [...] eu sei se ele amanhã deixar de existir a cidade, infelizmente, ela, hoje não tem outra renda. Então, ela vive disso” (ENTREVISTADO 05, 2019). A esse respeito, o Entrevistado 23 (2019) pondera: “eu acho que o desenvolvimento que acontece aqui é nessa área de turismo [...] é a grande atividade [...] artesanato, culinária [...]”.

Quanto aos atrativos turísticos, entendidos como os fatores que influenciam a escolha de Tiradentes como destino turístico, observou-se que apesar da influência do patrimônio histórico e cultural e dos diferentes eventos, fatores como a beleza natural, a diversidade de atividades culturais e o artesanato são considerados importantes atrativos para o turista.

O turismo é considerado como a indústria que movimenta a cidade. Há um entendimento de que as atividades culturais contribuem para o desenvolvimento da atividade turística. O Entrevistado 07 (2019) afirma que “a diversidade cultural oferece alguns atrativos turísticos, principalmente o turismo cultural e o turismo de experiência”.

Trata-se de uma cidade com grande potencial turístico, não somente em função de sua participação na história, mas também, pela beleza natural, pelo artesanato, pelos artistas das cidades. Para o Entrevistado 23 (2019), “é uma cidade que tem vários leques para engancha

o turista, não só a parte histórica como também natureza, artesanato [...] vários tipos chamativos para o turismo”.

Também se constatou que o turista valoriza o artesanato. Além de visitar a cidade para participar de eventos como os da gastronomia, busca conhecer a história da cidade, que muitas vezes é relatada por meio dos artesanatos. O artesanato tem participação fundamental no turismo, pois o turista sempre deseja comprar algo para ter de recordação que remeta à cidade e à experiência vivida. O artesanato é uma propaganda para a cidade. “Eu acho que é uma parte que impulsiona muito o movimento de Tiradentes” (ENTREVISTADO 23, 2019). Alguns são sempre lembrados como, por exemplo, a prataria que era produzida em Tiradentes, há muitos anos.

Ainda hoje alguns turistas a procuram. [...] a cidade era conhecida por algum artesanato, mas era conhecida pela prataria [...] você já deve ter ouvido falar isso e o pessoal que vem atrás de alguma coisa assim (ENTREVISTADO 23, 2019).

No que se refere à atividade turística, em Tiradentes, tornou-se mais pujante a partir dos anos de 1990, quando a cidade passou a ser um dos principais destinos do Brasil. A atividade turística existe muito em função da história e do patrimônio de uma cidade. Há uma relação de causa e efeito entre esses elementos que não pode ser desconsiderada. Assim, a atividade turística deve ter como princípio a valorização e a preservação do patrimônio e da história, conforme destaca o Entrevistado 01 (2019), “porque o turismo existe por conta dessa história desse patrimônio que a cidade carrega”.

Ações para o planejamento do turismo são consideradas necessárias, uma vez que a atividade cresceu de forma desordenada. “É preciso planejar para que ele continue crescendo, mas sem causar danos ao município” (ENTREVISTADO 09, 2019) e para que o turismo também não vire um problema da cidade, “porque tem que respeitar várias coisas, a gente quer o turismo, mas o turismo não pode acarretar problemas dentro da cidade” (ENTREVISTADO 05, 2019).

Nesse contexto, para o Entrevistado 21 (2019), uma questão a ser pensada é público-alvo, pois “o tipo de turista que frequenta a cidade tem impacto no desenvolvimento da atividade”. E o Entrevistado 10 (2019) afirma que a atuação conjunta e continuada é necessária para o desenvolvimento do turismo, “foi por isso que Tiradentes obteve uma ótima classificação, na categorização do turismo. Os gestores devem atuar em prol do turismo e não descontinuar ações que estão obtendo resultados satisfatórios”. O Entrevistado 07 (2019) acrescenta que em Tiradentes, a Prefeitura Municipal de Tiradentes (PMT) e o COMTUR

reconhecem a importância da “[...] capacitação do pessoal para o atendimento ao turista e em setembro de cada ano, desenvolvem a semana do turismo onde são oferecidos diversos cursos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)”.

De forma geral, a partir da observação dos temas centrais norteadores dos entendimentos dos representantes de organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo, foi possível perceber que esses representantes evidenciaram questões fundamentais para o desenvolvimento da atividade, o que demonstra certa propriedade para lidar e desenvolver a atividade.

Observou-se que em todas as localidades os temas noção, importância e desenvolvimento da atividade turística foram citados, demonstrando a preocupação com elementos centrais para a adequada compreensão dessa atividade. Especialmente sobre a noção, percebeu-se a preocupação em definir o turismo partindo da experiência obtida pela atuação na área e um cuidado ao demonstrar que entende da atividade que representa.

Em relação à importância do turismo e ao desenvolvimento dessa atividade, observou-se a preocupação em destacar fatores que podem contribuir ou prejudicar o desenvolvimento do turismo, bem como apontar implicações da atividade para a localidade.

Ainda se destacam os entendimentos relacionados ao morador local, pois, nas três localidades, observou-se interpretações diferenciadas. Em Belo Horizonte, percebeu-se a preocupação como o morador local tido como aquele que precisa estar envolvido na atividade e nas políticas públicas a ela relativas. Em Ouro Preto, o morador ocupa o lugar de beneficiado pela atividade turística, entendida como alternativa para o empreendedorismo. E em Tiradentes, o morador é visto, principalmente, como aquele que está a serviço do turismo, mas também, como aquele que precisa ser envolvido e fazer parte.

4.3 Os Representados

No que se refere aos representados, optou-se por observar informações sobre o tipo de representado, tendo em vista as organizações de interesse das quais eles fazem parte como membros ou associados ou filiados ou conselheiros. No Quadro 3 tem-se a relação dos representantes e seus respectivos representados.

Quadro 3 - As organizações de interesse e seus respectivos representados

Organizações de interesse		Representados
BH	AC Minas	Associações comerciais
BH	FC&VB	C&VBs
BH	Federaminas	Associações comerciais
BH	Fhoremg	Sindicatos
BH	SINTEDUR MG	Sindicatos
OP	ABIH OP	Meios de hospedagem de Ouro Preto e Circuito do Ouro
OP	ACEOP	Organizações
OP	ASA	As artesãs associadas
OP	COMTUR	Sociedade civil
OP	C&VB	Organizações do setor do turismo de Ouro Preto e Circuito do Ouro
OP	SECMTUR	Atores da cadeia do turismo de Ouro Preto e Circuito do Ouro
OP	COMPAÇO	Artesãos
TI	AFAT	Artesãos
TI	AMAT	Moradores do bairro, podendo atender todos da cidade
TI	ASSET	Organizações
TI	Centro Cultural Yves Alves	Toda a comunidade (moradores e turistas)
TI	IHGT	Patrimônio
TI	IPHAN ETT	Patrimônio
TI	SECMTUR	Sociedade civil

Fonte: Dados da pesquisa.

Inicialmente, são apresentadas as terminologias utilizadas para tratar desses atores que são representados, que podem ser conselheiros, membros, associados e filiados.

Os membros e conselheiros são aqueles que fazem parte de organizações que não atuam como entidades de classe, portanto não cobram mensalidade, mas que têm espaços, como reuniões, para discutir questões fundamentais para seu desenvolvimento, bem como atender os anseios de seus representados. O COMTUR é uma organização que possui membros ou conselheiros (ENTREVISTADO 09, 2019).

Já os associados ou filiados são aqueles atores que fazem parte de entidades de classe. Sendo que os primeiros pagam mensalidade e os últimos não (ENTREVISTADO 11, 2019). Especialmente, no caso dos associados e filiados entendeu-se que as ações promovidas tendem a beneficiar os dois grupos de atores, sendo os primeiros beneficiados diretamente. Uma diferenciação necessária a fazer é que os associados têm acesso aos diferentes serviços prestados, os filiados não (ENTREVISTADO 16, 2019).

Outro termo utilizado para designar os atores representados foi sociedade civil. Essa sociedade envolve os diferentes atores que fazem parte da comunidade, do setor privado e do setor público. Da mesma forma que os membros e conselheiros, a sociedade civil tem condições de se inserir nos debates feitos, que são de seu interesse, nas organizações que a representam (ENTREVISTADO 07, 2019; ENTREVISTADO 09, 2019).

No que tange ao tipo de representado, percebeu-se que no nível de atuação estadual todos as organizações do nível de atuação local têm representação. Chama-se atenção para o fato de que tendo em vista a proposta desse estudo, mantém-se o foco no turismo.

Em **Ouro Preto**, as organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo são representadas de formas diferenciadas. Entretanto, não foram identificadas organizações de interesse que representem, única e exclusivamente, os moradores locais. Sabe-se que o COMTUR toma essa responsabilidade para si, mas ele não representa esses moradores unicamente. Assim, entende-se que esses moradores terão menores condições de fazer valer seus interesses nos debates, discussões e deliberações relacionadas ao turismo, se comparados às organizações de interesse econômico.

Outra questão que merece destaque nesse município, é que a ACEOP atua em nome de todas as empresas e não somente em prol daquelas que fazem parte do setor do turismo (ENTREVISTADO 04, 2019). Tal situação não é considerada prejudicial às últimas muito em função da existência das outras organizações de interesse como ABIH OP e C&VB, por exemplo. Na ACEOP, constatou-se a existência de um núcleo setorial do turismo, para direcionar ações em tempos de crise. Entretanto, as ações ocorrem conforme necessidade e disponibilidade dos empresários para as reuniões e atividades (ENTREVISTADO 17, 2019).

Em **Tiradentes**, em se tratando de associação comercial, uma situação parecida à de Ouro Preto foi identificada, pois a ASSET, apesar de se reconhecer a importância do turismo para a cidade, também atua em prol de todas as empresas. Nessa associação, identificou-se a existência de grupos setoriais nos quais as empresas, que desempenham atividades relacionadas ao turismo, podem dialogar e pensar ações direcionadas para o setor (ENTREVISTADO 02, 2019).

Entretanto, entende-se que em função da inexistência de organizações de interesse como ABIH e C&VB, por exemplo, podem ocorrer situações em que a ASSET seja sobrecarregada, ou que alguns interesses não sejam atendidos, ou o sejam de forma menos eficiente. O mesmo ocorre como a AMAT, que é uma associação de um bairro específico, mas atua em nome de toda a cidade (ENTREVISTADO 05, 2019). Além de criar dificuldades quanto ao atendimento, corre-se o risco de não atender bem os moradores do bairro a qual a associação pertence. Entende-se, ainda, que esse contexto pode desviar a atenção dos representantes, qual seja, defender os interesses de seus representados junto aos diferentes espaços de debate do município.

Em Tiradentes merece destaque a presença de organizações de interesse dedicadas à proteção e preservação do patrimônio, pois tais organizações contribuem para que o turismo seja pensado de forma equilibrada, em função dos interesses distintos representados.

4.4 Os Representantes

Para abordar sobre os representantes, inicialmente expõe-se o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa e, em seguida, são apresentadas as organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo. Partindo dessas informações foi possível compreender quem são os atores que atuam no turismo das cidades analisadas, bem como identificar como ocorre essa atuação.

Para construção do perfil dos entrevistados foram observadas as respostas referentes às perguntas 15 a 21 do instrumento de coleta de dados para entrevista (APÊNDICE B). Para a construção dos gráficos, foram consideradas as informações relativas ao local, ao sexo, à idade, ao tipo de trabalho desempenhado, à renda bruta mensal quando o trabalho é remunerado, ao tempo de atuação, à escolaridade e à área de formação.

Antes, destaca-se as organizações de interesse participantes da pesquisa no Quadro 4.

Quadro 4 - Organizações de interesse participantes da pesquisa

Organizações Participantes da Pesquisa	Ouro Preto	Tiradentes	Belo Horizonte
Associação Comercial e Empresarial de Minas			
Federação das Associações Comerciais e Empresariais			
Federação de <i>Convention & Visitors Bureaux</i>			
Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares			
Sindicato das Empresas de Turismo no Estado			
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis			
Associação Comercial e Empresarial			
Associação de Artesãos			
Associação de Moradores			
Centro Cultural - Eventos			
<i>Convention & Visitors Bureaux</i>			
Conselho Municipal de Turismo			
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional			
Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes			
Secretaria Municipal de Turismo			

Fonte: Dados da pesquisa.

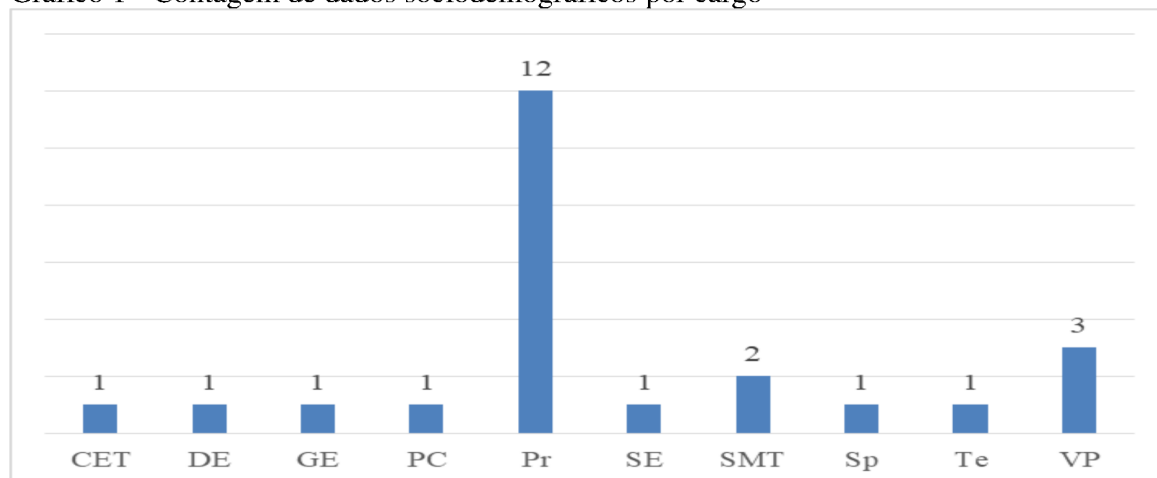
Em Tiradentes não há Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e

Convention & Visitors Bureaux (C&VB). Ao passo que em Ouro Preto, as organizações Centro Cultural Yves Alves, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT), não foram indicadas pelos sujeitos participantes da pesquisa, apesar de os dois primeiros terem sede na referida cidade. Quanto ao último, não foram encontradas informações, por meio da pesquisa documental, que confirmassem sua presença em Ouro Preto. E não foram feitas indicações sobre a Associação de Moradores em Ouro Preto.

Sobre o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Ouro Preto, apesar das indicações, não foi possível realizar entrevista com o representante, pois o conselho estava em fase de renovação dos conselheiros na época em que se realizou a pesquisa de campo. No que se refere à Associação de Guias, em Ouro Preto foram feitas indicações para a participação na pesquisa, entretanto, em função da indisponibilidade de tempo, não foi possível a realização da entrevista. Em Tiradentes não foram encontradas informações, por meio da pesquisa documental, que confirmassem a presença dessa associação, bem como não foram feitas indicações. Identificou-se, ainda, a partir da pesquisa documental, a Associação dos Artesãos de Tiradentes (AART), mas não foi possível realizar a entrevista, pois os representantes legais não residem na cidade.

Quando questionados sobre a presença de Sindicados das Empresas de Turismo, tanto em Ouro Preto quanto em Tiradentes, os sujeitos participantes da pesquisa afirmavam não existir. Tal informação foi confirmada por meio da pesquisa documental. No que tange do Sindicados dos Empregados das Empresas de Turismo, apesar da indicação, não foi possível agendar a entrevista em função da incompatibilidade de agenda. Ressalta-se que, como o foco da pesquisa está nos representantes das empresas, a não participação de representantes dos empregados não compromete os resultados. Além das informações sobre as organizações de interesse, no Gráfico 1, apresenta-se os cargos dos sujeitos participantes da pesquisa.

Gráfico 1 - Contagem de dados sociodemográficos por cargo



Fonte: Dados da pesquisa

Legenda: CET = Chefe do Escritório Técnico, DE= Diretor Executivo, GE= Gestora do Planejamento Estratégico, PC = Produtor Cultural, Pr = Presidente, SE = Secretário Executivo, SMT = Secretário Municipal de Turismo, Sp = Superintendente, Te = Tesoureira e VP = Vice-Presidente.

Em relação ao cargo dos sujeitos participantes da pesquisa, em sua maioria foram entrevistados os presidentes das organizações e, em alguns casos, representantes que ocupam o cargo máximo, como chefe do escritório técnico ou secretário municipal de turismo. Considerou-se, em algumas ocasiões, a participação de atores que no momento estavam substituindo o presidente da organização, como: diretor executivo, produtor cultural, secretário executivo, superintendente e vice-presidente. Assim, conseguiu-se a participação de atores que exercem papel fundamental no contexto do turismo, tendo em vista as posições por eles ocupadas.

No que se refere à caracterização por local, foram entrevistados 24 sujeitos participantes da pesquisa, sendo cinco em Belo Horizonte, nove em Ouro Preto e 10 em Tiradentes. Evidencia-se que pela necessidade de manter o sigilo quanto à identidade os referidos sujeitos, eles receberão a denominação Entrevistado, independente do sexo.

Entende-se que alcançou um número satisfatório de sujeitos participantes da pesquisa e também um equilíbrio entre as diferentes localidades nas quais a pesquisa foi realizada. Em Ouro Preto e Tiradentes, especificamente, a identificação desses sujeitos foi realizada por meio de pesquisa documental e, principalmente, a partir da indicação dos sujeitos participantes da pesquisa, técnica *snowball*, o que demonstra que os indicados são atores que desempenham importante papel na atividade turística do local.

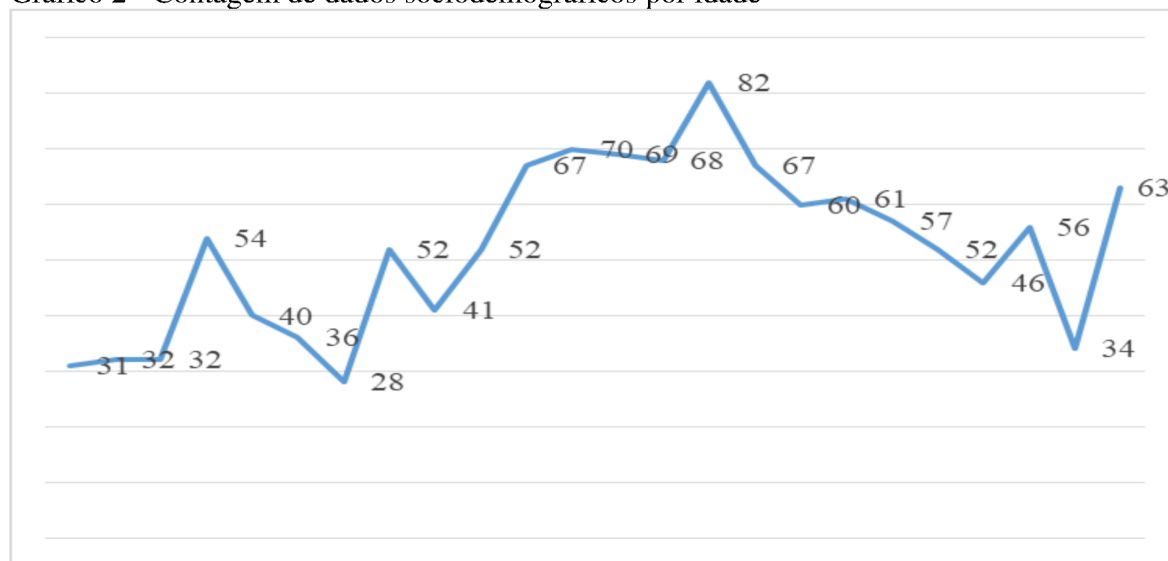
Em Belo Horizonte, a identificação se deu por meio da pesquisa documental e foi fundamentada nos atores identificados em Ouro Preto e Tiradentes, pois a intenção foi

entrevistar atores do nível de atuação estadual que mantivessem algum tipo de relação de representação com os atores do nível de atuação local. E nos casos de relação inexistente, mas os atores presentes em Belo Horizonte desempenhassem atividade de representação, sua identificação possibilitou compreender o porquê dessa inexistência e as possíveis implicações.

Quanto à caracterização por sexo, foram entrevistados 16 sujeitos participantes da pesquisa do sexo masculino e oito do sexo feminino. Quando se considera a divisão por localidade, percebe-se que em Belo Horizontes os representantes são todos do sexo masculino. Em Ouro Preto e Tiradentes, apesar da predominância do sexo masculino, observou-se que 44,44% e 40% são do sexo feminino, respectivamente. Destaca-se a presença de representantes do sexo feminino em organizações influentes na atividade turística do município como: associação comercial e empresarial, associação de artesãos e IPHAN.

No Gráfico 2, tem-se a caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa por idade.

Gráfico 2 - Contagem de dados sociodemográficos por idade



Fonte: Dados da pesquisa.

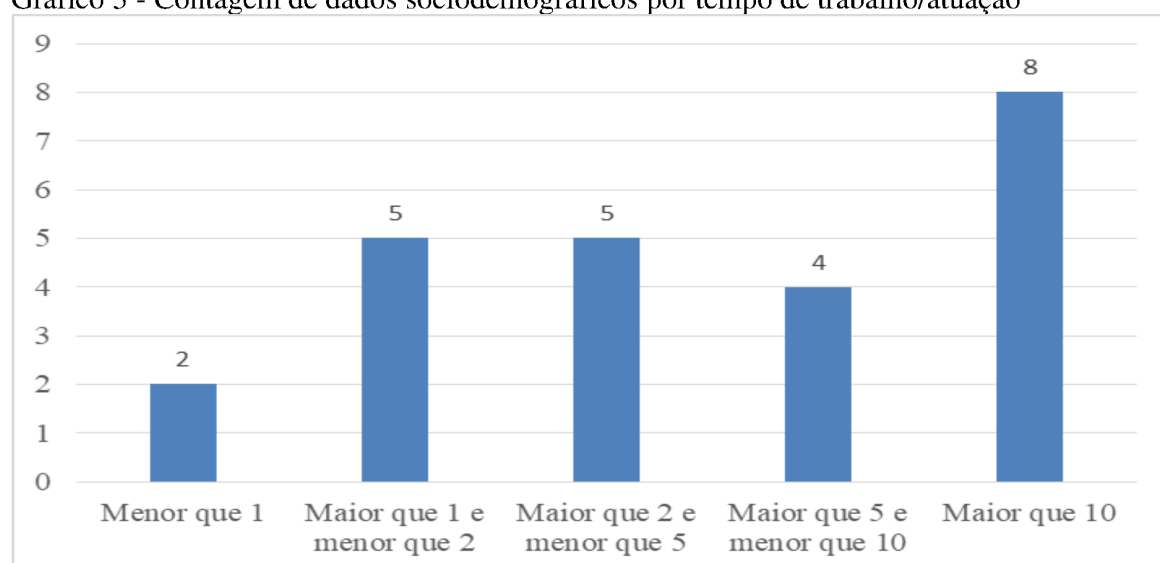
Constatou-se que a idade média dos sujeitos participantes da pesquisa é de 52,81 anos, sendo que a idade mínima é de 28 anos e máxima de 82 anos. Especificamente, a idade média do sexo feminino é de 50,25 e sexo masculino é de 53 anos.

No que se refere à caracterização por tipo de trabalho, 17 sujeitos participantes da pesquisa atuam como voluntários e sete são remunerados. Dentre os sujeitos participantes da pesquisa cujas atividades são remuneradas, quatro têm renda bruta mensal de R\$ 1.996,01 a R\$ 4.990,00, dois têm renda bruta mensal de R\$ 7.984,01 a R\$ 9.980,00 e um tem renda bruta

mensal de R\$ 9.980,01 a R\$ 19.960,00. Tais sujeitos ou desempenham atividades comissionadas, quando no setor público, ou fazem parte de uma organização do setor privado, ou desempenham atividades administrativas em organizações de representação do setor turístico, como por exemplo gestor (a) do planejamento estratégico, produtor (a) cultural e ou analista técnico (a), o que justifica sua remuneração.

Já no Gráfico 3, apresenta-se a caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa, por tempo de trabalho/atução.

Gráfico 3 - Contagem de dados sociodemográficos por tempo de trabalho/atução



Fonte: Dados da pesquisa.

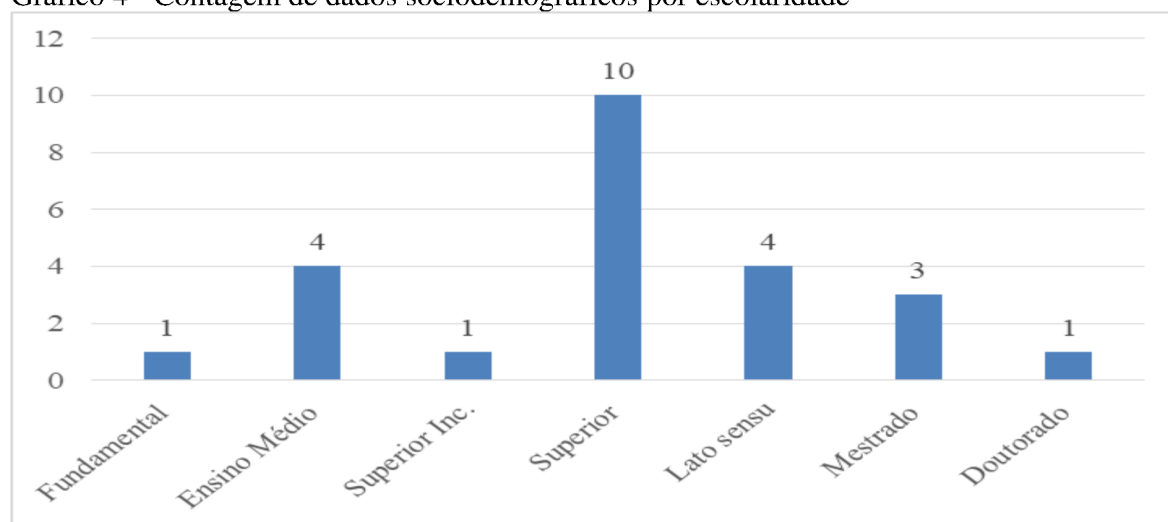
Averiguou-se, ao comparar as informações sobre tempo de trabalho/atução e tipo de trabalho, que a maioria dos sujeitos participantes da pesquisa que são remunerados estão nas organizações por tempo máximo de cinco anos, os que desempenham atividade voluntária estão na organização por mais de 10 anos, sendo que três desses sujeitos estão em Ouro Preto. Em relação aos sujeitos que desempenham atividade voluntária, foi possível perceber que em organizações como conselhos, associação de artesãos, associação comercial e empresarial, os representantes permanecerão no cargo por no máximo dois anos.

O tempo de trabalho/atução possibilita fazer apontamentos interessantes, pois tais organizações, normalmente definem em seu regimento ou estatuto um prazo para a permanência no cargo, em média dois anos. Assim, quando se identifica um contexto em que os representantes permanecem no cargo por mais tempo, questões como a renovação e possibilidade para novas lideranças não são atendidas. Entretanto, deve-se destacar que a

identificação de representantes com perfil condizente com a proposta da organização e com disponibilidade para desempenhar tal função, não parece ser tarefa fácil.

No Gráfico 4, tem-se a caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa, por escolaridade.

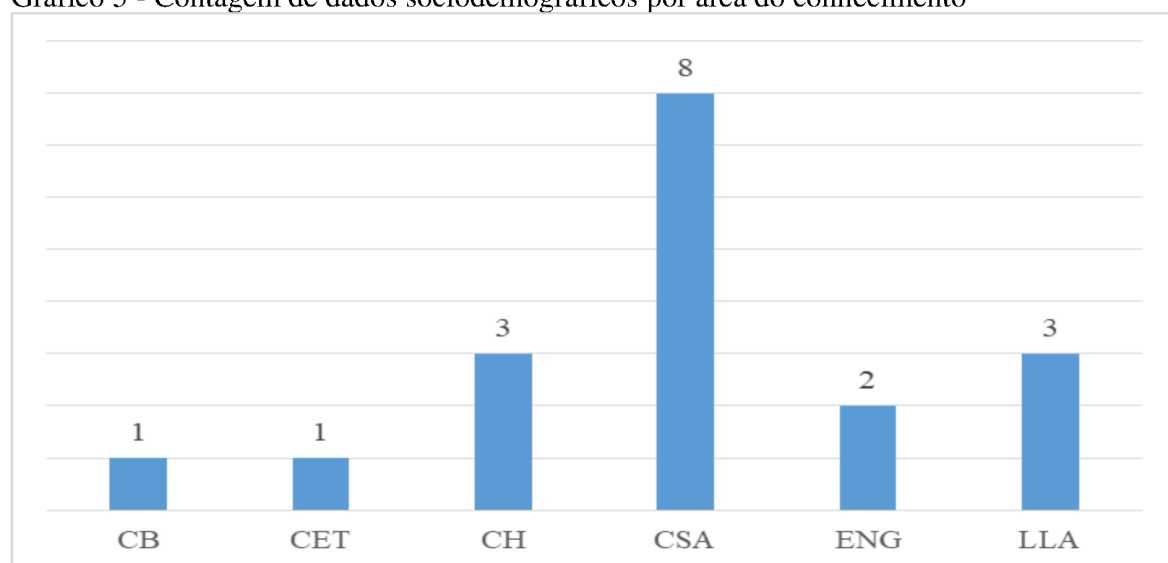
Gráfico 4 - Contagem de dados sociodemográficos por escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa.

E no Gráfico 5, tem-se o detalhamento da caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa por escolaridade, por meio da área do conhecimento do curso de formação.

Gráfico 5 - Contagem de dados sociodemográficos por área do conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: CB = Ciências Biológicas, CET = Ciências Exatas e da Terra, CH = Ciências Humanas, CSA = Ciências Sociais Aplicadas, ENG = Engenharias e LLA = Linguística, Letras e Artes.

Trata-se de um grupo profissionalizado de representantes, uma vez que 75% dos sujeitos participantes da pesquisa tem curso superior completo. Tais participantes possuem formação em diferentes áreas: Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Arte Educação, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Comunicação Social e Jornalismo, Direito, Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Engenharia Econômica, Engenharia Elétrica, Filosofia, História, Letras, Música, Psicologia, Relações Públicas, Tecnologia da Informação e Turismo. Dentre esses sujeitos, dois possuem graduação em dois cursos e um em três. Especificamente, quando se considera a formação relacionada ao tipo de atividade desempenhada, dois possuem formação em Turismo, um em Administração Pública, um em Arte Educação e um em História, para exemplificar.

Partindo da observação do perfil dos sujeitos participantes da pesquisa, pode-se afirmar que foram identificados atores com condições de fornecer informações relevantes para a compreensão do fenômeno investigado. Além de identificar e entrevistar atores que estão à frente de organizações imprescindíveis para a atividade turística, percebeu-se que tais atores estão preparados para o desenvolvimento da atividade a qual se propõe, muito em função do seu nível de escolaridade, área de formação e pelo tempo de atuação. Destaca-se que todos os atores identificados pela pesquisa documental foram indicados pelos sujeitos participantes da pesquisa, o que confirma sua importância e influência na atividade turística.

4.4.1 As Organizações de Interesse

Nesta subseção são expostas informações sobre as organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo, a partir do entendimento de seus representantes. Também são apresentadas informações sobre a forma como esses sujeitos participantes da pesquisa se tornaram representantes e as principais atribuições de cada organização. Tais informações são apresentadas com base no nível de atuação: organizações de interesse presentes em Belo Horizonte, nível estadual, Ouro Preto e Tiradentes, nível local.

Conforme destacado anteriormente, na análise da representação de interesses é necessário identificar as organizações atuantes nos diferentes níveis de atuação para verificar se há algum tipo de interação entre elas e como se dá essa interação. Por esse motivo, além de Ouro Preto e Tiradentes, são apresentadas informações das organizações de interesse presentes em Belo Horizonte (nível estadual). Justifica-se a não apresentação de informações

das organizações de interesse presentes em Brasília (nível nacional) em função da indisponibilidade de seus representantes em participar da pesquisa

4.4.1.1 Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, as organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo, identificadas nesta pesquisa, foram: Federação de *Convention & Visitors Bureaux* do Estado de Minas Gerais (FC&VB), Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais (Sindetur MG), Conselho Empresarial de Turismo (COEMPTUR), Federação de Hotéis Bares Restaurantes e do Estado de Minas Gerais (Fhoremg) e Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais (Federaminas).

Os C&VB são organizados conforme a seguinte hierarquia: no nível de atuação nacional tem-se a Confederação Brasileira de *Convention & Visitors Bureaux* (CBC&VB), no nível estadual a FC&VB e no nível local (e ou regional) os C&VBs (CBC&VB, 2019).

A CBC&VB tem por finalidade promover e representar os seus associados em todo e qualquer pleito do interesse do segmento de atividade por elas integrado. Especificamente, visa (i) promover e cultivar o inter-relacionamento das entidades associadas, incentivando, em especial, o intercâmbio de experiências e informações; (ii) diligenciar junto aos poderes públicos, apresentando-lhes alternativas e auxiliando na tomada de decisões que visem ao fomento do turismo brasileiro, particularmente o turismo de eventos; (iii) contribuir para o aperfeiçoamento das entidades associadas, visando a qualificação no desempenho de suas atividades e (iv) exercer, de modo geral, as atribuições que, por lei e pelos usos e costumes de nosso país, sejam reservadas às associações civis (CBC&VB, 2019).

Assim, esses objetivos são buscados pela FC&VB e pelos C&VBs guardadas as capacidades, condições e especificidades de seu nível de atuação. Destaca-se que, em função da presença do empresário do turismo, a FC&VB também exerce atividade de representação desses empresários no Conselho Estadual de Turismo (CBC&VB, 2019).

O primeiro C&VB foi criado, em 1896, nos Estados Unidos na cidade de Detroit, como uma resposta ao questionamento do jornalista Milton Carmichael sobre o comportamento passivo dos empresários locais em relação aos benefícios da vinda de visitantes para a cidade. No referido artigo, os empresários eram criticados pela atuação individualista e convidados a adotar uma visão global e estratégica do turismo, o que consistiu, à época, o embrião do associativismo no setor. A gênese do C&VB refere-se ao

fomento da economia local para incrementar os negócios de todos os associados. Também são traços marcantes do C&VB a atuação sem interferência do poder público, a independência financeira e a ausência de qualquer ingerência política (CBC&VB, 2019).

O C&VB é uma organização, com estruturas independentes, não governamentais, apartidárias, sem fins lucrativos, que promovem o turismo e a receptividade de uma cidade ou localidade. A missão do C&VB é promover o desenvolvimento econômico e social do destino, através do incentivo e fomento da indústria do turismo. O C&VB desenvolve ações para o planejamento, promoção, apoio, captação e geração de eventos e incentivo ao turismo de entretenimento e lazer para destinos em formação e consagrados (CBC&VB, 2019).

No Brasil, os primeiros C&VBs foram criados em 1994 no Rio de Janeiro, 1998 em Londrina e Iguazu, 2000 em Curitiba, 2003 em Maringá-PR e Teresópolis-RJ, 2004 em Nova Friburgo-RJ, 2005 em Búzios e Cabo Frio-RJ, Ponta Grossa-PR (CBC&VB, 2019).

Trata-se de uma organização recente no país e também no mundo. Considerando a presença em diferentes países, somam-se um total de 2000 *conventions* no mundo e 110 no Brasil, dentre os quais 20 estão no estado de Minas Gerais. Em 2004 decidiu-se criar a FC&VB em estados com mais de quatro *conventions*. Em Minas Gerais, em função da expressiva quantidade de *conventions*, a FC&VB foi criada em 31 de janeiro de 2005. Outra justificativa para a criação da FC&VB foi o momento de expressividade da atividade turística no Brasil. As cidades que contam com a presença de *conventions* em Minas Gerais são Aiuruoca, Araxá, Belo Horizonte (e toda a região metropolitana), Caxambu, Ipatinga, Itapira, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Preto, Poços de Caldas, São Lourenço, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Valadares e Vale do Aço (CBC&VB, 2019).

Em relação à seleção dos representantes que atuam na FC&VB, novas diretorias são formadas a cada dois anos. A atual diretoria, 2017-2019, é composta pelo presidente, vice-presidente e cinco vice-presidentes nas áreas de assuntos institucionais, administrativo financeiro, comunicação e *marketing*, eventos e novos negócios (CBC&VB, 2019).

E o Sindetur MG, 6º sindicato de turismo do Brasil, foi criado em 13 de junho de 1986 e oficializado em 30 de junho de 1987, em função da necessidade dos empresários do setor de turismo de ter uma representação no estado de Minas Gerais (SINDETUR MG, 2019).

O Sindetur MG tem como objetivos: (i) constituir-se um foro permanente de debates e discussões dos problemas do mercado de turismo, visando o aprimoramento dos empresários do turismo; (ii) prestar serviços de consultoria de natureza jurídica, econômica, técnica e cultural para as associadas; (iii) tomar iniciativas políticas e estratégicas que abriguem as

reivindicações da categoria empresarial e (iv) firmar convênios, acordos e parcerias com os diversos órgãos públicos e privados (SINDETUR MG, 2019).

No Sindetur MG os presidentes são eleitos em assembleia, para ocupar o cargo durante cinco anos, podendo ser reeleitos (SINDETUR MG, 2019).

O Sindetur MG representa 2500 empresas do estado de Minas Gerais, entre operadoras, transportadoras e agentes de viagem. Tem como principal atribuição atuar na convenção coletiva do trabalho em nome de 27 sindicatos do estado e da Federação Nacional Turismo (FENACTUR), além de representar seu associado, base de Minas Gerais, nos níveis de atuação local, estadual e nacional. Além disso, Sindetur MG representa os interesses do associado em outras organizações como COMTUR, Conselho Estadual de Turismo e COEMPTUR da ACMinas (SINDETUR MG, 2019).

Por sua vez, a Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), fundada em 1901, atua como representante da classe empresarial, por meio de representação institucional e da prestação de serviços. O objetivo da ACMinas é fomentar o progresso e o desenvolvimento econômico de Belo Horizonte e de Minas Gerais (ACMINAS, 2019). Na ACMinas, a diretoria é composta pelo presidente, 14 vice-presidentes, 57 diretores plenos e seis membros do Conselho Fiscal, sendo três efetivos e três suplentes (ACMINAS, 2019).

Em função da necessidade de atuar em prol dos diferentes segmentos da economia mineira, na ACMinas foram criados conselhos empresariais para integrar empresários e executivos em prol do desenvolvimento regional e nacional. Os conselhos empresariais existentes são economia, educação, indústria e energia, inovação, jovens, micro e pequenas empresas, mineração e siderurgia, mobilidade urbana e logística, produtividade, recursos humanos, relações internacionais, seguros, sustentabilidade e turismo (ACMINAS, 2019).

Especificamente, COEMPTUR tem como objetivo promover a consolidação da indústria e da cultura do turismo, propondo medidas de estímulo ao aprimoramento do turismo receptivo e o incentivo a realização de feiras e eventos na capital e em todo o estado (ACMINAS, 2019).

As atividades do COEMPTUR ainda estão num estágio embrionário. Em 2019, foram realizadas as primeiras reuniões, tendo em vista a necessidade de buscar coletivamente metas e prioridades em termos de discussão sobre o turismo. Uma vez que o turismo está em evidência, nesse conselho estão sendo pensadas alternativas para desenvolver essa atividade utilizando seus diferentes potenciais, explorando também formas diferenciadas de acessar o

turista e de divulgar os destinos turísticos de Minas Gerais. A proposta é demonstrar que em Minas Gerais há opções variadas para o turismo (ACMINAS, 2019).

Já a Fhoremg, criada em 1979, tem 20 anos de existência, quatro anos de carta sindical. Essa federação congrega 100 mil empresas no estado de Minas Gerais, envolvendo aproximadamente 50 atividades econômicas. Atualmente, são filiados à FHOREMG 14 sindicatos patronais de hotéis, restaurantes e bares. Em termos de hierarquia, a Fhoremg encontra-se em posição intermediária exercendo a representação a nível de atuação estadual, sendo que no nível nacional tem-se a Confederação Nacional do Turismo (CNTUR) e no local tem-se os Sindicatos de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FHOREMG, 2019).

A Fhoremg tem como deveres: (i) colaborar com os poderes e organizações legalmente reconhecidas no desenvolvimento da solidariedade social; (ii) tomar iniciativa e sugerir aos poderes competentes a instituição, aprovação ou rejeição de leis, e quaisquer atos que envolvam interesses das categorias ou das entidades sindicais filiadas; (iii) emitir pareceres sobre projetos de qualquer natureza que digam respeito direta ou indiretamente os interesses das categorias e (iv) representar, conforme estabelecido pelo estatuto, a quem de direito contra as medidas que lhes sejam prejudiciais, para citar alguns. De forma específica, a principal atribuição da Fhoremg é atuar na convenção coletiva do trabalho, representando seus associados e filiados (FHOREMG, 2019).

A diretoria atual é composta pelo presidente, vice-presidente e por mais 10 vice-presidentes para assuntos de hotelaria, restaurantes e comida a quilo, churrascaria e cervejaria, pizzaria e casas de massas, bares e lanchonetes, turismo, patrimônio, legislativo, planejamento e sindicais (FHOREMG, 2019). A seleção dos membros da diretoria é feita em assembleia. O atual presidente está no cargo desde a fundação da federação, tendo sido reeleito na assembleia realizada em julho de 2019 (FHOREMG, 2019).

A Federaminas foi criada em 20 de março de 1954, em resposta ao anseio de empresários de ter uma entidade que que aglutinasse todo o setor, objetivando unir e fortalecer política e economicamente o empresariado de Minas Gerais. Desde então, a entidade tem obtido significativos resultados para a economia do estado e para os empresários mineiros, muito em função do espírito de associativismo que norteia suas ações. A Federaminas é vinculada à Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, que exerce representação no nível de atuação nacional e congrega como filiadas as diversas associações comerciais e empresariais, que são entidades de representação no nível de atuação local (FEDERAMINAS, 2019).

A Federaminas conta com um presidente e 18 vice-presidentes, 30 diretores e seis conselheiros empenhados em cumprir sua missão, qual seja, representar, defender e promover o desenvolvimento das associações comerciais e empresariais de Minas Gerais com sustentabilidade e valorização do associativismo, bem como atingir a visão de evoluir a Federaminas visando a sustentabilidade das associações comerciais e empresariais. Em Minas Gerais, cerca de 300 associações comerciais e empresariais fazem parte da Federaminas, com cerca de 180 mil empresas associadas (FEDERAMINAS, 2019).

4.4.1.2 Ouro Preto

Em Ouro Preto, as organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo, identificadas nesta pesquisa, foram: Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto (ACEOP), Secretaria Municipal de Turismo (SECMTUR), C&VB, Associação das Senhoras Artesãs (ASA), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Ouro Preto e Circuito do Ouro (ABIH OP) e Conselho Municipal Gestor do Paço da Misericórdia – Centro de Artes e Fazeres de Ouro Preto (COMPAÇO).

A ACEOP foi criada em 28 de janeiro de 1934 para atender as necessidades dos lojistas de ter condições de atuar coletivamente. Desde então, a ACEOP tem sido reconhecida pela representatividade empresarial, prestígio político, econômico e social em seus vários níveis de atuação. As finalidades da ACEOP são: (i) sustentar os legítimos interesses das classes empresariais e, dentro da lei, defendê-las, orientá-las e coligá-las; (ii) exercer, perante o poder público, a prerrogativa de órgão técnico e consultivo, que lhe foi conferida pelo presidente da República por meio do Decreto no 9.017, de 16 de março de 1942, para o estudo e solução das questões relativas aos legítimos interesses das classes que congrega e (iii) intervir, sempre que solicitada, em caráter opinativo e de conciliação, visando a solução de divergência entre diretores de empresas ou entre empresas, pertencentes ou não ao seu quadro social, citando as três primeiras expostas no estatuto (ACEOP, 2019).

Na ACEOP, a assembleia geral é órgão soberano por meio da qual delibera-se de forma definitiva sobre as questões apresentadas. É nessa assembleia que a diretoria é eleita para atuar na entidade pelo prazo de dois anos. Especialmente, sobre a atual diretoria, a eleição do presidente foi feita por aclamação, situação em que se tem a formação de chapa única. Essa diretoria é composta por um presidente, cinco vice-presidentes, 18 diretores e três conselheiros. Na ACEOP, a diretoria deve orientar e supervisionar a entidade bem como

examinar e deliberar sobre assuntos de interesse da classe empresarial (ACEOP, 2019).

Já a SECMTUR é o órgão da prefeitura responsável pelo turismo em Ouro Preto. As competências da SECMTUR são: (i) executar a política municipal de desenvolvimento econômico; (ii) desenvolver as atividades relacionadas com o turismo, indústria e comércio do município; (iii) efetuar o levantamento, a divulgação e o fomento das atrações turísticas do município; (iv) desenvolver e/ou incentivar a capacitação de pessoal especializado para serviços ligados ao turismo, à indústria e ao comércio no município; (v) fomentar o desenvolvimento do comércio e da indústria do município, sobretudo com vistas à implantação de novas empresas e à geração de empregos; (vi) fiscalizar e gerir os convênios firmados pelo município neste setor e (vii) exercer outras atividades correlatas (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2019).

O C&VB, em Ouro Preto, foi criado em 2005 a partir de uma articulação da ACEOP, conduzida pelo presidente da entidade na época, e em conjunto com outras associações do Circuito do Ouro. Na época, foi realizada uma assembleia com a presença de diferentes representantes do turismo, que deu origem ao C&VB com a razão social: Instituto de Turismo e Eventos de Ouro Preto e Circuito do Ouro e nome fantasia: Ouro Preto Circuito do Ouro *Convention e Visitors Bureau*. No C&VB, as eleições são bianuais e ocorrem em assembleia com a participação da diretoria e demais membros, existindo a possibilidade de reeleição da diretoria e corpo diretivo (ENTREVISTADO 12, 2019; ENTREVISTADO 24, 2019).

Assim, como destacado nas informações relativas à CBC&VB e à FC&VB, no C&VB de Ouro Preto, são observados os mesmos propósitos. Trata-se de uma organização do setor privado, sem fins lucrativos, que é comprometida como o *marketing* de destino e promoção do turismo. Além dessas atribuições, no C&VB Ouro Preto são planejados e implementados diferentes projetos voltados para o turismo: Projeto dos Trajes Antigos, Projeto do Festival de Turismo e Projeto Mapa do Turismo. Da mesma forma que a FC&VB, o C&VB tem cadeira nos conselhos: COMTUR, COMPAÇO, Conselho Municipal de Emprego e Renda (COMER), Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio (CMPCP) e em secretarias como a Secretaria Estadual de Turismo (ENTREVISTADO 12, 2019; ENTREVISTADO 24, 2019).

Já a ASA foi fundada em 2008 por uma iniciativa de um grupo de doze amigas. Trata-se de uma associação civil, de direito privado e sem fins lucrativos. A principal finalidade da ASA é o desenvolvimento de habilidades artesanais, com foco na arte têxtil. O objetivo da associação é profissionalizar o artesão e a produção, promover cursos e oficinas para os

associados e para a comunidade em geral. Para tanto, a associação tem um ateliê adequado e equipado, no qual os associados podem produzir e comercializar seus produtos, o que lhes dá condições para inserção no mercado de artesanatos (ENTREVISTADO 14, 2019).

Na ASA, o artesão tem oportunidade de realizar cursos e oficinas dirigidos pelas próprias associadas, nas técnicas variadas de bordado, costura, *patchwork*, bordado em chita, bordado em geral, costura básica, *patchwork crazy* com bordado, feltragem com lã, técnica de pontos para arraiolo, tricô, entre outros. Na ASA eleição ocorre por meio de votação em assembleia para um mandato de dois anos (ENTREVISTADO 14, 2019).

E sobre a ABIH OP, sabe-se que em 2009, por iniciativa da diretoria do C&VB, começaram a ser realizadas reuniões de empresários para discutir a organização de uma rede de empresários dos meios de hospedagem da cidade. Esse movimento, em seguida teve o apoio da ACEOP e da ABIH MG. A intenção com esse movimento era criar uma regional da ABIH em Ouro Preto, para que os donos dos meios de hospedagem pudessem se organizar coletivamente e ter peso institucional. Além das reuniões de empresários, foram realizados diagnósticos e capacitações. Em 16 de dezembro de 2010, foi criada a ABIH em Ouro Preto, com abrangência para o Circuito do Ouro (ENTREVISTADO 18, 2019).

A atual diretoria da ABIH em Ouro Preto, 2018-2020, foi eleita por aclamação. Normalmente, o processo de eleição ocorre por meio de assembleia em que concorrem diferentes chapas. Na última eleição, em especial, não houve formação de chapa concorrente. Assim como nos níveis de atuação nacional, ABIH Nacional, e estadual, ABIH MG, a ABIH OP atua na solução de problemas do setor, sendo responsável pela promoção, investimento e valorização das atividades relativas aos meios de hospedagem. Seu principal objetivo é promover o bem-estar e conciliar os meios de hospedagens, defendendo seus interesses (ABIH MG, 2019).

O COMPAÇO foi criado em 14 de dezembro de 2017, *vide* Lei 1066/2017. Trata-se de um órgão colegiado de composição partidária entre o poder público e a sociedade civil, de caráter permanente e com funções consultivas e de fiscalização. Trata-se de um espaço dedicado aos artesãos, a partir do qual eles têm condições para produzir, expor e comercializar seus produtos. Dentre as competências do COMPAÇO destacam-se: (i) propor, debater e aprovar diretrizes e normas de utilização do espaço; (ii) indicar critérios de seleção de ocupantes e expositores, bem como as atribuições desses ocupantes e expositores e (iii) auxiliar na elaboração do plano de gestão do Paço da Misericórdia (OURO PRETO, 2017).

O COMPAÇO é vinculado à SECMTUR, órgão responsável pelo suporte técnico e

administrativo. O COMPAÇO é formado por 16 conselheiros, sendo oito indicados pelo prefeito municipal e oito pela sociedade civil. Os conselheiros indicados permanecem no cargo por dois anos, podendo ser reeleitos por igual período (OURO PRETO, 2017).

4.4.1.3 Tiradentes

Em Tiradentes, as organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo, identificadas nesta pesquisa, foram: Serviço Social da Indústria – Centro Cultural SESI Minas Yves Alves, comumente nomeado Centro Cultural Yves Alves, Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ET Tiradentes (IPHAN ETT), Associação de Moradores do Bairro Alto da Torre (AMAT), Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (SECMTUR), COMTUR, IHGT e Associação Feira de Artesanato Tiradentes (AFAT).

O Centro Cultural Yves Alves foi fundado em 1998, na cidade de Tiradentes. Essa fundação foi realizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura e pela união de forças entre a Sociedade de Amigos de Tiradentes, a Fundação Roberto Marinho, a Prefeitura Municipal de Tiradentes, proprietária do prédio, e a Rede Globo Minas. Trata-se de um espaço para expansão do conhecimento e de produção cultural na região. A administração do espaço fica sob a responsabilidade do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas (FIEMG), Serviço Social da Indústria (SESI) e Instituto Estrada Real, desde 2009. Dentre as propostas do Centro Cultural Yves Alves está uma programação que traz à população sessões de cinema gratuitas, eventos, exposições, espetáculos musicais, teatrais e de dança. A parceria com festivais que ocorrem em Tiradentes, relacionados à cultura, é outra proposta do referido centro (FIEMG, 2019).

As principais atividades podem ser sumarizadas em (i) ações voltadas para o atendimento ao turista e morador local que visita o espaço; (ii) realização de uma programação de eventos independentes e (iii) participação nos festivais da cidade, um trabalho que é voltado para comunidade como um todo (turista e morador local). O Centro Cultural Yves Alves está ligado ao turismo de forma indireta, em função das atividades desenvolvidas na área cultural (FIEMG, 2019).

A ASSET, por sua vez, se originou da Associação dos Hoteleiros de Tiradentes (AHT), criada em 2007 por um grupo de empresários do setor hoteleiro. Nesse mesmo ano, em função da necessidade de envolver empresários de outros setores como gastronomia, artes

plásticas, comércio e serviços, a AHT foi extinta e criou-se a ASSET. Essa associação é resultado da união de diferentes empresários que têm como objetivo comum alcançar o sucesso de seus negócios. Esse objetivo é refletido na missão e visão da ASSET: (i) representar os interesses dos associados junto aos segmentos público e privado, desenvolvendo o espírito associativista e, assim, contribuir para a sustentabilidade dos seus negócios; e (ii) ser uma entidade respeitada e reconhecida como promotora do desenvolvimento da gestão empresarial e legítima representante dos seus associados, respectivamente (ASSET, 2019).

Além disso, a ASSET mantém interlocução com diferentes conselhos: Conselho Municipal do Meio Ambiente (CODEMA), Conselho Municipal do Desenvolvido Urbano (COMDUR), COMTUR, CMPCP (ASSET, 2019).

A diretoria da ASSET é composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro (a) e dois (duas) secretários (as). A diretoria é eleita por meio de votação em assembleia permanecendo no cargo por dois anos (ASSET, 2019).

Por sua vez, o IPHAN é uma autarquia federal, criada em 1937, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país. Também é responsabilidade dessa autarquia preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, além de garantir a utilização desses bens pela atual e futuras gerações. O IPHAN está presente no nível de atuação estadual por meio das superintendências e no nível de atuação local por meio dos escritórios técnicos (IPHAN, 2019).

No escritório técnico do IPHAN tem-se a responsabilidade de fazer a gestão e a fiscalização do conjunto arquitetônico e urbanístico tombado. Essa responsabilidade se reflete em ações relacionadas à aprovação de projetos, de reformas e de novas construções que vão interferir nas edificações. Especificamente, a fiscalização envolve questões sobre poluição visual de placas dos comércios, das pousadas e dos eventos, impacto dos eventos na cidade tanto a nível da estrutura da cidade como da propaganda dos eventos, produção de lixo, de impacto nas áreas verdes, nos canteiros, nas árvores etc. Basicamente, o IPHAN ETT faz a mediação com diferentes órgãos da cidade para apresentar questões que são pertinentes para a preservação e conservação do patrimônio (ENTREVISTADO 03, 2019).

Já a AMAT é uma associação social do bairro Alto da Torre em Tiradentes, criada há 20 anos pela moradora Maria Sônia Úrsula. Essa associação desenvolve ações para promover o desenvolvimento de seus moradores, também extensivas aos moradores de outros bairros. O foco são os jovens, mas também tem atividades para adultos. O objetivo é promover

atividades que esses moradores não teriam condições de acessar individualmente. As atividades realizadas na AMAT são conduzidas por membros da associação e em alguns casos são possibilitados pelas parcerias realizadas com diferentes organizações de Tiradentes (ENTREVISTADO 05, 2019).

O processo de seleção dos representantes é realizado por meio de votação em assembleia. Especialmente, no caso da atual diretoria (um presidente e 11 membros da diretoria), a eleição foi por aclamação em função da definição de chapa única. Em relação à representação, a AMAT tem cadeira em diferentes conselhos como COMDUR, COMTUR, CMDCA, CMPCP, Conselho Municipal da Saúde (COMSAU) e Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) (ENTREVISTADO 05, 2019).

E a SECMTUR é responsável pelas atividades que visam promover o crescimento da indústria, do comércio e do turismo no município. É o órgão criado para possibilitar que o município atue em colaboração com os segmentos de setor, ofereça apoio e incentivo ao turismo como atividade econômica, bem como seu conhecimento como alternativa para promoção e desenvolvimento social. Essencialmente, nessa secretaria tem-se a missão de elaborar e implementar a política pública do turismo do município, buscando alcançar os propósitos anteriormente comentados. Em Tiradentes, secretário municipal trata-se de um cargo de indicação política. Assim, o secretário permanece no cargo durante o mandato do prefeito que o indicou (ENTREVISTADO 07, 2019; ENTREVISTADO 10, 2019).

Por sua vez, o COMTUR é composto por representantes da comunidade. A sugestão de políticas municipais de turismo é de sua responsabilidade. Esse conselho consiste em uma alternativa para viabilizar a participação da sociedade civil com o poder público, o que evidencia seu papel no fortalecimento da participação na formulação e implementação de políticas públicas (BRASIL, 2018a).

O COMTUR tem foco na promoção e estruturação do turismo nos municípios, servindo como espaço de discussões e de desenvolvimento de propostas condizentes com a realidade local. Os conselhos são espaços públicos de composição plural, podendo ser consultivos, deliberativos e mistos. A recomendação é que 1/3 dos seus membros seja do poder público, 1/3 da iniciativa privada e 1/3 da sociedade civil organizada e que esses membros estejam ligados ao turismo (BRASIL, 2018a).

Em Tiradentes, o COMTUR foi criado em 14 de maio de 2010, Lei nº. 2.535/2010, como órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o poder público e a sociedade civil. Formular a política municipal de turismo, visando criar

condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística do município é o objetivo do COMTUR (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES, 2010).

A seleção do presidente do conselho ocorre por meio da formação de chapa e posterior apresentação aos conselheiros para votação em assembleia. Além das atribuições já comentadas, o representante do COMTUR deve orquestrar a intermediação com outros órgãos do município, a exemplo dos demais conselhos municipais, associações e organizações particulares que procuram o município para realizar eventos (ENTREVISTADO 09, 2019).

Já o IHGT, entidade de utilidade pública e municipal, foi criado em 1977 por meio do Decreto nº. 200/1997 e, posteriormente, emancipado como entidade autônoma com estatuto próprio. Seu objetivo é estudar a história local, proteger o patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, geográfico e cultural da região do Rio das Mortes. Ainda visa a custódia de acervos documentais ligados à história local e promove concursos histórico-literários, seminários sobre história local e exposições de arte e documentos (IHGT, 2019).

O IHGT é composto por 27 cadeiras de sócios efetivos, sendo que existem os sócios correspondentes e os sócios honorários. A diretoria, eleita em assembleia, é composta pelo presidente, vice-presidentes, primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro. Nessas 27 cadeiras cada um tem um patrono, figuras ilustres como Tiradentes, Basílio da Gama e Padre Toledo. A partir dessas cadeiras são criadas diferentes comissões para discutir assuntos relacionadas ao ambiente, patrimônio, cultura, turismo, dentre outros (ENTREVISTADO 21, 2019).

E a AFAT foi criada em função da necessidade dos artesãos locais, pois, à época, o artesanato na cidade não tinha nenhum respaldo do município ou algum cuidado de qualquer secretaria. Assim, em 2016, decidiu-se criar a associação para possibilitar melhores condições de trabalho para o pequeno artesão local e diminuir o impacto visual na cidade. Com a criação do espaço da AFAT, Lei nº. 3082/2016 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES, 2016) os artesãos passaram a ter melhores condições para produzir e comercializar seus produtos (ENTREVISTADO 23, 2019).

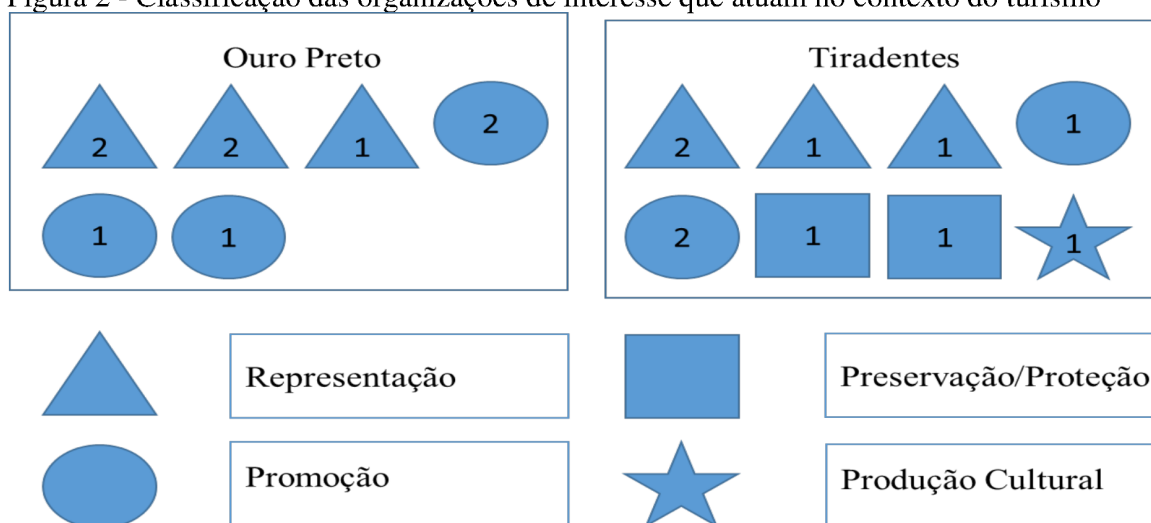
A AFAT possibilitou, por meio da criação do espaço, a realização do receptivo turístico que consiste na oportunidade que o turista tem de conversar com o artesão para saber sobre o processo produtivo e outras informações do artesanato. Em termos de representação em outros órgãos, a AFAT tem cadeira no COMTUR e COMDUR, o que permite que os interesses dos seus associados sejam apresentados e defendidos nesses espaços de interlocução de diferentes organizações (ENTREVISTADO 23, 2019).

Na AFAT define-se que a eleição da nova diretoria seja realizada por meio de apresentação de chapas em assembleia (ENTREVISTADO 23, 2019).

4.4.2 Classificação das Organizações de Interesse

As organizações de interesse foram classificadas, Figura 2, a partir da observação e análise de sua missão, objetivos, atividades e representados, *vide* subseção 4.4.1.

Figura 2 - Classificação das organizações de interesse que atuam no contexto do turismo



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: A numeração nas formas geométricas refere-se ao número de representantes que participaram da pesquisa.

Essa classificação foi necessária para identificar e destacar as organizações de interesse que exercem a representação de interesses como sua atividade principal, bem como para chamar atenção para as organizações que, apesar de exercer outra atividade, também realizam a representação de interesses como atividade secundária.

Percebeu-se que apesar da presença no mesmo nível de atuação, tais organizações exercem atividades diferenciadas, conforme fala dos entrevistados:

então cada um desses conselhos o IPHAN ETT acaba tendo papel de apontar algumas questões que são pertinentes para a preservação e conservação desse patrimônio (ENTREVISTADO 03, 2019).

Não. Não é a principal não. O C&VB está no conselho porque a iniciativa privada está todo dentro do C&VB. [...] O nosso papel é principal é fazer um marketing do destino [...] a promoção (ENTREVISTADO 08, 2019).

A gente sabe que o turismo é importante. A gente não pode em relação à IHGT, que é a memória, é deixar de ter as nossas raízes presentes. É muito importante para uma

cidade ter o desenvolvimento, mas sem esquecer da onde a gente veio. Isso é que vai manter essa cidade (ENTREVISTADO 21, 2019).

E a gente está tentando caminhar, para criar essas ações mesmo para fazer o desenvolvimento da questão do turismo (ENTREVISTADO 09, 2019).

Tenho uma luta já pela atividade turística de Ouro Preto exercendo cargos como presidente do COMTUR, presidente do COMPAÇO [...] e secretário de turismo, como qualquer outro secretário é indicação política dos prefeitos (ENTREVISTADO 06, 2019).

A função principal é zelar pelo turismo como um todo. O secretário de turismo tem um cargo de confiança e ele fica pelo período que o prefeito está (ENTREVISTADO 10, 2019).

Nós trabalhamos em prol da comunidade como um todo [...] atuamos na produção cultural já há seis anos [...] um papel de desenvolver ações com foco na cultura, na promoção de eventos (ENTREVISTADO 01, 2019).

Então, como eu falei são vários conselheiros [...] no caso dos artesãos nós tínhamos sete associações, os presidentes das associações concorrem numa eleição democrática e aí eu fui eu tive mais votos e eu me tornei (conselheira) por dois anos [...] representante legal dos artesãos (ENTREVISTADO 22, 2019).

Assim, constatou-se as organizações que exercem representação de interesses são: FC&VB, Sindetur MG, COEMPTUR, Floremg e Federaminas, em Belo Horizonte, ASA, ACEOP, ABHI e C&VB, em Ouro Preto, e AFAT, AMAT e ASSET em Tiradentes. Esclarece-se que a inclusão do C&VB e da FC&VB deve-se ao fato dessa organização também exerce representação, mesmo não sendo sua principal função. Em relação à classificação das atividades, esclarece-se que a promoção pode ser identificada de duas formas: a promoção como ação do *marketing* e a promoção no sentido de desenvolver ações em prol de, para fomentar a, e ainda ser espaço em que se dá a representação de interesses. A produção cultural, atividade de apoio à atividade turística, refere-se ao desenvolvimento de atividades relativas à preparação de eventos, festivais, encontros etc. E a preservação e conservação são as atividades de controle da atividade turística, no sentido de criar um contexto favorável para que o patrimônio histórico e cultural não sofra danos.

Partindo desse contexto, são apresentados alguns comentários sobre a estrutura da representação de interesses tendo em vista as diferentes organizações identificadas.

Essa estrutura é percebida pela contagem das organizações, conforme indicação de Lowery e Gray (2004). Observou-se a concentração de esforços para apoiar a atividade turística. Tal situação, para Lowery e Gray (2004), é justificada por fatores contextuais. A vocação para determinada atividade e a influência de uma atividade no desenvolvimento tende a fazer com que diferentes organizações de interesse atuam na localidade.

Averiguou-se que em Ouro Preto e Tiradentes, as organizações são classificadas como pequenas e em Belo Horizonte como médias. Anastasiadou (2008), que realiza essa classificação com base no nível de atuação da organização de interesse, defende que o tamanho interfere na capacidade da organização de influenciar o processo político. A esse respeito, Van Waarden (1992) afirma que as organizações devem estabelecer vínculos com os diferentes níveis de atuação como alternativa para aumentar sua influência.

Sobre os tipos de organização de interesse, constatou-se que há mais organizações de interesse econômico que organizações de interesse do cidadão, corroborando com o entendimento de Binderkrantz *et al.* (2016). Para Lowery e Gray (2004), esse contexto é explicado por dois fatores: os altos custos para desenvolver a atividade e o maior engajamento das organizações de interesse econômico. Como implicação para tal situação, Lowery e Gray (2004) destacam que tende a ocorrer uma predominância dos interesses econômicos em detrimento aos interesses dos do cidadão, pois os representantes dessas organizações vão exercer domínio sobre os debates relativos à atividade turística. Van Waarden (1992) corrobora.

Outra implicação refere-se à dificuldade de coletar informações, sobre os interesses do cidadão, para auxiliar as organizações públicas a tomar decisões sobre possíveis políticas públicas, conforme indicado por Sulistyaningsih *et al.* (2017) e Warsono *et al.* (2017).

Especificamente sobre as atividades, percebeu-se que apesar de ter o turismo como foco, as organizações de interesse desenvolvem atividades diferenciadas. Trata-se de um contexto desejado para que não ocorra sobreposição de atividades ou competição. Anastasiadou (2008) aponta que quando há muitas organizações desempenhando atividades parecidas pode ocorrer competição, principalmente, pelos membros, que são uma importante fonte de recurso.

Também com base nas organizações que exercem representação de interesses, teve-se condições de classificar o modelo de representação de interesses identificado em Ouro Preto e Tiradentes. O modelo de representação de interesses, em ambas cidades é pluralista²⁸, em função da presença de associações que exercem a representação de interesses, conforme indicação de Olson (1965). Esse resultado é corroborado pelo estudo de Anastasiadou (2008),

²⁸ Destaca-se que essa classificação, neste estudo, é feita única e exclusivamente pela identificação das organizações de interesse e análise das informações sobre representantes, representados e atividades desempenhadas. Entretanto, sabe-se que para uma análise pormenorizada, necessariamente dever-se-ia buscar informações desde o surgimento dessas associações. Porém esse não é o propósito desse trabalho.

mas não encontra respaldo nos resultados de Januário (1997), os quais indicaram a classificação do modelo de representação como Neocorporativista. Para Olson (1965) e Anastasiadou (2008), os resultados da pesquisa indicam a existência de um contexto e ou clima favorável para que as organizações de interesse, tanto econômico como do cidadão, atuem.

Demonstra-se que dentre as organizações de interesse identificadas, interessa a este trabalho a compreensão da estrutura e do viés representação das organizações de interesse, ou seja, as organizações de interesse de negócio, que atuam em prol das empresas, uma vez que se discute sobre APLs de turismo. Assim, as próximas análises empreendidas são direcionadas para ASA, ACEOP, ABHI e C&VB, em Ouro Preto, e AFAT e ASSET em Tiradentes. Pondera-se que, apesar da existência da federação e da confederação, ACEOP e ASSET não estão ligadas hierarquicamente a essas organizações por não manter vínculo com suas respectivas federações. Situação que tende a influenciar o exercício de sua representação, pois no entendimento de Anastasiadou (2008) e Van Waarden (1992) essas organizações são pequenas o que implica na baixa capacidade de influenciar o processo político e o fato de não possuírem vínculos em outros níveis de atuação, restringir sua influência ao nível de atuação local, respectivamente.

Destaca-se que em função dessa constatação, as análises doravante apresentadas farão referência somente ao nível de atuação local, Ouro Preto e Tiradentes, em função da inexistência de vínculo com organizações de interesse nos níveis de atuação regional, estadual ou nacional.

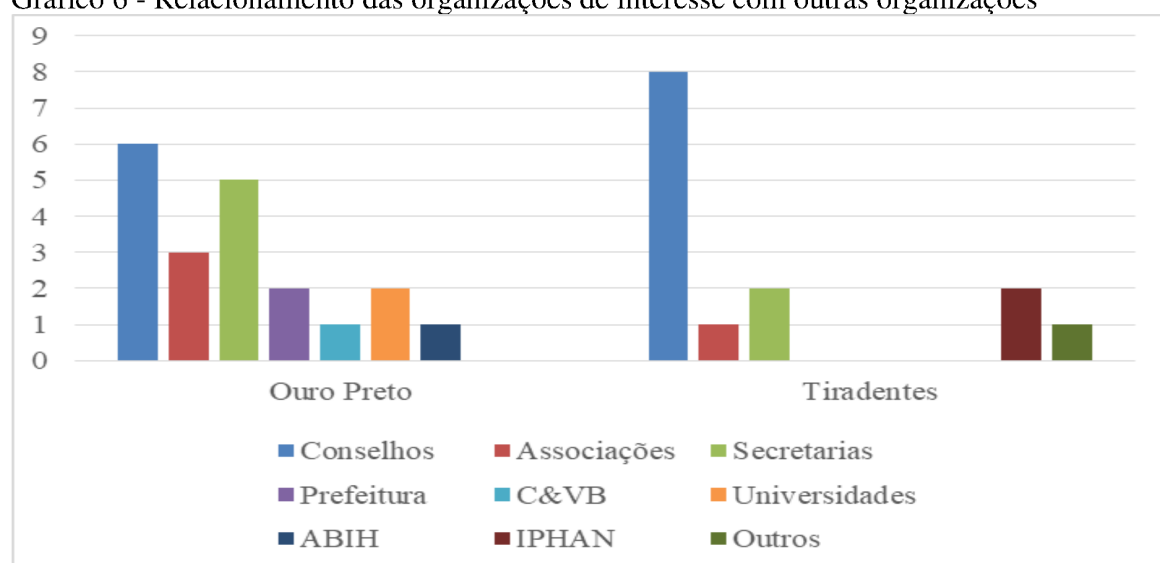
Outra observação necessária é sobre a inexistência de sindicatos nas cidades, apesar da existência da federação e da confederação. Quando questionados sobre a inexistência de sindicatos, os representantes das organizações de interesse apenas confirmavam a inexistência sem, no entanto, apresentar justificativas. A única exceção foi um dos representantes de uma organização ligada à promoção do turismo, que justificou a inexistência do sindicato em função do processo para obtenção da carta sindical estar parado no tribunal.

4.5 O Relacionamento

Para abordar sobre o relacionamento, optou-se por expor as informações sobre o relacionamento entre representantes das organizações de interesse e outras organizações, e entre representantes das organizações de interesse e seus representados.

No que diz respeito ao relacionamento, para observar as diferentes organizações com as quais os representantes das organizações de interesse presentes em Ouro Preto e Tiradentes se relacionam, elaborou-se o Gráfico 6, que contém uma síntese das diferentes formas de relacionamento identificadas.

Gráfico 6 - Relacionamento das organizações de interesse com outras organizações



Fonte: Dados da pesquisa.

As informações sumarizadas no Gráfico 6 referem-se ao nível de atuação local.

Antes de comentar tais informações, destaca-se que dentre as 14 organizações, somente dois representantes declararam manter algum tipo de relacionamento com organizações do nível de atuação nacional. A ACEOP, em Ouro Preto, e ASSET, em Tiradentes, relacionam-se com Ministério Público Federal buscando solução para questões que não são resolvidas no município.

Já em relação ao nível de atuação estadual, constatou-se que duas organizações de interesse, em Ouro Preto, mantêm algum tipo de relacionamento com organizações desse nível. A ACEOP contata a Secretaria de Desenvolvimento Econômico visando apoio para ações específicas. Já a ASA procura o apoio da Federação de Artesanato de Minas Gerais (FAM) para a participação em feiras, exposições e viagens.

Esses resultados confirmam o entendimento de Van Waarden (1992) e Januário (1997)

que destacam que os representantes das organizações de interesse acionam outras organizações, que podem estar situadas em níveis de atuação diferentes, para consulta ou troca de informações, bem como para apresentar demandas junto ao Estado, principalmente. De forma específica, Januário (1997) afirma que essa iniciativa é crucial para o desenvolvimento da atividade turística. Entretanto, os autores chamam a atenção ao fato de que tais organizações devem estar vinculadas para que essa iniciativa seja convergente como os pressupostos da representação de interesses. Constatou-se que somente a ASA age em conformidade com tais pressupostos. Nos demais casos, tem-se o estabelecimento de contato com organizações públicas, espaço no qual se dá a representação de interesses.

Tal situação, conforme comentado por Januário (1997), facilita o acesso desses representantes. Entretanto, segundo Anastasiadou (2008), as organizações do nível de atuação local são consideradas pequenas e por consequência mais fracas que as organizações presentes nos demais níveis. Dito de outra forma, no nível estadual e nacional essas organizações vão relacionar-se com organizações médias e grandes, respectivamente, e que têm maior capacidade de influenciar o processo político.

Assim, esse tipo relacionamento – cujo padrão de ligação é classificado como caótico, por ser extraordinário e descontínuo, ao contrário do que imaginam os representantes –, dificilmente terá como resultado a influência no processo político, pois as organizações de interesse não são fortes o suficiente para atuar no nível estadual e nacional, como comenta Anastasiadou (2008).

No nível de atuação local, foram identificadas diferentes perspectivas para analisar o relacionamento entre atores: o padrão de ligações, a intensidade, a densidade e a centralidade.

Tanto em Ouro Preto como em Tiradentes, o padrão de ligações foi considerado ordenado, pois percebeu-se a existência de uma estrutura adequada para o relacionamento: interação com diferentes organizações, meios para interação e continuidade do relacionamento (ordinário).

Conforme os entrevistados, em todas as organizações de interesse a percepção sobre a qualidade do relacionamento é positiva, uma vez que há condições adequadas para a interação, entendimento da necessidade de debate para uma deliberação assertiva e convergência de interesses, pois todos atuam em prol do turismo, mesmo que indiretamente. Comentam que “[...] é uma relação muito boa” (ENTREVISTADO 09, 2019) e que “[...] tem um bom relacionamento” (ENTREVISTADO 05, 2019).

Esses achados, conforme fala Van Waarden (1992), evidenciam a existência de um

contexto que favorece o relacionamento entre os representes e, por consequência, tende a facilitar o desenvolvimento do processo político. Especificamente para os representantes das organizações de interesses, quando se identifica um relacionamento cujo o padrão de ligações é ordenado, entende-se que eles terão melhores condições para influenciar o processo político.

No que se refere à intensidade, em Ouro Preto observou-se a intensidade de relacionamento com conselhos (COMTUR) e secretarias (SECMTUR), ao passo que em Tiradentes essa intensidade é identificada somente no relacionamento com conselhos (COMTUR). A esse respeito, Fisker (2016) comenta que a força da relação está relacionada com a obtenção de benefícios para a organização de interesse e seus membros. Dessa forma, seus representantes têm mais condições de influenciar o processo político nos conselhos e nas secretarias que nas demais organizações com as quais mantêm relacionamento menos intensos. E Van Waarden (1992) pondera que quanto maior a intensidade, melhor o relacionamento.

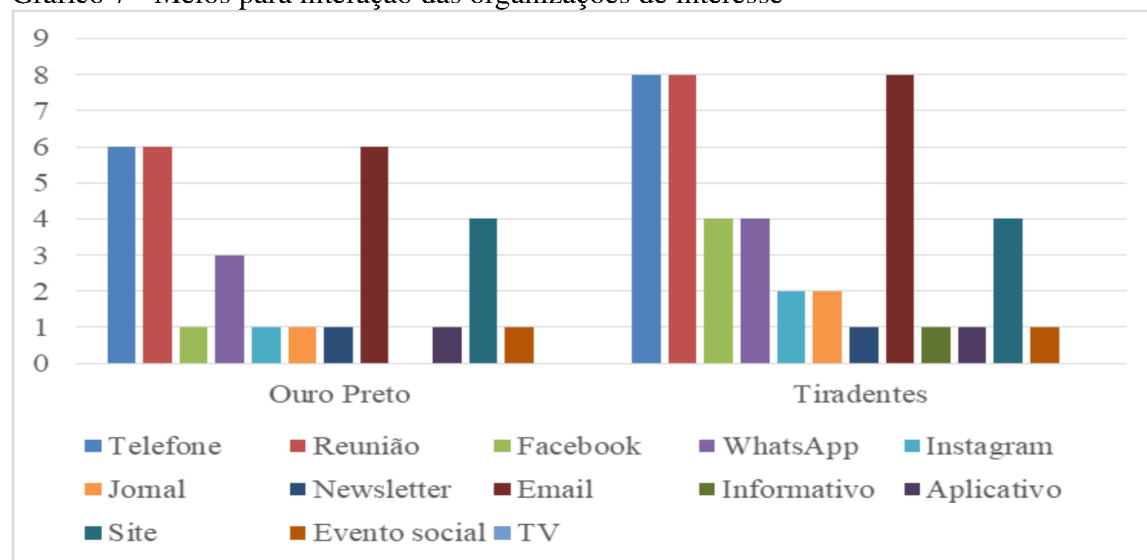
Sobre a densidade, que se refere à múltiplas ligações entre os atores, especificamente sobre os representantes da ACEOP, ABHI e C&VB, em Ouro Preto, e AFAT e ASSET em Tiradentes, averiguou-se que eles estão presentes em diferentes organizações exercendo a representação de interesses, o que possibilita afirmar que há densidade no relacionamento. Logo, conforme indicação de Van Waarden (1992), considera-se que em função da extensão em que os atores estão ligados por múltiplas relações é identificado um contexto que facilita o acesso ao processo político, a apresentação de reivindicações por parte dos representantes e a obtenção de benefícios.

Outro fator considerado para a análise do relacionamento foi a centralidade. Foram identificados contextos diferenciados. Em Ouro Preto, não se identificou um ator que ocupa posição central, o relacionamento é caracterizado como pluricêntrico, pois o COMTUR e SECMTUR estão no centro das interações. Já em Tiradentes, o relacionamento é centralizado no COMTUR, sendo categorizado como unicêntrico.

Para Van Waarden (1992) ambas situações são possíveis e permitem entender que, no primeiro caso, os representantes podem especializar sua atuação apresentando reivindicações específicas para cada organização; e, no segundo caso, pode existir um número maior de representantes acionando uma mesma organização. Segundo o autor, o que precisa ser levado em consideração é a necessidade de especialização (no primeiro caso), e de convergência de propósito das reivindicações (no segundo) para que os representantes sejam capazes de influenciar o processo político.

Quanto ao relacionamento entre representantes e representados, optou-se por identificar os diferentes meios para interação existentes nas organizações de interesse, *vide* Gráfico 7.

Gráfico 7 - Meios para interação das organizações de interesse



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre os meios para interação, observou-se que nas duas localidades são utilizadas formas tradicionais e modernas de comunicação. Assim, os representados podem utilizar diferentes alternativas para estabelecer contato com seus representantes.

As mídias sociais, *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, ocupam lugar de destaque em algumas organizações de interesse, muito em função de sua popularidade e facilidade de utilização. Especialmente o *WhatsApp*, pois tem sido utilizado pelas organizações de interesse para criar grupos de interação e discussão, onde questões simples podem ser levantadas e, em alguns casos, resolvidas (ENTREVISTADO 02, 2019; ENTREVISTADO 04, 2019; ENTREVISTADO 07, 2019; ENTREVISTADO 24, 2019).

Apesar da popularidade dessas mídias, as reuniões, ordinárias e extraordinárias, continuam tendo importância para a comunicação entre representantes e representados. Tais reuniões são momentos para debates e deliberações sobre planos, projetos e propostas, bem como espaço para que os representados apresentem suas demandas, reivindicações e sugestões (ENTREVISTADO 17, 2019; ENTREVISTADO 19, 2019). Observou-se que em todas as organizações de interesse o conteúdo dessas reuniões, que ocorrem pelo menos uma vez ao mês, é registrado por meio de ata.

Percebeu-se que as referidas organizações valorizam e entendem a importância dos meios para interação. Em alguns casos, há um setor responsável ou empresa especializada para a gestão desses meios. O objetivo é identificar as questões discutidas, dar respostas em tempo hábil e identificar os meios mais acessados (ENTREVISTADO 07, 2019; ENTREVISTADO 17, 2019; ENTREVISTADO 19, 2019). As organizações de interesse que realizam a gestão desses meios são: ACEOP, ASSET e SECMTUR de Tiradentes.

Assim, entende-se que há um contexto favorável ao o relacionamento entre os representantes e representados em função dos diversos meios de interação que podem ser acionados, pelos últimos, para contatar seus representantes e, especificamente, para apresentar suas reivindicações, segundo indicação de Van Waarden (1992).

Essas diferentes formas de relacionamento é que vão auxiliar os representantes das organizações de interesse no desenvolvimento de suas atividades, o que possibilita compreender melhor a participação dos representados, *vide* subseção seguinte, pois sabe-se que a obtenção de benefícios por partes dos representados tem relação com sua participação.

4.5.1 A Participação

Especificamente para abordar sobre a participação, foram consideradas as percepções dos representantes das organizações de interesse sobre a participação dos membros da diretoria e dos representados. Quanto à percepção dos representantes sobre a qualidade dessa participação, foram observadas informações sobre o quórum nas reuniões com a diretoria e com os representados.

As reuniões com a diretoria sempre dão quórum, número mínimo de participantes necessário para que as deliberações tenham validade. Em dois casos específicos, observou-se a formação de núcleos, dentro da diretoria, por representantes mais engajados com as organizações de interesse. Esses núcleos são formados em função do afastamento de alguns diretores por fatores diversos como falta de tempo, interesse ou entendimento da importância de sua participação para o desenvolvimento da organização, como pode ser observado nos relatos:

Então, a gente reúne com esses quatro [...] e o restante a gente chama e por outros compromissos [...] eles nunca podem reunir [...] Assim, não compraram a ideia (ENTREVISTADO 05, 2019).

Tem um núcleo básico, digamos assim, né, que é o pessoal da diretoria, tem alguns empresários que são mais frequentes, digamos assim [...] (ENTREVISTADO 12, 2019).

Apesar de considerar satisfatória a participação dos representantes nas reuniões com a diretoria, esse resultado contraria o entendimento de Van Waarden (1992) no que se refere a concepção do papel e atividades dos representantes, pois eles têm a responsabilidade de participar as referidas reuniões, cumprindo, assim, com as atividades do cargo para o qual se voluntariaram. Em adição, Fisker (2016) comenta que esse contexto pode ter implicações negativas, uma vez que a frequência dos representantes interfere no processo de tomada de decisão, pois os representantes presentes é que vão definir o que é importante para os representados e para a organização de interesse.

Lowery e Gray (2004) acrescentam que a participação dos representantes influencia na sua capacidade de interferir positivamente no processo político e, ainda, Denzau e Munger (1986) afirmam que a qualidade da frequência dos representantes interfere no tipo de reivindicação a ser apresentada às organizações públicas. Assim, reforçando o entendimento de Van Waarden (1992), os representantes precisam cumprir seu papel, pois sua participação tem relação direta com o exercício da representação de interesses.

As organizações cujos representantes têm uma percepção negativa da participação são: ACEOP, AFAT e C&VB. As principais justificativas para essa percepção são: comportamento individualista, falta do entendimento quanto à importância da coletividade, falta de tempo, falta de percepção quanto aos benefícios da participação, falta de interesse, falta de compromisso.

No que se refere ao comportamento individualista, percebeu-se que os representados não pensam na coletividade, e sim, em seus interesses particulares. Então, quando o assunto não é de seu interesse, não participam. Dessa forma, não entendem que a participação pode criar a possibilidade de fazer valer seus interesses. A esse respeito o Entrevistado 07 (2019) afirma que “a participação ocorre de acordo com os interesses particulares. Só pensam no próprio umbigo, infelizmente”. Esse entendimento é complementado pelo Entrevistado 04 (2019): “a interlocução é sempre aquém da expectativa da gente né. [...] a participação das pessoas ela é muito desordenada ainda. Ela é muito [...] a pessoa queria aquilo, mas aí depois você faz, não quer [...], mas você falou esse aqui você queria [...] não, mas não era bem isso”.

Sobre a falta do entendimento quanto à importância da coletividade, observou-se que os representados ainda não têm noção do motivo de participar de organizações de interesse e

como essa participação pode beneficiá-los. Entretanto, demonstra alguns indícios de que está melhorando.

[...] ele ainda, tipo, parece que ainda não tem noção do que que é aquilo ali. Entendeu? Mas já é mais bem maior. Inclusive em questões pequenas do tipo, não posso ir avisar que não vai. Antes era aquela coisa, às vezes até meio ignorante tipo ninguém me manda. Assim agora são bem participativos, dentro cada um dentro da sua possibilidade, assim, né (ENTREVISTADO 23, 2019).

A respeito da falta de tempo, de interesse e de compromisso, observou-se que os representados, em função de outras prioridades, deixam de participar. “[...] Depende da hora, do interesse, a disponibilidade de cada um” (ENTREVISTADO 12, 2019). “A maioria do pessoal que acha que não precisa” (ENTREVISTADO 07, 2019). “Então, assim a participação [...] é restrita ao momento em que tão interessados” (ENTREVISTADO 24, 2019).

O Entrevistado 11 sumariza as ponderações sobre a percepção negativa da participação e destaca implicações dessa situação.

Olha [...] Não é chorando e nem jogando a toalha, mas a classe empresarial de turismo, por si só, está muito relapsa. Eu não sei se é muita confiança [...] ou por falta de tempo ou por falta de interesse. [...] o máximo que vem é 10% e 5%. Nunca que tem a participação maciça. Mas [...] Estamos aqui na frente para representá-los, se eles vierem muito bom, excelente, porque aí cada opinião e cada sugestão de cada um é super importante, né para o crescimento da própria classe do próprio empresário (ENTREVISTADO 11, 2019).

Já as organizações de interesse, cujos representantes têm uma percepção positiva da participação, são: ABIH OP, ASA e ASSET. A credibilidade da diretoria, a flexibilidade quanto à participação e entendimento da participação como um momento para apresentar reivindicações são as principais justificativas para tal percepção.

Sobre a credibilidade da diretoria, percebeu-se o entendimento que há uma relação entre a atuação dos representantes e a participação dos representados. Se os representantes estão desenvolvendo ações condizentes com os anseios dos representados e que contribuam para o desenvolvimento de suas empresas, a participação tende a aumentar.

A participação dos associados nas assembleias podia ser sempre melhor. Mas o que observo é que de forma geral existe um conceito de que 10% de participação em associações já é suficiente. Eu diria que aqui a gente tem uma participação muito maior que 10%. Então eu tô satisfeita. Eu adoraria ter muito mais? Sem dúvida! E acho que em particular, esse chapa que ganhou, nossa diretoria, ela tem alcançado uma participação maior (ENTREVISTADO 19, 2019).

Apesar das diferentes percepções apresentadas, constatou-se que a participação dos representados nas ações realizadas é pouca. Contexto que converge com os resultados

identificados por Anastasiadou (2008). Para a autora, os representados têm participação limitada nas atividades promovidas. Como justificativa, destaca que os recursos limitados fazem com que os representantes priorizem, o que por consequência torna sua atuação, ou capacidade de atender reivindicações, limitada. Eles são obrigados a focar nas questões que são realmente relevantes. Esse contexto faz com que haja menor envolvimento dos representados, tendo em vista a capacidade limitada dos representantes em atendê-los.

Por outro lado, em algumas situações, os representados que participam vêm a participação como um momento para apresentar suas reivindicações. Conforme destaca o Entrevistado 05 (2019), há participação “quando há uma reivindicação para apresentar”. A flexibilidade quanto à participação, no sentido de possibilitar a ausência justificada, tende a gerar no associado uma sensação de compromisso de participação em momentos oportunos. O Entrevistado 18 (2019) pondera que “no começo essa participação muito maior, até por curiosidade, e depois ela vai ficando menor, vai relaxando. Mas nesse momento [...] só não vai à reunião quem não pode”. E da mesma forma, o Entrevistado 13 (2019) comenta: “Nem sempre vão todas, né. Mas sempre [...] tem quórum. É um grupo assim, que nunca chega todo mundo na reunião. Uma falta uma semana [...] porque a gente dá essa liberdade da pessoa faltar uma vez por mês [...].”

Tais resultados convergem com o entendimento de Fisker (2016), Lowery e Gray (2004) e Denzau e Munger (1986). Esses autores defendem a necessidade da frequência, da participação e da apresentação de contribuições e reivindicações como forma dos representados interferirem nas questões que são deliberadas e posteriormente apresentadas às organizações públicas. Os interesses representados refletem as contribuições e reivindicações daqueles que se envolvem e participam das atividades promovidas. Assim, uma participação limitada implicará na representação de interesses também limitada ao que os representados que participam das reuniões e outras atividades consideraram como adequado para todo o setor.

4.6 As Ações Realizadas

Em relação às ações realizadas, analisou-se a participação no processo político com base na percepção dos representantes, buscando identificar informações sobre ações do cotidiano (VAN WAARDEN, 1992) e ações de planejamento (JANUÁRIO, 1997). No Quadro 5, é apresentada uma síntese dessa análise.

Quadro 5 - Participação das organizações de interesse no processo político

Organização	Participação	Políticas, Leis, Decretos e outros
C&VB	Sim	Lei 1098/2018: Plano Municipal de Turismo Lei 971/2015: Política Municipal de Turismo de Ouro Preto
ASA	Não	
ACEOP	Sim	Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável
ABIH OP	Sim	Lei 1098/2018: Plano Municipal de Turismo Lei 971/2015: Política Municipal de Turismo de Ouro Preto
ASSET	Sim	Lei 3251/2019: Regulamenta o trânsito de veículos pesados no centro histórico. Lei de Eventos (andamento) Plano Diretor de Tiradentes/2015
AFAT	Sim	Plano Diretor de Tiradentes/2015

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos representantes que declararam não ter participado, a ASA – apesar de ter condições de participar por meio do COMTUR, por desenvolverem atividades relacionadas ao turismo –, apresentam duas questões que justificam a não participação: (i) necessidade de concentrar esforços para a estruturação interna e (ii) pouca visibilidade e influência dentre os demais representantes de organizações de interesse que atuam no setor.

Além das informações constantes no Quadro 5, foram analisados os *sites* da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e da Câmara Municipal de Tiradentes.

Foram identificados: Resolução nº. 3/2015: Estabelece sobre o regimento interno do fundo municipal do turismo de Ouro Preto – FUMTUR (OURO PRETO, 2015a), Resolução nº. 04/2015: Estabelece o estatuto do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR (OURO PRETO, 2015b) e Lei nº. 3069/2016: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Especial ao Orçamento Fiscal, no valor de R\$17.100,00, à Secretaria Municipal de Turismo, destinado implantação de sinalização turística em rodovias (TIRADENTES, 2016), sendo que as primeiras foram propostas pelo COMTUR e, a última, pelo poder executivo municipal.

Averiguou-se que, em Ouro Preto, as políticas públicas formuladas têm relação com o planejamento da atividade e, em Tiradentes, com o ordenamento e regulamentação dessa atividade, as referidas políticas têm grande importância para a atividade turística.

No que se refere às ações realizadas pelos representantes, averiguou-se que em todos os casos são desempenhadas atividades convergentes com os propósitos das organizações de interesse e que não há sobreposição de atividades. Percebeu-se que, em maior ou menor intensidade, os representantes atuam conforme indicação de Van Waarden (1992). Contatou-se, com base na percepção dos representantes, que eles (i) a canalizam do acesso ao processo político; (ii) realizam a consulta ou troca de informações; (iii) fazem a negociação; (iv)

coordenam de ações independentes; e (v) a cooperam na formação, implementação e legitimação do resultado do processo político. Especificamente sobre os propósitos convergentes, conforme entendimento de Anastasiadou (2008) pode-se avaliar o contexto identificado positivamente, por entender que essa convergência influencia o processo político contribuindo para que os objetivos das organizações de interesse sejam alcançados.

Entretanto, considerando as cidades analisadas enfatiza-se que algumas organizações de interesse, *vide* subseção 4.4.1, fundamentais para o setor do turismo não estão presentes, o que pode sobrecarregar as organizações que estão presentes, comprometendo seus resultados.

Sobre essa situação, Fisker (2016) pondera que a especialização é a melhor estratégia de atuação para obter resultados satisfatórios. Assim, quando uma organização de interesses não pode focar em um setor específico e precisa atender representados com interesses diferenciados, sua capacidade de influenciar o processo político fica reduzida.

Sobre as ações de planejamento (JANUÁRIO, 1997) constatou-se que, considerando o período analisado, não foram formuladas políticas públicas em prol do turismo pelos representantes das organizações de interesse analisadas, apesar de reconhecer, conforme depoimento dos representantes, que houve participação em algumas políticas, leis e planos, *vide* Quadro 5. Esse autor, além de corroborar como o entendimento de Van Waarden (1992), sobre a importância das ações do cotidiano, chama a atenção para a necessidade dos representantes se empenharem em desenvolver ações de planejamento. Segundo Januário (1997), tais ações referem-se à apresentação de reivindicações junto ao Estado, conquista de interesses e/ou reivindicações gerais, busca de influência direta ou indiretamente no processo político, principalmente.

Assim, o contexto identificado, que evidencia a inexistência ações de planejamento, não corrobora com os resultados encontrados pelo autor. Ainda indicam, conforme comenta o referido autor, que quando os representantes não cumprem seu papel ao não exercerem influência no processo político. A não proposição de ações de planejamento configura um descumprimento de uma importante atividade atribuída aos representantes, que tem como consequências o não atendimento de seus representados, o enfraquecimento da organização de interesse e a redução do envolvimento dos representados.

4.7 As Reivindicações

No que diz respeito às reivindicações apresentadas pelos representados, foram consideradas informações sobre o tipo de reivindicação, à forma como elas são apresentadas às organizações de interesse e como são atendidas, conforme percepção dos representantes e análise de atas.

Em relação às reivindicações identificadas com base na percepção dos representantes, normalmente são apresentadas por grupos de representados que atuam em um mesmo setor. Há um volume grande de reivindicações. E o tipo de reivindicação é influenciado por problemas ou situações do momento.

Se tá tendo muito problema com a coleta de lixo, por exemplo. Aí ele é uma demanda. A gente monta a reunião, chama todo mundo. Resolve aquele problema, ou pelo menos passa para todo mundo o que tá acontecendo, de que maneira a gente pode ajudar. Então é sempre tentando resolver o problema do associado, ou contribuir com alguma informação (ENTREVISTADO 19, 2019).

Observou-se que as reivindicações estão relacionadas com o desenvolvimento da atividade das organizações de interesse do representado. Elas são pautadas em questões que afetam diretamente o empresário: “[...] questão tributária, em primeiro lugar, tem penalizado bastante a classe empresarial” (ENTREVISTADO 20, 2019).

Averiguou-se que tais reivindicações precisam representar o interesse de uma coletividade. Nesse caso, são discutidas em reunião de diretoria para identificar uma solução. As reivindicações que não representam a coletividade têm menor prioridade e são atendidas se a diretoria considerar pertinente. “[...] o foco é sempre a coletividade. Essa demanda chega por meio desses canais, daí tem reunião [...] a diretoria discuti [...] se for uma demanda coletiva [...] é atendida [...] a gente espera a coletividade” (ENTREVISTADO 04, 2019).

As reivindicações normalmente são feitas de forma seletiva pelos representados, ou seja, estão relacionadas com as atividades do representante. Mas há situações contrárias.

Não [...] não só por causa [...] tem muito pedidos que não são pertinentes. Pedi, todo mundo tem o direito de pedir. Se vai conseguir ou se o empresariado tem condições de cumprir aí é diferente (ENTREVISTADO 11, 2019).

Percebeu-se que há situações em que são apresentadas reivindicações que não são da competência da organização. Nesse caso, explica-se que a reivindicação não compete e indica-se a organização para a qual deve ser apresentada.

Porque tem gente que traz questões que não são viáveis ou não é da nossa alçada ou não são viáveis, por uma questão financeira ou de pessoal mesmo. Então se alguém traz isso e a gente explica, olha só, esse não é nosso papel [...] Então a gente orienta a apresentar à organização competente (ENTREVISTADO 18, 2019).

Em relação ao local de apresentação das demandas, constatou-se que os conselhos municipais são espaços em que os diretores, representantes das organizações de interesse, têm cadeira, e as reivindicações normalmente são apresentadas. Esses diretores têm a responsabilidade de receber as reivindicações, organizá-las e apresentá-las nas reuniões de diretoria. As reivindicações são apresentadas pelos diferentes meios para interação e o responsável pela gestão desses canais identifica as reivindicações, organiza e apresenta à diretoria para que elas sejam discutidas em reunião.

É nós temos a representação em 25 conselhos municipais. Dentro da reunião de diretoria, a gente tem o canal para que esses representantes tragam que tá sendo discutido pela cidade. E eles têm a obrigação de levar uma posição da organização sobre a reivindicação. Então, dentro da reunião de diretoria são discutidos diversos assuntos e o posicionamento que sai dali vai sair através do representante daquele conselho municipal (ENTREVISTADO 04, 2019).

Os representantes têm a responsabilidade de estar atentos para questões que podem gerar problemas e essas questões são identificadas e apresentadas em reunião.

A gente tem situações que alguns membros trazem demandas para dentro do COMTUR para o COMTUR tá analisando. Às vezes uma ação que [...] Recentemente, eu posso te dar um exemplo que [...] a Trilha dos Inconfidentes instalou um totem no trevo da cidade. Um dos membros trouxe aquilo para dentro do COMTUR, porque a Trilha dos Inconfidentes também tem uma representação. O COMTUR percebeu que aquele totem que estava sendo instalado, não foi bem concebido. Ele estava gerando um impacto visual muito grande. Então, o COMTUR analisou, decidiu, resolver e encaminhou ofício a Trilha dos Inconfidentes, que pediu aquele totem fosse reestudado e removido até confeccionar de uma forma diferente para não gerar esse impacto. Então aos membros trazem demandas também além dessas pessoas extra COMTUR tarem trazendo. Cada membro traz a demanda representando aquela entidade que ele tá pretendendo. Às vezes ele apresenta demandas [...] relacionada de [...] caso geral [...] mas a maioria das vezes relacionado a sua entidade, sim. Principalmente a ASSET por representar o comércio. A maioria da sociedade civil nem tanto, é mais demandas gerais. Mas as classes, que as organizações representam classes mais definidas, trazem demandas específicas da sua classe (ENTREVISTADO 09, 2019).

E em relação ao atendimento, partindo das reivindicações são geradas as pautas das reuniões de diretoria. A resposta para as reivindicações é sempre pautada no atendimento da maioria dos representados. Alguns relatos ressaltam essa questão:

Olha. Eh. Acho que tudo que a gente faz é sempre buscando o benefício para esse associado, né. A gente não vai conseguir tudo. A maioria das reivindicações é atendida pelo representante. E na maioria das vezes a gente é atendido. Muito pelo respeito que a ASSET tem, pelo peso que a ASSET tem como instituição (ENTREVISTADO 19, 2019).

Não tem nenhuma demanda assim de alguma coisa que a gente não conseguiu resolver (ENTREVISTADO 23, 2019).

Quando não atendidas, são encaminhadas para a organização competente. Quando ela demanda dele não é coletiva é uma demanda isolada, aí a gente tem que fazer ele entender que ACEOP representa a coletividade (ENTREVISTADO 04, 2019).

Muitas são resolvidos na própria reunião, quando são as que não necessitam de uma análise do restante da diretoria. Mas muitas também são levadas para diretoria para que os outros possam dar opinião e buscar uma solução. Tem. Tem. Para articular com tudo aquilo que são as demandas dos associados em relação às questões que são da competência do poder público. Então, vai ser apresentado ao órgão competente. A gente envia um ofício protocolado, aguardando 30 dias, após os 30 se não há resposta nós entramos no Ministério Público informando que não houve posicionamento daquela empresa ou instituição. E aí a gente vai, vai dando *feedback* permanente para os associados (ENTREVISTADO 19, 2019).

Em casos contrários, essa reivindicação é apresentada aos órgãos competentes e monitorada até obtenção de resposta, que consiste em sua solução. Mas há o entendimento de que nem tudo é passível de ser atendido. “Ah. Existem coisas que tem que ser resolvidas extra PMT. Nem tudo está ao nosso alcance, mesmo. E as decisões dessas necessidades, a gente costuma levar muito para o COMTUR” (ENTREVISTADO 07, 2019).

Nos casos em que a reivindicação não é resolvida no nível de atuação local, organizações dos níveis de atuação estadual e ou nacional são acionadas. Esse contato ocorre por meio do elo entre as organizações nos diferentes níveis hierárquicos e pela influência do representante.

A grande maioria dessas mediações são atendidas pela prefeitura. São locais, né. Quando existe alguma questão maior, nós levamos ao Estado, ao Ministério do Turismo nossas reivindicações, né. Então, em um momento desses e preciso levar nossas reivindicações para fora. Mas 90% das reivindicações são tratadas na municipalidade. Quando precisa, a gente leva para frente, para o Estado, para o Ministério Público, dependendo da ação, do pedido daquela ação. Aí a gente vai procurando os órgãos assim. E a gente sabe da confiança de Ouro Preto. Quando chega uma pauta de turismo de Ouro Preto, a gente geralmente é atendida, pelo menos a conversa acontece com uma facilidade. Se vai ser aceito ou não, aí depende os fatores, né. Mas a conversa, esse diálogo existente, ele é tranquilo. Eu faço esse meio campo entre Ouro Preto e o Estado e o Ministério para o COMTUR (ENTREVISTADO 06, 2019).

Quando a reivindicação não é atendida, entende-se que isso ocorre pelo fato de a organização de interesse não ter condições (estrutura, pessoal, finanças e tempo) para tanto.

É tem [...] eu já sei por A mais B que tem algumas reivindicações as pessoas são, realmente algumas, são meio sem noção. Mas que a gente não consegue realizar. Porque? Por falta de recurso, falta de pessoal qualificado. Então a gente explica, né. Mas, assim, o tempo é muito curto. Então veio a reivindicação para gente fazer essa vez não tinha tempo suficiente. todo mundo entendeu que a gente, não era um momento de fazer. Então deixamos para o ano que vem. [...] eu acho que, boa parte é atendida, talvez até um pouco mais. Levando em consideração que as principais reivindicações, levando em consideração o tamanho, nosso poder econômico, eu acho 70% (ENTREVISTADO 18, 2019).

Em algumas situações, há a necessidade de articulação com um representante para que a reivindicação seja apresentada no nível estadual ou nacional.

É. Isso aí é de acordo com a demanda. Então, às vezes a demanda é local e a gente apresenta a demanda aqui [...] em determinadas reivindicações, por exemplo do governo estadual ou nacional, você tem que ter a chancela do município (ENTREVISTADO 24, 2019).

Percebeu-se que em alguns casos, a presença de um dos representados dentro da organização onde a reivindicação vai ser apresentada, facilita o diálogo e a obtenção de solução.

Aquela menina [...] é quem resolve para nós. Nós temos uma associada, ela trabalha na PMOP, na parte de informática, também ela é nossa associada, e ela tá sempre nos facilitando para chegar ou numa exposição, projeto. E nós temos também uma associada [...] que tem muita facilidade de chegar também na PMOP. Ela vai à casa do secretário. Ela o procura sempre [...] (ENTREVISTADO 13, 2019).

De forma geral, há o entendimento quanto a importância da manutenção de articulação e diálogo com organizações nos diferentes contextos “[...] articulamos com o COESTUR, mas existe o também articulação com outros conselhos. Estamos procurando construir é esse espaço de diálogo” (ENTREVISTADO 15, 2019).

O retorno sobre as reivindicações é realizado de diferentes formas: retorno imediato ao grupo que solicitou, comunicado de que a reivindicação foi encaminhada para a organização competente e posterior notificação da solução, apresentação em reunião no fim do ano com resumo dos resultados, como se fosse uma prestação de contas. “Nós resolvemos fazer uma festa de confraternização [...] a gente faz essa conversa com eles. Como que foi. Como que não foi. O que pode melhorar para o próximo ano” (ENTREVISTADO 05, 2019).

Averiguou-se que os representantes entendem a necessidade de buscar soluções para as reivindicações. O atendimento das reivindicações gera satisfação e evidencia a existência de benefícios de ser associado e consequentemente isso fideliza.

Tem que dar atenção, senão o cara desfilia, ou tenta nos trair com outra federação. Nós já tivemos esse problema de traição de sindicato. A gente procura atender todos [...] quando não consegue, você faz um encaminhamento para o setor competente, né (ENTREVISTADO 16, 2019).

Foi possível perceber que os representantes das organizações de interesse destacam a importância em participar dos momentos de interação das organizações dos diferentes níveis.

Fazer-se presente, tende a facilitar o diálogo, a articulação e a obtenção de influência para o atendimento das questões apresentadas.

Mas ela exerce uma força junto ao governo, como disse aí, junto a assembleia, junto ao congresso, junto ao senado através a CACB no intuito de defender esses interesses. Então, estamos sempre participando ativamente. Então, a gente vem trabalhando muito forte. Então é sempre isso, a gente atuando junto ao poder executivo legislativo e judiciário. Sempre mostrando e exercendo o interesse da classe empresarial para que ela possa desenvolver as suas atividades [...] muitas vezes já estão presentes em Brasília, junto a diversos órgãos como também junto aos próprios deputados federais, câmara dos deputados federais, atuando junto a bancada mineira, principalmente, como também com os nossos senadores. Isso é estatutário, nós temos dentro da nossa previsão, é [...] das questões, a gente tem tanto da aparte financeira, que é prestação de contas geralmente como relatório de atividades elaborado sempre no primeiro trimestre de cada ano e no final do ano também é realizado o planejamento [...] onde são acatadas as sugestões de alterações das associações comerciais (ENTREVISTADO 20, 2019).

Também se percebeu que a busca de solução para as reivindicações é muito influenciada pela experiência do representante.

Então eu cresci muito fazendo As feiras nacionais. Porque eu via como eles resolvam problemas [...] problemas até maiores do que os nossos né. Então eu comecei a entender como funciona. Porque eu conheço outro lado, eu conheço o que tá dando certo (ENTREVISTADO 22, 2019).

E, ainda, saber reconhecer o local em que as reivindicações não atendidas internamente devem ser apresentadas. “Agora como eu resolvo essas questões é não ficar só na esfera municipal. Eu tenho contatos através das feiras né a nível nacional e a nível é estadual, Belo Horizonte, que eu peço ajuda sim” (ENTREVISTADO 22, 2019). Percebeu-se que em todos os casos, a busca da solução de problemas ou atendimento das demandas é sempre momento de aprendizado para o representante. “Então essa troca é muito rica. Isso é muito bacana” (ENTREVISTADO 22, 2019).

Além disso, o relacionamento com outros representantes favorece o atendimento das reivindicações, pois quanto mais próximo esse relacionamento, mas fácil de transitar entre as organizações e obter a solução para os problemas, ou seja, o atendimento das reivindicações.

Sim [...] com certeza [...] muito presente, nas reuniões [...] o que ele pode nos ajudar com certeza. Quando não pode, fala [...] olha se não tem condição de fazer isso por várias questões. Mas o que ele pode nos ajudar, ele ajuda (ENTREVISTADO 22, 2019).

A troca de experiências entre os representantes facilita a identificação de solução para os problemas apresentados pelos representados e o atendimento de suas reivindicações.

Na verdade, das reivindicações que são feitas quase todas são sanadas. Não consigo lembrar de nenhuma que teve algum problema, que a gente não conseguiu reverter dentro da própria assembleia geral. Às vezes eu levo coisas, eu levava coisas, quando a gente não tinha o espaço em si, porque o evento chegava e tirava. Precisar de levar problemas de coisas que a gente não consegue sanar [...] seria [...] para outras cabeças que conseguem pensar de uma forma diferente. Não só de administrativas da cidade. Sabe? Alguém que já passou por essa coisa com associação e sabe como é que é [...] (ENTREVISTADO 23, 2019).

No que tange às reivindicações identificadas com base na análise das atas, esclarece-se que o foco deste estudo está na reivindicação, aqui também entendida como aquela aspiração que motivou o representado, até então proprietário de uma empresa, a fazer parte da organização que o representa. Assim, essa reivindicação representa algo que é comum para o representante e para o representado: realizar ações em prol do desenvolvimento (das organizações e de seu setor), sendo que tais ações podem ser relativas a questões do cotidiano ou de planejamento. Tais reivindicações são a expressão e a manifestação dos interesses dos representados. Assim, nesse estudo, os interesses são sempre os interesses representados.

Para identificar tais reivindicações, solicitou-se acesso às atas das organizações de interesse, mas nem todos os representantes deram permissão. Dessa forma, essa opção foi inviabilizada. Como alternativa, optou-se por analisar as atas de reunião dos conselhos municipal, estadual e federal de turismo, por entender que tais conselhos consistem em espaços nos quais as reivindicações relativas às ações em prol do desenvolvimento são apresentadas. Em relação às ações realizadas, entende-se que a forma de materializar o atendimento das reivindicações, ações em prol do desenvolvimento, é por meio de políticas públicas. Assim, buscou-se identificar quais foram as políticas públicas formuladas com a participação dos representantes.

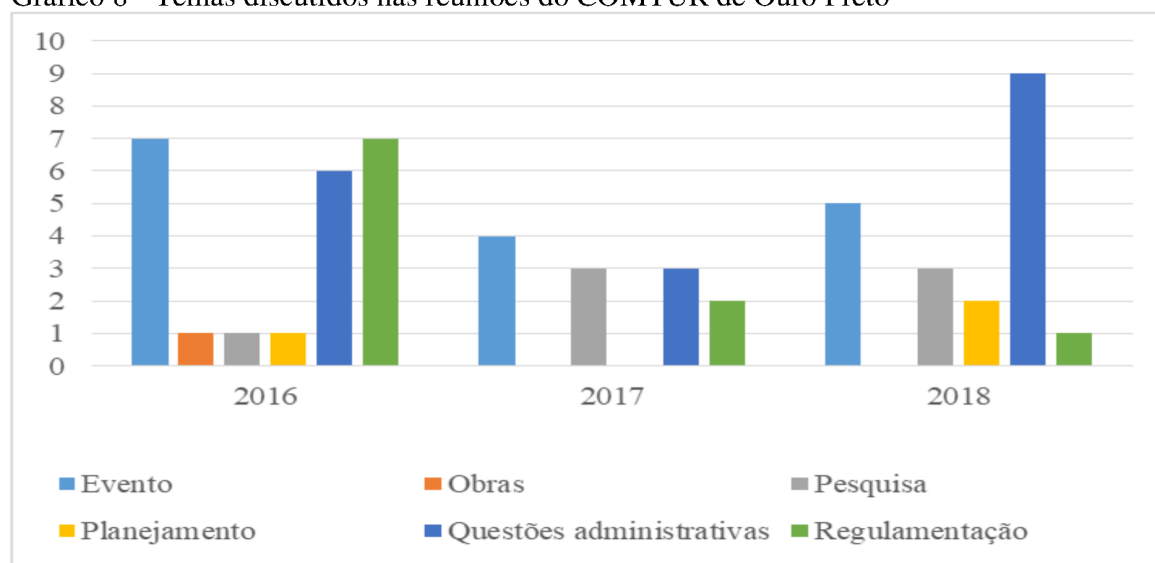
As atas analisadas, portanto, referem-se ao período 2016-2019. No Apêndice A, tem-se um detalhamento da pesquisa documental a partir da qual as referidas atas foram identificadas. Para identificar as reivindicações, relativas ao cotidiano ou ao planejamento, procedeu-se a leitura das atas em busca de informações que confirmem a presença dos representantes, sua participação e o conteúdo de sua fala.

Quanto aos níveis de atuação estadual e nacional, observou-se a presença e a participação das organizações: ABIH MG, CBC&VB e FC&VB. Entretanto, as reuniões nas quais houve a presença e a participação desses representantes, não foram apresentadas reivindicações e, tampouco, tomadas decisões que gerassem políticas pública ou similares.

Em Ouro Preto, constatou-se que a ASA não tem cadeira no COMTUR, o que impossibilita a presença e a participação nas reuniões como representante. No que se refere à

presença e participação, observou-se que os representantes estão envolvidos nas discussões sobre o turismo. Considerando as 35 reuniões realizadas de 2016 a 2018, identificou-se o percentual de presença de 75%, 85% e 95% para ACEOP, C&VB e ABIH OP, respectivamente. Especificamente em relação à participação, foram observadas informações relativas aos temas apresentados na pauta para discussão. No Gráfico 8, tem-se uma sumarização desses temas.

Gráfico 8 - Temas discutidos nas reuniões do COMTUR de Ouro Preto



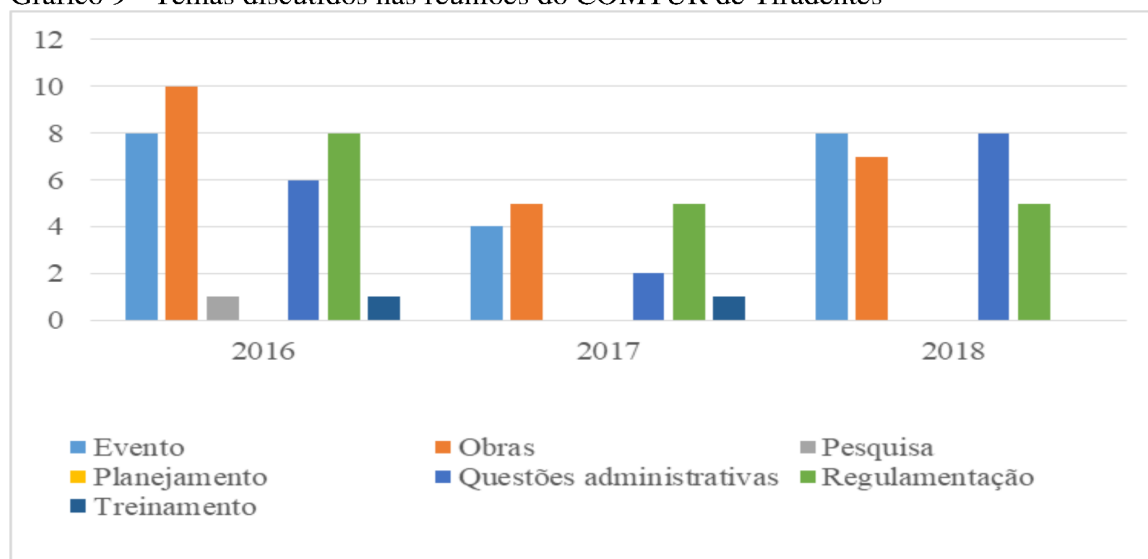
Fonte: Dados da pesquisa.

De forma geral, considera-se que os representantes participam, uma vez que deliberam, juntamente com os demais presentes, sobre temas que influenciam diretamente a atividade turística. Entretanto, quando se direciona o foco para a proposição de ações em prol do desenvolvimento, não foram identificadas informações que confirmassem a participação ou envolvimento desses representantes. Dito de outra forma, não foram apresentadas reivindicações.

Já em Tiradentes, em termos de presença e participação, percebeu-se que dentre os representantes das organizações consideradas para a análise, somente a ASSET tem cadeira no COMTUR. O que impossibilita a presença e a participação da representante da AFAT. Constatou-se, pela análise das atas das 25 reuniões, realizadas de 2016 a 2018, que o representante da ASSET esteve presente em 96% das reuniões.

Uma síntese dos temas apresentados na pauta para discussão nessas reuniões é exposta no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Temas discutidos nas reuniões do COMTUR de Tiradentes



Fonte: Dados da pesquisa.

Especificamente sobre a participação, identificou-se situação similar às de Ouro Preto, ou seja, o representante da ASSET participa ativamente das deliberações de ações em prol do turismo. Entretanto, quando se mantém o foco na proposição dessas ações, não foram identificadas informações que a confirmassem. Em outras palavras, não foram apresentadas reivindicações por parte desse representante.

Tanto em Ouro Preto como em Tiradentes, percebeu-se a concentração de esforços por parte dos representantes nas ações do cotidiano em detrimento das ações de planejamento. Esses resultados corroboram com os achados de Anastasiadou (2008), que apontam para a incapacidade dos representantes das organizações de interesse de influenciar o processo político ao comunicar os interesses de seus representados. Tais achados contrariam o entendimento de Bertoli (2017), ao afirmar que os representantes devem apresentar reivindicações e propor ações para plano diretor, políticas públicas, leis que regulamentem a atividade do setor. Esse autor pondera que as reivindicações mantêm relação direta com o propósito da organização de interesse e por consequência de seus representados. Na mesma direção, Januário (1997) diz que a não apresentação de reivindicações é abdicar do direito de interferir no processo político e da possibilidade de atender os interesses de seus representados.

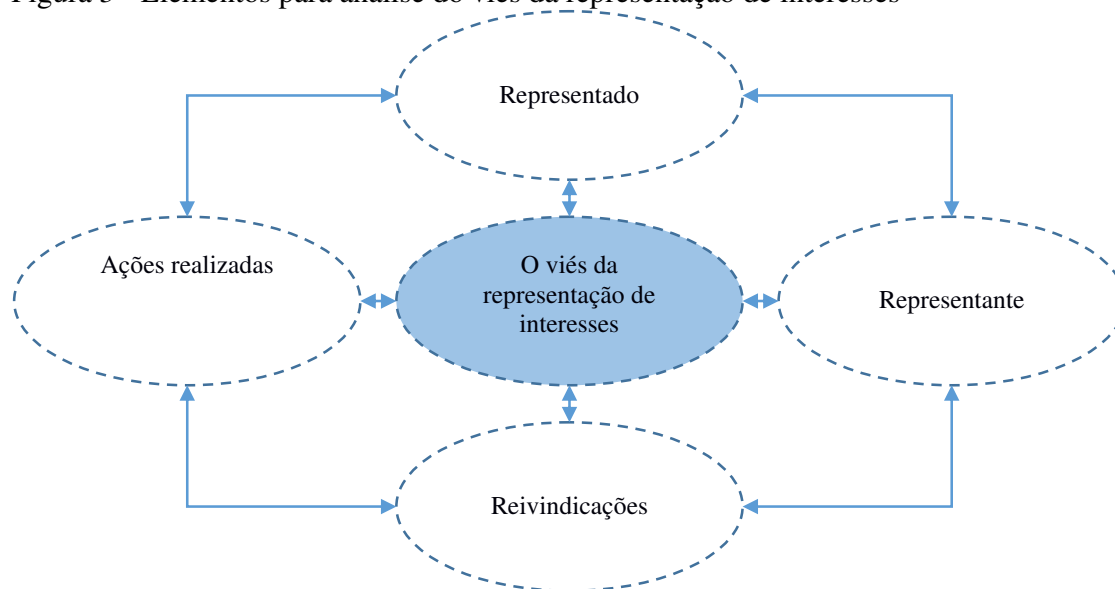
Reforça-se que as ações do cotidiano são importantes, mas que deve haver certo equilíbrio em relação à proposição delas e as ações de planejamento. Entretanto, nas referidas cidades parece que o excesso de preocupação com as ações do cotidiano, ou seja, com a

responsabilidade e necessidade de atender as reivindicações a elas relativas, fez com que os representantes deixassem de lado as ações de planejamento. Anastasiadou (2008) reconhece essa possibilidade, mas reforça a necessidade de equilíbrio entre tais ações para que a atuação dos representantes seja condizente com os propósitos de sua organização de interesse. Assim como observado pela autora, nas referidas cidades os representantes, ao focarem nas ações do cotidiano, fecharam-se para os demais níveis de atuação.

4.8 A Análise do Viés da Representação de Interesses

Para a análise do viés da representação de interesses deve-se identificar quão sensível é o representante em atender as reivindicações dos representados. Dito de outra forma, deve-se observar o que de fato foi realizado pelo representante, tendo em vista as reivindicações do representado. Nesse estudo, entende-se que essa análise é facilitada ao identificar os elementos centrais para a análise: representantes, representados, reivindicações e ações realizadas (FIGURA 3).

Figura 3 - Elementos para análise do viés da representação de interesses



Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa figura, assume-se que os elementos se autoinfluenciam, assim como influenciam e são influenciados pelo viés, conforme indicado pelo contorno pontilhado e setas de bidirecionais. Em relação à ordem assume, para fins de construção da figura, que o

representado é o ponto de partida. Entretanto, após esse momento, a forma como os elementos se influenciam pode interferir nessa ordem.

Os representantes fazem parte das organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo. E os representados são os associados a tais organizações. Já as reivindicações são as diversas demandas apresentadas pelos representados aos representantes, as quais são classificadas como reivindicações do cotidiano e reivindicações de planejamento. E por fim, as ações realizadas são o resultado da deliberação dos representantes tendo em vista as reivindicações recebidas.

A partir dessas informações, pode-se identificar o grau do viés da representação de interesses. As informações utilizadas para realizar as interpretações quanto esse grau foram: (i) qualidade da participação dos representantes nas ações promovidas pelos representados; (ii) qualidade da participação dos representados na promoção de ações por eles propostas ou por outras organizações; (iii) proporção do atendimento, reivindicações atendidas pelas reivindicações apresentadas, podendo existir dois tipos (a) reivindicações relativas às ações do cotidiano e (b) reivindicações relacionadas às ações de planejamento; (iv) quantidade de ações realizadas pelos representados. Ressalta-se que as informações relativas a esses elementos já foram identificadas anteriormente e referem-se à (i) participação dos representados nas reuniões; (ii) participação nas reuniões do COMTUR; (iii) percepção quanto ao atendimento das reivindicações (relativas ao cotidiano); e reivindicações apresentadas ao COMTUR (relativas ao planejamento).

Partindo das informações supra expostas, elaborou-se o Quadro 6 para auxiliar na análise o grau do viés da representação de interesses.

Quadro 6 - Grau do viés da representação de interesses

Elementos	Grau do viés da representação de interesses					
	Baixo		Médio		Alto	
Representado	Participação					
Representante					Participação	
Reivindicações		Ações do planejamento			Ações do cotidiano	
Ações realizadas		Ações do planejamento			Ações do cotidiano	

Fonte: Dados da pesquisa

Optou-se por destacar o grau do viés da representação de interesses com base no tipo de reivindicações e ações realizadas.

No que tange as reivindicações e ações realizadas relativas ao cotidiano, percebeu-se

que o grau do viés da representação de interesses é baixo. Por outro lado, quando se considera as reivindicações e ações realizadas relativas ao planejamento, percebeu-se que o grau do viés da representação de interesses é alto. Esse grau foi muito influenciado pela participação dos representados e pelas reivindicações e ações realizadas relativas ao planejamento, apesar de ter sido identificada alta participação dos representantes.

Sabe-se que é por meio da participação dos representados que são identificadas as reivindicações, assim em um contexto de baixa participação, pode-se entender que a maioria dos representados não fornece informações para nortear a atuação dos representantes e como consequência não tem suas reivindicações atendidas e também não contribuem para a melhoria das ações que são implementadas.

Sobre as reivindicações e ações realizadas relativas ao planejamento, quando se fala em representação de interesses, espera-se que os representantes sejam os propositores, senão um deles, em função da necessidade e importância de falar em nome de seus representados e fazer valer seus interesses.

O resultado observado, referente ao alto grau do viés da representação de interesses, vai ao encontro dos achados de Anastasiadou (2008). A autora denomina essa situação como incapacidade de comunicar as reais necessidades do turismo para os representantes das organizações públicas em função de sua imaturidade ou ingenuidade no exercício da representação de interesses. Sobre o contexto identificado, Fisker (2016) aponta que a capacidade de influenciar o processo político está relacionada às contribuições oferecidas pelos representantes das organizações de interesse envolvidas no processo político. Tais contribuições referem-se ao auxílio que esses representantes oferecem aos representantes das organizações públicas no atendimento dos cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese assumiu-se como objetivo compreender a representação de interesses dos APLs de Turismo. Para demonstrar como tal objetivo foi alcançado, nesta seção são apresentadas as escolhas feitas em relação à compreensão teórica, aos procedimentos utilizados, às análises empreendidas e às implicações de tais escolhas, bem como as limitações identificadas, as contribuições ofertadas e indicações para pesquisas futuras.

Para entender minimamente sobre representação de interesses, apresentou-se as diferentes abordagens da representação nas quais evidenciam-se as discussões sobre a relação entre a sociedade e o Estado, o que possibilitou o entendimento da representação de interesses, especificamente de sua estrutura e viés, além de evidenciar a possibilidade de contribuições para o campo da Administração Pública, principalmente, para os estudos sobre APLs.

Ainda falando sobre a busca desse conhecimento, enfatiza-se a utilização da revisão sistemática integrativa como técnica para a pesquisa bibliográfica. Trata-se de uma possibilidade de conduzir esse processo de forma sistematizada e coerente que muito contribuiu para a construção da tese.

No que diz respeito aos procedimentos utilizados, além da escolha das técnicas de coleta e análise de dados adequadas ao fenômeno investigado, elaborou-se um protocolo do estudo de caso, conforme indicação de Yin (2015), para sistematizar o processo. Tais escolhas contribuíram para otimizar a realização da pesquisa e conferir credibilidade às escolhas feitas.

Especificamente, sobre as técnicas de coleta de dados, percebeu-se a complementariedade da pesquisa documental e aplicação do instrumento de coleta de dados, sendo que o último foi fundamental para identificar a percepção dos sujeitos participantes da pesquisa, o que auxiliou no preenchimento dos *gaps* que não puderam ser eliminados somente com a pesquisa documental.

No que tange à apresentação, análise e discussão dos resultados, entende-se que as escolhas feitas foram adequadas. Em pesquisas qualitativas, há um consenso quanto à utilização da análise de conteúdo para organizar, categorizar e interpretar o conteúdo de entrevistas. Neste estudo, essa técnica foi implementada com o suporte dos *softwares* Voicemeeter[®], mixer virtual de áudio que realiza a transcrição, e IRaMuTeq[®], que identifica as categorias de análise, o que conferiu maior celeridade e confiabilidade ao processo.

E quanto aos resultados identificados, optou-se por apresentá-los a partir dos objetivos específicos: (i) identificar o(s) ator(es) que exerce(m) a representação; (ii) demonstrar o vínculo existente entre os atores representantes e representados; (iii) identificar a(s) organização(ões) com a qual o(s) ator(es) que exerce(m) a representação mantém relacionamento; (iv) descrever o envolvimento/participação dos atores representantes e representados; (v) descrever as reivindicações dos representados e (vi) descrever as ações realizadas pelos atores representantes. A seguir, são destacados comentários sobre os resultados relativos a cada objetivo e evidenciadas possíveis implicações para o exercício da representação de interesses.

No que tange às organizações de interesse que desempenham atividades relacionadas ao turismo, em Ouro Preto, constatou-se que dentre as organizações identificadas, quatro exercem representação de interesse: ACEOP, ASA, ABIH OP e C&VB. O fato de existir diferentes organizações de interesse exercendo a representação consiste em um fator positivo, pois tais organizações podem se especializar e direcionar sua atuação para um grupo específico de representados, tendo mais condições de atender suas reivindicações, de forma geral, e representá-los de forma adequada, conforme indicação de Lowery e Gray (2004). Esses autores destacam que esse é um contexto favorável para a existência de homogeneidade nos interesses, o que facilita o exercício de influência no processo político.

Já em Tiradentes, as organizações de interesses identificadas foram: ASSET, AFAT e AMAT. Percebeu-se a presença de organização com funções diferenciadas, o que consiste em um ponto positivo em termos de planejamento de ações para a atividade turística, pois interesses diferenciados serão apresentados e, necessariamente, levados em consideração. Entretanto, observou-se que a ASSET atua em nome de todos os empresários e não somente em nome dos empresários do setor do turismo, o que pode ter implicações para sua atuação como, por exemplo, a sobrecarga de atividades ou a dificuldade de representar interesses de grupos distintos. A esse respeito Binderkrantz *et al.* (2016) e Fisker (2016) comentam que há necessidade de foco e especialização para que essas organizações obtenham bons resultados.

De forma geral, quando se fala em representação de interesses há o entendimento de que quanto mais especializada for a organização mais condições ela terá de atender aos seus representados. Dessa forma, espera-se que em um município onde turismo é a principal atividade, ou ao menos uma das principais, deva existir diferentes organizações exercendo representação de interesses e ou defendendo questões imprescindíveis para o turismo como a preservação, a proteção, a promoção, a produção cultural, dentre outras.

No que diz respeito aos vínculos existentes entre representantes e representados, observou-se as diferentes formas de relacionamentos possibilitadas pelos meios de interação. Tanto em Ouro Preto quanto em Tiradentes, constatou-se que as organizações utilizam uma variedade de meios possibilitando que a interação com o representado ocorra conforme sua preferência e que algumas organizações como ACEOP e ASSET, gerenciam esses canais para obter informações sobre os motivos de interação e também sobre a usabilidade desses meios.

Entretanto, apesar desse preparo e cuidado, constatou-se que a utilização é limitada a uma necessidade momentânea e restrita a um pequeno número de representados. Tal situação pode ter implicações negativas para o relacionamento entre representante e representado, pois, são as interações que fortalecem esse relacionamento e possibilitam que o representante obtenha mais informações sobre o representado, bem como seus interesses.

Tais resultados corroboram com os achados de Anastasiadou (2008). E sobre a implicações, Fisker (2016), Lowery e Gray (2004) e Denzau e Munger (1986) comungam do entendimento de que a utilização limitada dos meios de interação tende a prejudicar o relacionamento. Além disso, interfere no desenvolvimento da atividade dos representantes e tende a gerar descontentamento nos representados.

No que se refere ao relacionamento que os representantes das organizações de interesse estabelecem com outras organizações, percebeu-se que há pouca interação com organizações dos níveis de atuação estadual e nacional e quando essa interação ocorre, não atende aos pressupostos da representação de interesses. Sobre esse contexto, Anastasiadou (2008) pondera que as organizações do nível local são fracas em relação às organizações dos demais níveis. Dito de outra forma, tem menor capacidade de influenciar o processo político e, ainda, dificuldade de ser atendidas em função da falta de convergência com os objetivos das organizações acionadas. Assim, o esforço de atuar em um nível diferente do qual pertence, parece ser um esforço que não trará bons resultados. Conforme destacado por Van Waarden (1992), o exercício da representação em outro nível de atuação deve ser realizado por meio da vinculação à organização de interesse competente, ou seja, por meio das federações, nível estadual, e das confederações, nível nacional.

Sobre o relacionamento que os representantes das organizações de interesse estabelecem com outras organizações no nível local, identificou-se um contexto favorável em termos de padrão de ligações, intensidade, densidade e centralidade. No estudo de Anastasiadou (2008), observou-se que as organizações de interesse são de pequeno porte e marcados pela sobreposição, fragmentação, competição, conflito, falta de legitimidade,

diversidade e múltiplos jogadores. Entretanto, esses achados não são confirmados por este estudo, pois as organizações analisadas têm (i) legitimidade, uma vez que os interesses por elas defendidos representam a coletividade; (ii) objetivos convergentes e complementares, em função da atuação articulada e coordenada em prol do setor do turismo e (iii) relacionamento marcado pela cooperação.

Em termos da participação, percebeu-se que os membros da diretoria têm presença constante na maioria das organizações de interesse analisadas. Isso demonstra seu compromisso e dedicação, bem como o entendimento de seu papel como representante. Entretanto, identificou-se que alguns membros não participam de forma constante. Com base nesse contexto, foram identificadas implicações negativas, conforme ponderam Van Waarden (1992), Lowery e Gray (2004), Fisker (2016) e Denzau e Munger (1986), no exercício das atividades, processo de tomada de decisão, capacidade de influenciar o processo político e na escolha das reivindicações a serem apresentadas, respectivamente. Situações que interferem no resultado da atividade desses representantes e, por consequência, no exercício da representação de interesses.

Em relação à participação dos representados foram identificadas percepções diferenciadas, dentre as quais foram destacadas percepções positivas e negativas. Independente da percepção, constatou-se que participação dos representados é pouca, situação que é confirmada pelo estudo de Anastasiadou (2008). Assim como a participação dos representantes, a dos representados interfere no exercício da representação de interesses, pois as reivindicações apresentadas não refletem o interesse da maioria dos representados que, por sua vez, ficarão insatisfeitos com as ações realizadas que não refletem suas necessidades.

Esse entendimento é confirmado pela análise das reivindicações. Contatou-se que os representados utilizam os meios de interação para acessar os representantes e apresentar suas reivindicações. Entretanto, tais reivindicações referem-se a questões do cotidiano. Quando se analisou as reivindicações relativas ao planejamento, não foram identificadas informações que confirmassem a apresentação dessas reivindicações, tanto em Ouro Preto quanto em Tiradentes. Para Januário (1997), ao não apresentar reivindicações os representantes estão abrindo mão do direito de influenciar o processo político e, conseqüentemente, não exercendo a representação do interesse de seus representados de forma satisfatória.

No que se refere às ações realizadas pelos autores, averiguou-se que os representantes estão concentrados em realizar ações do cotidiano (VAN WAARDEN, 1992) em detrimento ações de planejamento (JANUÁRIO, 1997). Tal situação, que configura descumprimento de

uma importante atividade atribuída aos representantes, tem implicações negativas para o exercício da representação de interesses, uma vez que as ações de planejamento são igualmente importantes para o turismo das referidas cidades.

Sobre essa situação, entende-se que os interesses dos representados serão melhores expressos por seus representantes e, por esse motivo, evidencia-se a necessidade de que esses representantes se empenhem em propor políticas ou ao menos participar ativamente de sua formulação. Os representantes são os atores mais qualificados para expressar quais são as reivindicações dos representados.

Especificamente sobre a influência no processo político, neste estudo identificou-se um comportamento diferenciado ao sugerido por Binderkrantz *et al.* (2016). Esses autores ressaltaram que os representantes das organizações de interesse normalmente focalizam o processo de tomada de decisão, asseguram o direito de seus representados e influenciam o processo político. Entretanto, os resultados ora identificados sugerem que esses representantes, apesar de participarem ativamente das deliberações de questões relativas ao turismo, não conseguem influenciar tal processo propondo políticas públicas para o setor.

Tal situação também é corroborada pelos resultados obtidos por Anastasiadou (2008). Essa autora percebeu que as organizações de interesse do turismo não têm capacidade de influenciar o processo político em função da incapacidade de expressar os interesses. Neste estudo, apesar de entender que os representantes das organizações de interesse do turismo têm a capacidade de expressar seus interesses, não conseguem influenciar o referido processo.

Constatou-se que tanto em Ouro Preto como em Tiradentes, o grau do viés da representação de interesses, em relação às reivindicações e ações de planejamento, é alto. De forma geral, a participação dos representados e a obtenção de benefícios pelos representantes são os principais fatores afetados por esse alto grau de viés. A principal motivação dos representados para participar as ações realizadas é justamente a obtenção de benefícios, dito de outra forma, a expectativa de ter seu interesse atendido. Quando isso não ocorre, o representado sente-se insatisfeito e pode até desvincular-se da associação, conforme comenta Anastasiadou (2008).

Diferente dos contextos analisados pelos autores referenciados, em Ouro Preto e Tiradentes há um cenário favorável para o exercício da representação de interesses: existência de meios de interação, cooperação entre os representantes das organizações de interesse, relacionamento caracterizado por um padrão de ligação ordenado, pela intensidade, densidade e centralidade em representantes com condições para contribuir para o desenvolvimento do

turismo. Entretanto, dois elementos interferem negativamente: a pouca participação dos representados e a não interferência no processo político pelos representantes em função da não apresentação de reivindicações relativas às ações de planejamento.

Em função dos entendimentos supramencionados afirma-se que, nesta tese, apresentam-se contribuições teóricas, práticas e sociais. São oferecidos entendimentos sobre a representação de interesses no contexto do turismo, especificamente sobre sua estrutura e viés, bem como identificados elementos e fatores que auxiliam na sua compreensão. São identificados elementos que explicam o grau do viés da representação de interesses. Entende-se que a partir do melhor atendimento das reivindicações dos representados, as ações propostas para o turismo serão mais efetivas e, conseqüentemente, tenderão a implicar positivamente no desenvolvimento do município.

Entretanto, apesar das contribuições também existiram limitações: dados indisponíveis, dificuldade de acesso aos dados, falta de permissão para acessar os dados, dados disponibilizados de forma incompleta, indisponibilidade de possíveis sujeitos participantes da pesquisa. Destaca-se que as alternativas para tais limitações foram buscadas. Somente em casos como a indisponibilidade dos sujeitos, que não dependiam do empenho da pesquisadora, não se identificou uma alternativa.

Tomando como base os resultados identificados, novas pesquisas podem ser realizadas partindo do problema do alto grau do viés da representação de interesses. Há possibilidade de investigações sobre: (i) a relação entre o grau do viés da representação de interesses e o tipo de ator que exerce a representação; a relação entre o grau do viés da representação de interesses e o desenvolvimento da atividade turística; (iii) a relação entre o grau do viés da representação de interesses e a existência de vínculos com organizações do nível de atuação estadual e nacional; (iv) a relação entre a representação de interesses e a representação política e (v) a relação entre a representação de interesses e governança.

REFERÊNCIAS

ABIH. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS. **Sobre a ABIH MG**. Disponível em: <http://abihmg.com.br/a-abih-mg/>. Acesso em: 10 out. 2019.

ACMINAS. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS GERAIS. **A história da ACMinas**. Disponível em: <https://www.acminas.com.br/conselhos>. Acesso em: 10 out. 2019.

AIZENBERG, E.; HANEGRAAFF, M. Is politics under increasing corporate sway? A longitudinal study on the drivers of corporate access. **West European Politics**, p. 1-22, 2019.

ALMEIDA, R. F. de; ALBINO, A. A. Percepção dos empresários sobre governança e desenvolvimento dos APLs de móveis e de confecções de Ubá-MG e região. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA*, 6, 2011, Porto Alegre, RS. **Anais [...]** Porto Alegre, RS, 2011. p. 1-17.

ALMOND, G. A. Corporatism, pluralism, and professional memory. **World politics**, v. 35, n. 2, p. 245-260, 1983.

ALVARENGA, R. A. M.; MATOS, F. R. N.; MACHADO, D. Q.; SOBREIRA, M. C.; MATOS, L. B. S. Arranjo produtivo local e desenvolvimento sustentável: uma relação sinérgica no município de Marco (CE). **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, SP, v. 14, n. 5, p. 15-43, out., 2013.

ALVES, L. C.; MARCH, J.J.; PATIAS, T.Z; LISZBINSKI, B. B. Governança em arranjos produtivos locais: um estudo sobre o APL do leite de Sant'Ana do Livramento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 32, 2012, Bento Gonçalves, RS. **Anais [...]** Bento Gonçalves, RS, 2012. p. 1-9.

ANASTASIADOU, C. Tourism interest groups in the EU policy arena: characteristics, relationships and challenges. **Current issues in Tourism**, v. 11, n. 1, p. 24-62, 2008.

A

ANTERO, C. A. S. **Interação dos atores em um arranjo produtivo local sob a abordagem da governança aplicada por meio de um modelo bidimensional de análise**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

ANTERO, C. A. S.; EMMENDOERFER, M. L. Análise da política pública de apoio ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais de Minas Gerais. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 42, 2018, Curitiba, PR. **Anais [...]** Curitiba, PR, 2018. p. 1-18.

ANTERO, C.A. S.; EMMENDOERFER, M. L; DALLABRIDA, V. R.; REZENDE, D. L. O uso da revisão sistemática integrativa com o suporte do software IRaMuTeq® para construção de um referencial teórico. *In: Seminários de Administração*, 22, 2019, São Paulo, SP. **Anais [...]** São Paulo, SP, 2019. p. 1-16.

ANTERO, C.A. S.; EMMENDOERFER, M. L.; DALLABRIDA, V. R.; REZENDE, D. L. Uma proposta para compreensão da representação política de arranjos produtivos locais. In: *Seminários de Administração*, 22, 2019, São Paulo, SP. **Anais [...]** São Paulo, SP, 2019. p. 1 - 16.

ASSET. ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE TIRADENTES. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.asset.org.br/quem-somos>. Acesso em: 10 out. 2019.

AYDALOT, P. **Milieux Innovateurs en Europa**. Paris: GREMI, 1986.

AZEVEDO FILHO, E. T.; RIBEIRO, A. C. A governança em aglomerações produtivas: uma análise sobre o setor cerâmico de Campos dos Goytacazes. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 7, n. 1, p. 96-129, jan./abr., 2011.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. *Snowball* (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011, Curitiba, PR. **Anais [...]** Curitiba, PR, 2011. p. 329-341.

BAPTISTA, J. R. V.; ALVAREZ, V. M. P. Relações socioeconômicas em rede: a governança no Arranjo Produtivo do Vestuário de Cianorte no Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 113, p. 59-81, jul./dez., 2007.

BARAKSO, M.; GERRITY, J. C.; SCHAFFNER, B. F. Assessing the Importance of Financial and Human Capital for Interest Group Sector Strength across American Communities. **British Journal of Political Science**, v. 41, n. 3, p. 557-580, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BARROS, F. S. O.; MOREIRA, M. V. C. Estratégia de Organização de MPEs no Turismo: o Arranjo Produtivo Turístico de Canoa Quebrada-CE. **Turismo-Visão e Ação**, v. 7, n. 2, p. 273-290, 2005.

BARROS, F. S. O.; MOREIRA, M. V. C. O capital social nas aglomerações produtivas de micro e pequenas empresas: estudo de um arranjo produtivo turístico. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 39, p. 113-130, 2006.

BARROSO, J. A.; SOARES, A. A. C. O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 43, n. 6, p. 1435-1457, nov./dez., 2009.

BATISTI, V. S.; TATSCH, A. L. O Arranjo Produtivo Local (APL) gaúcho de gemas e joias: estruturas produtiva e comercial, arranjos institucional e educacional e relações interorganizacionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v. 33, n. 2, p. 513-538, nov., 2012.

BAUMGARTNER, F. R.; GRAY, V.; LOWERY, D. Federal policy activity and the mobilization of state lobbying organizations. **Political Research Quarterly**, v. 62, n. 3, p. 552-567, 2009.

BECATTINI, G. O. Distrito Marshalliano: Uma noção socioeconômica. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A (org.). **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994. p. 45–58.

BENITEZ, G. Business Lobbying: Mapping Policy Networks in Brazil in Mercosur. **Social Sciences**, v. 7, n. 10, p. 198, 2018.

BERTOLI, J. L. A. **Blocos hegemônicos metropolitanos: a relação entre o público e o privado na (re)produção do espaço urbano de Florianópolis (2005-2016)**. 2017. 231 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2017.

BINDERKRANTZ, A. S.; CHRISTIANSEN, P. M. From classic to modern corporatism. Interest group representation in Danish public committees in 1975 and 2010. **Journal of European Public Policy**, v. 22, n. 7, p. 1022-1039, 2015.

BINDERKRANTZ, A. S.; FISKEER, H. M.; PEDERSEN, H. H. The rise of citizen groups? The mobilization and representation of Danish interest groups, 1975–2010. **Scandinavian Political Studies**, v. 39, n. 4, p. 291-311, 2016.

BOTELHO, M. R. A. **Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Estado de Minas Gerais**. Uberlândia, MG, 2009. (Relatório).

BOWMAN, A. O. M.; WOODS, N. D. Expanding the scope of conflict: Interest groups and interstate compacts. **Social Science Quarterly**, v. 91, n. 3, p. 669-688, 2010.

BRAMBLE, T.; OLLETT, N. Corporatism as a process of working-class containment and roll-back: The recent experiences of South Africa and South Korea. **Journal of Industrial Relations**, v. 49, n. 4, p. 569-589, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Portaria Interministerial nº 200, de 02 de agosto de 2004**. Institui o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/biblioteca/Portaria_Interministerial_numero_200_2004_MDIC.html Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2017-2019**. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Orientações técnicas para a criação de conselho municipal de turismo em 2018**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/14_05_18_mtur-orientacao_tecnica_criar_conselho-municipal.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BURNS, T.R.; CARSON, M. European Union, neo-corporatist, and pluralist governance arrangements: lobbying and policy-making patterns in a comparative perspective. **International Journal of Regulation and Governance**, v. 2, n. 2, p. 129-175, 2002.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Social paradigms and organization analysis**: elements of the sociology of corporate life. Londres: Heinemann Education Books, 1979.

CAMPOS, A. C.; TRINTIN, J. G.; VIDIGAL, V. G. Estrutura de Governança: o caso do arranjo produtivo local (APL) do setor de confecção de Maringá (PR). **Textos de Economia**, Florianópolis, SC, v.12, n.1, p.134-155, jan./jun., 2009.

CAMPOS, R. R. **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro – RJ, 2010. (Relatório).

CARVALHO, L. F. Gestão da informação em micro e pequenas empresas: um estudo do arranjo produtivo local de confecção do vestuário de Jaraguá –GO. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, PB, v. 2, Número Especial, p. 57-72, out. 2012.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, p. 103-136, 2001.

CASTRO, M.; GONÇALVES, S. A. Contexto institucional de referência e governança de redes: estudo em arranjos produtivos locais do estado do Paraná. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1281-1304, 2014.

CBC&VB. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CONVENTION & VISITORS BUREAU. **A história dos conventions**. Disponível em: <https://brasilcvb.com.br/a-historia/>. Acesso: 10 out. 2019.

CHATZIGIANNI, E. Corporatism and pluralism in European sport interest representation. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 6, n. 1, p. 19-36, 2014.

CHRISTIANSEN, P.; NØRGAARD, A. S.; ROMMETVEDT, H.; SVENSSON, T.; THESEN, G.; O'BERG, P. Varieties of democracy: Interest groups and corporatist committees in Scandinavian policy making. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 21, n. 1, p. 22-40, 2010.

CIANCIARA, A. K. Polish Business Lobbying in the EU 2004–2009: Examining the Patterns of Influence. **Perspectives on European Politics and Society**, v. 14, n. 1, p. 63-79, 2013.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONGER, K. H.; DJUPE, P. A. Culture war counter-mobilization: Gay rights and religious right groups in the states. **Interest Groups & Advocacy**, v. 5, n. 3, p. 278-300, 2016.

CONSONI, D. P. G. **Competências Empreendedoras**: estudo de caso em uma organização de ensino intensiva em conhecimento. 2016. 256 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

COOPER, D. R.; SHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

COSTA, H. A.; SAWYER, R.; DO NASCIMENTO, E. P. Monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade. **Revista brasileira de pesquisa em turismo**, v. 3, n. 3, 2009.

COSTA, R. S.; SILVA, E. D.; NOGUEIRA, D. P. Ações de cooperação, aprendizagem e estratégias organizacionais em redes interorganizacionais: estudo nos arranjos produtivos locais (APL) de software do Paraná. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Curitiba, PR, v. 15, n. 3, p. 189-208, set./dez., 2016.

CREPAZ, M. Why do we have lobbying rules? Investigating the introduction of lobbying laws in EU and OECD member states. **Interest Groups & Advocacy**, v. 6, n. 3, p. 231-252, 2017.

CULPEPPER, P. D. Organisational competition and the neo-corporatist fallacy in French agriculture. **West European Politics**, v. 16, n. 3, p. 295-315, 1993.

DA COSTA, A. C.; JUNIOR, N.; COSTA, H. Arranjos Produtivos Locais (APL) no turismo: estudo sobre a competitividade e o desenvolvimento local na Costa dos Corais–AL. **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 7, n. 1, p. 1-5, 2012.

DACIÊ, F. P.; ESPEJO, M. M. S.; GIMENEZ, F. A. P.; CAMACHO, R. R. Are similar ones different? Determinant characteristics of management tool usage within companies sharing the same institutional environment. **Revista de Administração**, São Paulo, SP, v. 52, n. 3, p. 341-352, 2017.

DALLABRIDA, V. R. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. Dicionário do Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: **EDUNISC**, 2006, p. 78-79.

DALLABRIDA, V. R. **Teoria do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017.

DE LIMA MERIGUE, G. O desenvolvimento de arranjos produtivos locais no turismo: o caso da região turística da costa leste de Mato Grosso do Sul. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 1, p. 7-14, 2005.

DENZAU, A. T.; MUNGER, M. C. Legislators and interest groups: How unorganized interests get represented. **American Political Science Review**, v. 80, n. 1, p. 89-106, 1986.

DINIZ, E. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 101-139, 2010.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais1. **Estado e Sociedade**: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016, p. 111 – 132.

EISING, R. Imperfect public goods and the logic of selective exit in EU interest organizations. **West European Politics**, v. 40, n. 5, p. 1025-1045, 2017.

FARINA, M. C.; BITANTE, A. P.; BRITTO, L. C.; PINHEIRO, L. R. D. Análise de redes sociais no arranjo produtivo local dos ramos têxtil e de confecções da região da grande São Paulo a partir de uma visão de governança. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, SP, v. 33, n. 98, p. 36–52, mai./ago., 2017.

FEDERAMINAS. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÃO COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DE MINAS GERAIS. **A história da Federaminas**. Disponível em: <https://www.federaminas.com.br/federaminas/historia-federaminas>. Acesso: 10 out. 2019.

FEGER, J. E.; WITTMANN, M. L.; NODARI, L. D. T.; FILIPPIM, M. L.; LAZZAROTTI, F. Regionalização do turismo: uma análise espacial do Arranjo Produtivo Local Rota da Amizade. **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 3, n. 4, p. 03-05, 2008.

FHOREMG. FEDERAÇÃO DE HOTÉIS BARES RESTAURANTES E DO ESTADO DE MG. **Deveres da Federação**. Disponível em: <http://fhoremg.org.br/plus/modulos/conteudo/?tac=deveres>. Acesso: 10 out. 2019.

FIEMG. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS. **Sobre o Centro Cultural Yves Alves**. Disponível em: <https://www7.fiemg.com.br/sesi/centro-de-cultura/tiradentes/sobre>. Acesso: 10 out. 2019.

FISCHER, F. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **NAU Social**, v. 7, n. 12, 2016.

FISKER, H. M. Dead or alive? Explaining the long-term survival chances of interest groups. **West European Politics**, v. 38, n. 3, p. 709-729, 2015.

FUSIOKA, M. **Uma análise do IFET e do APL de Paranavaí sobe a ótica da nova economia e formas de trabalho**. 2014. 175 p. Dissertação (Mestrado Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, 2014.

GARONE, L. F.; MAFFIOLI, A.; NEGRI, J. A.; RODRIGUEZ, C. M.; VÁZQUEZ-BARÉ, G. Cluster development policy, SME's performance, and spillovers: evidence from Brazil. **Small Business Economics**, v. 44, n. 4, p. 925–948, 2015.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GRAY, V.; LOWERY, D. A niche theory of interest representation. **The Journal of Politics**, v. 58, n. 1, p. 91-111, 1996.

HÄUSERMANN, S.; MACH, A.; PAPADOPOULOS, Y. From corporatism to partisan politics: social policy making under strain in Switzerland. **Swiss political science review**, v. 10, n. 2, p. 33-59, 2004.

HRISTOVA, L.; CEKIK, A. The Europeanisation of interest groups: EU conditionality and adaptation of interest groups to the EU accession process in the Republic of Macedonia. **East European Politics**, v. 31, n. 1, p. 23-38, 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Panorama sobre Ouro Preto**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>. Acesso: 18 out. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Panorama sobre Tiradentes**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiradentes/panorama>. Acesso: 18 out. 2019.

IHGT. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE TIRADENTES. **Quem sou eu**. Disponível em: <http://ihgt.blogspot.com/>. Acesso: 10 out. 2019.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Quem é quem**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/214>. Acesso: 10 out. 2019.

JACOMETTI, M.; CASTRO, M.; GONÇALVES, S. A.; COSTA, M. C. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 50, n. 3, p. 425–454, mai./jun., 2016.

JACOMETTI, M.; GONÇALVES, S. A.; CASTRO, M. Institutional work e conhecimento em redes interorganizacionais: uma proposta para investigar APLs. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 15, n. 6, 2014.

JANUÁRIO, S. A. **Organização, ação e representação de interesses do empresariado do setor turístico em Florianópolis**. 1997. 136 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 1997.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic Literature reviews in software engineering**. 2007. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.117.471>. Acesso em: 28 set. 2017.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. nov. 2003. Disponível em: www.redesist.ie.ufrj.br. Acesso em: 24 mai. 2013.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. Análise de conteúdo. In: _____. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. H. Monteiro e F. Settinari. Porto Alegre: ArtMed, 1999. p. 214-235.

LEMOS, I. S.; FREGA, J. R.; SOUZ, A. Um framework para a avaliação da estratégia do arranjo produtivo local para o turismo: o caso de Treze Tílias. **Turismo-Visão e Ação**, v. 9, n. 1, p. 37-53, 2007.

LEYVA-DE LA HIZ, D. I. Environmental innovations and policy network styles: The influence of pluralism and corporativism. **Journal of Cleaner Production**, 2019.

LOWERY D.; BAUMGARTNER F. R.; BERKHOUT J.; BERRY J. M.; HALPIN M.; HOJNACKI M.; KLÜVERK.; KOHLER-KOCH B.; RICHARDSON J.; SCHLOZMAN L.

K. Images of an unbiased interest system. **Journal of European Public Policy**, v. 22, n. 8, p. 1212-1231, 2015.

LOWERY, D.; GRAY, V. Bias in the heavenly chorus: Interests in society and before government. **Journal of Theoretical Politics**, v. 16, n. 1, p. 5-29, 2004.

LOWERY, D.; GRAY, V.; WOLAK, J.; GODWIN, E.; KILBURN, W. Reconsidering the counter-mobilization hypothesis: Health policy lobbying in the American states. **Political Behavior**, v. 27, n. 2, p. 99-132, 2005.

LOWERY, D.; POPPELAARS, C.; BERKHOUT, J. The European Union interest system in comparative perspective: a bridge too far?. **West European Politics**, v. 31, n. 6, p. 1231-1252, 2008.

LUSTOSA, M. J. C; ROSÁRIO, F. J. P. Desenvolvimento local e inovação em atividades tradicionais: o arranjo produtivo local de turismo Lagoas e Mares do Sul, Alagoas, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 1, 2016.

MAIOR, A. P. S.; COSTA, H. A. Sistemas produtivos locais em turismo: relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial como vantagens competitivas. **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 1, n. 1, p. 13-14, 2006.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MINAS GERAIS. Lei 16.296, de 01 de agosto de 2006. **Institui a Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e dá Outras Providências**. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-16296-2006-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de-apoio-aos-arranjos-produtivos-locais-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 out. 2017.

NAGAMATSU, R. N.; RESENDE, L. M.; HATAKEYAMA, K. Governança em arranjo produtivo local: o caso do APL de bonés de Apucarana. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1, CONGRESSO LUSÓFONO DE CIÊNCIA REGIONAL, 2, 2009, Ilha Santiago, Cabo Verde. **Anais [...]** Ilha Santiago, Cabo Verde, 2009. p. 4.108–4.127.

NIWA, T. H. **O modelo da hélice tríplice em consonância com os arranjos produtivos locais nas incubadoras tecnológicas: um estudo de caso nas IUTs da UTFPR**. 2014. 166 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2014.

OBAPL. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL. **APLs brasileiros: o que são, quem são e políticas públicas**. Disponível em: <http://www.observatorioapl.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2019.

ÖBERG P.; SVENSSON T.; CHRISTIANSEN P. M.; NØRGAARD A. S.; ROMMETVEDT H.; THESENGOOP G. Disrupted exchange and declining corporatism: Government authority and interest group capability in Scandinavia. **Government and Opposition**, v. 46, n. 3, p. 365-391, 2011.

ÖBERG, P. Does administrative corporatism promote trust and deliberation?. **Governance**, v. 15, n. 4, p. 455-475, 2002.

OLIVEIRA, C. M.; SANTANA, A. C. Competitividade das Empresas no Arranjo Produtivo Local de Grãos em Santarém e Belterra/Pará. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 34, p. 351-382, 2016.

OLIVEIRA, J. M.; RASIA, I. C. B.; SILVA, D. C. P.; PATIAS, T. Z. Análise das práticas de inovação na área de saúde: um estudo de caso em uma empresa do APL da saúde na cidade de Pelotas - RS. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 52-63, jan./abr., 2017.

OLSON, M. **The logic of collective action**. Harvard University Press, 1965.

OURO PRETO (MG). **Lei nº. 1.066, de 14 de dezembro de 2017**. Cria o Conselho Municipal Gestor do Paço da Misericórdia – Centro de Artes e Fazeres de Ouro Preto e dá providências. Ouro Preto: Prefeitura Municipal: 2017. Disponível em: <http://ouopreto.mg.gov.br/transparencia/leis>. Acesso em: 10 out. 2019.

OURO PRETO (MG). **Resolução nº. 03, de 11 de dezembro 2015**. Estabelece sobre o regimento interno do fundo municipal do turismo de Ouro Preto – FUMTUR. Ouro Preto: Prefeitura Municipal: 2017. Disponível em: <https://turismo.ouopreto.mg.gov.br/downloads>. Acesso em: 17 out. 2019.

OURO PRETO (MG). **Resolução nº. 04, de 11 de dezembro 2015**. Estabelece o estatuto do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Ouro Preto: Prefeitura Municipal: 2017. Disponível em: <https://turismo.ouopreto.mg.gov.br/downloads>. Acesso em: 17 out. 2019.

PATIAS, T.Z.; BOBSIN, D.; GOMES, C. M.; LISZBINSKI, B. B.; DAMKE, L. I. Family Agro-Industry Clusters from the Social Innovation Perspective. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, SP, v. 17, n. 6, p. 191-215, nov./dez., 2016.

PITKIN, H. F. **The concept of representation**. Califórnia: University of California Press, 1967.

PORTER, M. E. **Clusters and the new economics of competition**. Cambridge: Havard, 1998. p. 79-90.

RHODES, R. A. W. Policy networks: a British perspective. **Journal of Theoretical Politics**, v. 2, n. 3, p. 293-317, 1990.

ROCHA, A. F. R.; VIEIRA, A. M. Aprendizagem organizacional e inovação de produtos: estudo em empresas de base tecnológica do vale da eletrônica (MG). **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, Piracicaba, SP, v. 6, n. 1, p. 108-131, 2016.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SACOMANO NETO, M.; PAULILLO, L. F. O. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 46, n. 4, p.1131-1155, jul./ago., 2012.

SANTOS, A. A.; DE CASTRO ALCÂNTARA, V.; SILVA, E. A. Turismo rural e desenvolvimento local sustentável: problemas, premissas e perspectivas teóricas. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 4, p. 423-443, 2010.

SANTOS, A. E. A.; CÂNDIDO, G. E. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: uma aplicação no arranjo calçadista no município de Campina Grande-PB. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 37, 2013, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]** Rio de Janeiro, RJ, 2013. p. 1-16.

SCHLEMPER, A. L. **Instituto Federal do Paraná (IFPR) campus Palmas: possibilidade e limites de atuação nos arranjos produtivos locais da região sudeste do Paraná**. 2013. 144 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco - PR, 2013.

SCHMIDT, C. M.; DREHER, M. T. Cultura empreendedora: empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor. **REGE Revista de Gestão**, v. 15, n. 1, p. 1-14, 2008.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio EFE**, Porto Alegre, RS, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SGARBI, V. S. O Arranjo Produtivo Local como potencializador da vantagem competitiva: a visão dos participantes do APL de turismo Região Lagoas em Alagoas. **Contextus–Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 7, n. 2, 2008.

SILVA JÚNIOR, J. H. S. A Política interna de turismo como desenvolvimento regional: O programa de Regionalização do Turismo–Roteiros do Brasil. **Revista Pretexto**, v. 7, n. 2, 2006.

SILVEIRA, A.; DREHER, M. T.; ULLRICH, D. R. Desenvolvimento do arranjo produtivo local em turismo sustentável: entendimento dos empreendedores sobre a Nova Rússia, Blumenau, SC. **Revista de Negócios**, v. 10, n. 4, 2007.

SINDETUR MG. SINDICATO DAS EMPRESAS DE TURISMO NO ESTADO DE MINAS GERAIS. Quem somos. Disponível em: <http://www.sindeturmg.com.br/sample-page/>. Acesso em: 10 out. 2019.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

SULISTYANINGSIH, T.; NEGARA P. D.; JAINURI; HARDINI, H. K.; SUWARTA. Integrative tourism policy development based on agro-tourism in the city of Batu Malang East Java Indonesia. **Advances in Social Science, Education and Humanities Research (ASSEHR)**, v. 163, p. 246-250, 2017.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J., GARCIA, R.; SAMPAIO, S. Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 33, 2003, Porto Seguro, BA. **Anais [...]** Porto Seguro, BA, 2003, p. 1-29.

SCHWARTZ-SHEA, P.; YANOW, D. **Interpretive research design: Concepts and processes**. Routledge, 2013.

SYDOW, C. T. **Os Arranjos Produtivos Locais e o processo de coordenação intergovernamental: o papel dos governos dos estados como articuladores de políticas públicas**. 2012. 290 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2012.

SZARKA, J. Environmental policy and neo-corporatism in France. **Environmental Politics**, v. 9, n. 3, p. 89-108, 2000.

TEIXEIRA, F. Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLs)? **Organização & Sociedade**, Salvador, BA, v. 15, n. 46, p. 57–75, jul./set., 2008.

TIRADENTES (MG). **Lei nº. 3069, de 30 de novembro de 2016**. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Especial ao Orçamento Fiscal, no valor de R\$17.100,00, à Secretaria Municipal de Turismo, destinado implantação de sinalização turística em rodovias. Disponível em: <http://www.camaratiradentes.mg.gov.br/pagina/3331/Leis%20Municipais>. Acesso em: 17 out. 2019.

TROMMER, S. M.; CHARI, R. S. The council of Europe: Interest groups and ideological missions?. **West European Politics**, v. 29, n. 4, p. 665-686, 2006.

VALE, G. M. V. Aglomerações produtivas: tipologias de análises e repercussões nos estudos organizacionais. **Organização & Sociedade**, Salvador, BA, v.14, n.43, p.159-175, out./dez., 2007.

VAN WAARDEN, F. Dimensions and types of policy networks. **European Journal of Political Research**, v. 21, n. 1-2, p. 29-52, 1992.

VAUBEL, R.; KLINGEN, B.; MÜLLER, D. There is life after the Commission: An empirical analysis of private interest representation by former EU-commissioners, 1981–2009. **The Review of International Organizations**, v. 7, n. 1, p. 59-80, 2012.

VIEIRA, L. H. S. **Arranjos produtivos locais (APLS) no estado do Espírito Santo: política pública, processo decisório e percepção de atores**. 2016. 224 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2016.

VILLELA, L. E.; PINTO; M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 43, n. 5, p. 1067-1089, set./out., 2009.

VILLELA, L. M.; MAIA, S. W. Formação histórica, ações e potencial da gestão social no APL de turismo em Visconde de Mauá RJ/MG. **Revista Adm. Made**, v. 13, n. 2, p. 34-47, 2009.

WARSONO, H.; HARIANI, D.; EDY, S. Analysis on Handling Community Cultural Values Erosion in Semarang, Indonesia. In: **International Conference on Administrative Science (ICAS 2017)**. Atlantis Press, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAMBRANA, A. A.; TEIXEIRA, R. M. Governança e suas implicações na promoção da cooperação em APLs: evidências em Sergipe. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, SP, v. 12, n. 23, p. 1-41, jan./jun., 2016.

ZOUAIN, D. M.; FERREIRA, M. T. S.; MEIRELES, S. S.; MACEDO, M. A. S.; BARONE, F. M.; SANT'ANNA, P. R.; ZOTES, L. P. Análise do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs): um estudo de caso do município de Paraty (RJ). **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 45, n. 2, p. 517-539, 2011.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS ATAS ANALISADAS

Conselho	Fonte	QTDE	Ano	Data do acesso
COMTUR de Ouro Preto	Documento foi acessado pessoalmente sendo obtida uma cópia em word.	14	2016	19-07-2019
COMTUR de Ouro Preto	Documento foi acessado pessoalmente sendo obtida uma cópia em word.	12	2017	19-07-2019
COMTUR de Ouro Preto	Documento foi acessado pessoalmente sendo obtida uma cópia em word.	10	2018	19-07-2019
COMTUR de Ouro Preto ²⁹		00	2019	
COMTUR de Tiradentes	Documento foi acessado pessoalmente sendo obtida uma cópia em pdf.	11	2016	26-07-2019
COMTUR de Tiradentes	Documento foi acessado pessoalmente sendo obtida uma cópia em pdf.	05	2017	26-07-2019
COMTUR de Tiradentes	Documento foi acessado pessoalmente sendo obtida uma cópia em pdf.	09	2018	26-07-2019
COMTUR de Tiradentes ³⁰	Documento foi acessado pessoalmente sendo obtida uma cópia em pdf.	00	2019	
Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais	http://www.turismo.mg.gov.br/institucional/composicao-dos-conselhos-estaduais	05	2016	23-09-2019
Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais	http://www.turismo.mg.gov.br/institucional/composicao-dos-conselhos-estaduais	03	2017	23-09-2019
Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais	http://www.turismo.mg.gov.br/institucional/composicao-dos-conselhos-estaduais	00	2018	23-09-2019
Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais ³¹	http://www.turismo.mg.gov.br/institucional/composicao-dos-conselhos-estaduais	00	2019	23-09-2019
Conselho Federal de Turismo	http://www.turismo.gov.br/institucional/conselho-nacional-de-turismo/documentos-relacionados-as-reunioes.html	02	2016	24-09-2019
Conselho Federal de Turismo	http://www.turismo.gov.br/institucional/conselho-nacional-de-turismo/documentos-relacionados-as-reunioes.html	02	2017	24-09-2019
Conselho Federal de Turismo	http://www.turismo.gov.br/institucional/conselho-nacional-de-turismo/documentos-relacionados-as-reunioes.html	00	2018	24-09-2019
Conselho Federal de Turismo ³²	http://www.turismo.gov.br/institucional/conselho-nacional-de-turismo/documentos-relacionados-as-reunioes.html	00	2019	24-09-2019

²⁹ As atas foram solicitadas via e-mail (lavinia.vina@ouropreto.mg.gov.br), mas até a presente data não se obteve resposta.

³⁰ As atas foram solicitadas via e-mail (cmunicipaldeturismo@gmail.com), mas até a presente data não se obteve resposta.

³¹ As atas referentes aos anos de 2018 e 2019 não estão disponíveis no site do conselho. Assim, foram solicitadas via e-mail (ana.gusmao@turismo.mg.gov.br, conselho@turismo.mg.gov.br) mas até a presente data não se obteve resposta.

³² As atas referentes aos anos de 2018 e 2019 não estão disponíveis no site do conselho. Assim, foram solicitadas via e-mail (livia.castro@turismo.gov.br), mas até a presente data não se obteve resposta.

APÊNDICE B- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ENTREVISTA

ENTREVISTA SOBRE REPRESENTAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs)

Objetivo: Compreender a representação de interesses dos APLs de Turismo (APLs).

1. Fale sobre sua história e atuação no APL.
2. Você considera que exerce algum tipo de representação do APL? Comente.
3. Como você se tornou representante do APL?
4. Porque você se tornou representante do APL?
5. Comente sobre as atividades que você desempenha como representante do APL.
6. Você já participou da formulação de alguma política pública? Fale a respeito.
7. No seu entendimento, quais os atores do APL você representa?
8. Como é o seu relacionamento com os atores do APL?
9. E como é o seu relacionamento com os atores que você representa?
10. Fale sobre o envolvimento/participação dos atores nas ações promovidas para pensar o futuro do APL.
11. Comente especificamente sobre o envolvimento/participação dos atores que você representa nas ações promovidas para pensar o futuro do APL.
12. Qual é a origem das reivindicações que você apresenta ao Estado?
13. Onde você apresenta as reivindicações identificadas (organizações públicas municipais, estaduais ou federais)? Comente sobre esse processo.
14. Tendo em vista as ações realizadas no APL, em que medida você considera atender as reivindicações dos representados?

Dados Sociodemográficos do(a) representante

15. Sexo

<input type="checkbox"/>	Feminino
<input type="checkbox"/>	Masculino

16. Sua idade

17. Tipo de trabalho desempenhado no APL

<input type="checkbox"/>	Remunerado
<input type="checkbox"/>	Voluntário

18. Se remunerado, indique sua renda bruta mensal

<input type="checkbox"/>	Até R\$ 998,00
<input type="checkbox"/>	De R\$ 998,01 a R\$ 1.996,00
<input type="checkbox"/>	De R\$ 1.996,01 a R\$ 4.990,00
<input type="checkbox"/>	De R\$ 4.990,01 a R\$ 7.984,00

<input type="checkbox"/>	De R\$ 7.984,01 a R\$ 9.980,00
<input type="checkbox"/>	De R\$ 9.980,01 a R\$ 19.960,00
<input type="checkbox"/>	Acima de R\$ 19.960,01

19. Tempo que você desempenha atividades no APL

<input type="checkbox"/>	Até 1 ano
<input type="checkbox"/>	De 1 a 2 anos
<input type="checkbox"/>	Acima de 2 e menor que 5 anos
<input type="checkbox"/>	Acima de 5 e menor que 10 anos
<input type="checkbox"/>	Mais de 10 anos

20. Sua escolaridade

<input type="checkbox"/>	Analfabeto
<input type="checkbox"/>	Fundamental - Incompleto
<input type="checkbox"/>	Fundamental - Completo
<input type="checkbox"/>	Ensino Médio - Completo
<input type="checkbox"/>	Superior Completo
<input type="checkbox"/>	Pós-graduação (Lato sensu) - Completo
<input type="checkbox"/>	Pós-graduação (Stricto sensu, nível mestrado) - Completo
<input type="checkbox"/>	Pós-graduação (Stricto sensu, nível doutor) - Completo
<input type="checkbox"/>	Pós-Doutorado (Stricto sensu) - Completo

21. Sua área de formação

Sobre a pesquisa

22. Você indica algum participante do APL que possa contribuir com a pesquisa respondendo esse questionário?